



## Índice das notas explicativas

Informações gerais .....	Nota 01
Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis .....	Nota 02
Sumário das práticas contábeis.....	Nota 03
Pronunciamentos técnicos, interpretações e novas normas .....	Nota 04
Caixa e equivalentes de caixa .....	Nota 05
Investimentos de curto prazo .....	Nota 06
Títulos e valores mobiliários.....	Nota 07
Contas a receber de clientes .....	Nota 08
Outros tributos compensáveis .....	Nota 09
Ativo financeiro da concessão.....	Nota 10
Ativos mantidos para venda .....	Nota 11
Investimentos em coligadas e controladas em conjunto.....	Nota 12
Investimentos em controladas.....	Nota 13
Participação dos acionistas não controladores.....	Nota 14
Propriedades para investimentos .....	Nota 15
Imobilizado .....	Nota 16
Intangível.....	Nota 17
Fornecedores.....	Nota 18
Imposto de renda e contribuição social a pagar .....	Nota 19
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos.....	Nota 20
Provisão para gastos ambientais.....	Nota 21
Provisão de constituição de ativos.....	Nota 22
Taxas regulamentares e setoriais.....	Nota 23
Adiantamento de clientes .....	Nota 24
Empréstimos e financiamentos.....	Nota 25
Debêntures.....	Nota 26
Provisões para contingências .....	Nota 27
Patrimônio líquido.....	Nota 28
Resultado por ação.....	Nota 29
Receita operacional líquida .....	Nota 30
Suprimento de energia e energia comprada para revenda .....	Nota 31
Custos e despesas operacionais.....	Nota 32
Receitas e despesas financeiras .....	Nota 33
Imposto de renda e contribuição social .....	Nota 34
Partes relacionadas .....	Nota 35
Instrumentos financeiros .....	Nota 36
Informações por segmento .....	Nota 37
Benefícios a empregados .....	Nota 38
Compromissos .....	Nota 39
Seguros .....	Nota 40
Eventos subsequentes.....	Nota 41



**Alupar**

## **1. Informações gerais**

A Alupar Investimento S.A. (“Companhia” ou “Alupar”) é uma sociedade por ações, de capital aberto, CNPJ 08.364.948/0001-38, e tem suas ações negociadas na BM&FBOVESPA (“BOVESPA”) sob código de negociação ALUP 11. A Companhia é uma sociedade domiciliada no Brasil, com sede na cidade de São Paulo – SP, na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.996, 16º andar, Conjunto 161, Sala A, e tem por objeto a participação em outras sociedades atuantes nos setores de energia e infraestrutura, no Brasil ou no exterior, como acionista ou quotista; a geração, transformação, transporte, a distribuição e o comércio de energia em qualquer forma; elaboração de estudos de viabilidade e projetos, promover a construção, a operação e manutenção de usinas de geração de energia, de linhas de transmissão e de transporte, subestações, rede de distribuição e, bem assim, a realização de quaisquer outros serviços afins ou complementares; e a realização de quaisquer outros serviços ou atividades na área de infraestrutura.

A Companhia participa em empresas geradoras e empresas transmissoras de energia elétrica no Brasil, além de participar em quatro empresas Holdings, sendo: Transminas Holding S.A. (controladora da Transleste, Transirapé e Transudeste), Alupar Inversiones Peru (controladora da La Virgen), Boa Vista Participações S.A. e Alupar Chile Inversiones SpA.

A Companhia é diretamente controlada pela Guarupart Participações Ltda. (“Guarupart”).

Dados das empresas controladas e controladas em conjunto:

### **Concessões de linhas de transmissão**

A Companhia possui aproximadamente 5.703 km de linhas de transmissão, sendo aproximadamente 4.750 km em operação e 753 km em fase pré-operacional, com voltagens entre 138 kV e 525 kV. Os sistemas de transmissão das controladas da Companhia tem prazo de concessão de 30 anos, e estão localizados na região Norte e Nordeste do país, nos Estados do Pará, Maranhão, Piauí e Ceará; na região Sul, no Estado de Santa Catarina; na região Sudeste, nos Estados de Minas Gerais, Espírito Santo; no Centro-Oeste, no Estado do Mato Grosso; e, futuramente, nos Estados do Amazonas e Roraima (TNE) e no Estado de São Paulo (ELTE). A Companhia possui 51% de participação acionária na Transchile, que opera uma linha de transmissão de 200 km Temuco-Charrua, localizada no Chile.



A tabela abaixo apresenta a relação dos ativos de transmissão de energia elétrica:

Empresas	Localização / Conexão	Contrato de Concessão ANEEL nº	Prazo da Concessão		Início da Operação	Extensão da Linha	Tensão	RAP/RBNI (Ciclo 2014-2015)	Índice de reajuste do contrato	Redução de 50% da RAP a partir 16º ano de Operação	Revisão Tarifária prevista
			Início	Fim							
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.	Tucuruí (PA) - Vila Conde (PA)	043/2001	12/06/01	12/06/31	25/08/02	323 km	138/345 Kv	83.439	IGP-M	Sim	Não
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	Tucuruí (PA) - Açailândia (MA)	085/2002	11/12/02	11/12/32	12/02/05	464 km	500 Kv	191.641	IGP-M	Sim	Não
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	Vila Conde (PA) - Santa Maria (PA)	083/2002	11/12/02	11/12/32	15/09/04	179 km	230 Kv	43.018	IGP-M	Sim	Não
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	Tucuruí (PA) - Presidente Dutra (PA)	042/2001	12/06/01	12/06/31	10/03/03	924 km	500 Kv	366.239	IGP-M	Sim	Não
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.	Campos Novos (SC) - Blumenau (SC)	088/2000	01/11/00	01/11/30	26/03/02	252,5 km	525 Kv	80.877	IGP-M	Sim	Não
Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	Teresina (PI) - Fortaleza (CE)	005/2004	18/02/04	18/02/34	01/01/06	541 km	500 Kv	153.335	IGP-M	Sim	Não
Companhia Transleste de Transmissão	Irapé (MG) - Montes Claros (MG)	009/2004	18/02/04	18/02/34	18/12/05	150 km	345 Kv	34.736	IGP-M	Sim	Não
Companhia Transudeste de Transmissão	Itutinga (MG) - Juiz de Fora (MG)	005/2005	04/03/05	04/03/35	23/02/07	140 km	345 Kv	21.530	IGP-M	Sim	Não
Companhia Transirapé de Transmissão	Irapé (MG) - Araçuaí (MG)	012/2005	15/03/05	15/03/35	23/05/07	65 km	230 Kv	25.249	IGP-M	Sim	Não
Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	Barra Grande (SC) - Lages (SC) - Rio Sul (SC)	006/2006	27/04/06	27/04/36	08/11/07	195 km	230 Kv	34.050	IPCA	Sim	Não
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica	Machadinho (SC) - Campos Novos (SC)	007/2004	18/02/04	18/02/34	03/10/07	51 km	525 Kv	22.660	IGP-M	Sim	Não
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.	Verona (ES) - Mascarenhas (ES)	006/2007	20/04/07	20/04/37	12/12/08	107 km	230 Kv	12.066	IPCA	Sim	Sim
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.	Juba (MG) - Juína (MG)	011/2008	16/10/08	16/10/38	11/07/11	775 km	230 Kv	39.011	IPCA	Não	Sim
Transmissora Matrossense de Energia S.A.	Jauru (MT) - Cuiabá (MT)	023/2009	19/11/09	19/11/39	22/11/11	348 km	500 Kv	37.826	IPCA	Não	Sim
Empresa Santos Dumont de Energia S.A.	Subestação Santos Dumond (MG)	025/2009	19/11/09	19/11/39	05/02/13	Subestação	138/345 Kv	11.441	IPCA	Não	Sim
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.	Nova Mutum (MT) - Nobres (MT) - Cuiabá (MT)	005/2010	12/07/10	12/07/40	16/12/11	235 km	230 Kv	11.381	IPCA	Não	Sim
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A.	Subestação Varzea Grande (MT)	018/2010	23/12/10	23/12/40	23/12/12	Subestação	138/230 Kv	3.849	IPCA	Não	Sim
Transnorte Energia S.A.	Boa Vista (RR) - Equador (RR) - Lechuga (AM)	003/2012	25/01/12	25/01/42	Pré Operacional	715 km	500 Kv	143.051	IPCA	Não	Sim
Empresa de Transmissão Serrana S.A.	Subestação Abdon Batista / Gaspar (SC)	006/2012	10/05/12	10/05/42	Pré Operacional	Subestação	230/525 Kv	16.790	IPCA	Não	Sim
Empresa Litorânea de Transmissão de Energia S.A.	Henry Borden (SP) - Manoel de Nobrega (SP)	016/2014	05/09/14	05/09/44	Pré Operacional	SE+38 Km	230/345 Kv	28.865	IPCA	Não	Sim
Transchile Charrúa Transmisión S.A. (*)	Charrúa - Nueva Temuco - Chile	N/A	16/06/05	N/A	21/01/10	200 km	220 Kv	N/A	CPI-USA	Não	Sim
<b>Total</b>						<b>5.703 km</b>		<b>1.361.055</b>			

(\*) As linhas de transmissão da Transchile estão localizadas no Chile. Certas regras de concessão aplicáveis no Chile divergem das aplicáveis no Brasil, como por exemplo, podemos citar o fato dos ativos da Transchile não serem reversíveis ao Poder Concedente do Chile e o prazo de concessão ser indeterminado.

## Concessões e autorizações de geração de energia elétrica

A Companhia detém os direitos de concessão e/ou autorização de 6 PCHs, 4 UHEs e um projeto eólico (5 parques eólicos), que totalizam 679 MW. Os sistemas de geração que a Companhia opera, por meio de contratos de concessões e/ou autorizações com prazo de 30 e 35 anos, estão localizados nos Estados do Goiás, Rio Grande do Sul, São Paulo, Amapá e, futuramente, nos Estados do Rio Grande do Sul (Forquilha IV), Goiás (Verde 8), Minas Gerais (Água Limpa) e Ceará (Eólicas). A Companhia também possui o controle da Risaralda Energia SAS/ESP (Colômbia) e detém a participação de 24,79% das ações de La Virgen S.A.C (Peru), sendo esta, controlada da Alupar Inversiones Peru S.A.C.

A tabela abaixo apresenta a relação dos ativos de geração de energia elétrica:

Empresas	Localização	Contrato de Concessão / Resolução Autorizativa ANEEL nº	Prazo da Concessão/ Autorização		Início da Operação	Capacidade Instalada - MW	Energia Assegurada - MW
			Início	Fim			
Foz do Rio Claro Energia S.A.	Rio Claro - Caçu (GO) e São Simão (GO)	005/2006	15/08/06	15/08/41	02/12/10	68,4	41,0
Ijuí Energia S.A.	Rio Ijuí - Rolador (RS) e Salvador das Missões (RS)	006/2006	15/08/06	15/08/41	04/06/11	51,0	30,4
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	Rio Paraíba do Sul - Lavrinhas (SP)	138/2004 - 716/2006	06/04/04	06/04/34	03/09/11	30,0	21,4
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	Rio Paraíba do Sul - Queluz (SP)	139/2004 - 715/2006	06/04/04	06/04/34	12/08/11	30,0	21,4
Ferreira Gomes Energia S.A.	Rio Araguari - Ferreira Gomes (AP)	002/2010	09/11/10	09/11/45	04/11/14	252,0	150,2
Energia dos Ventos I S.A.	Aracati (CE)	Portaria 431	17/07/12	17/07/47	Pré Operacional	19,2	9,90
Energia dos Ventos II S.A.	Aracati (CE)	Portaria 428	16/07/12	16/07/47	Pré Operacional	12,6	5,80
Energia dos Ventos III S.A.	Aracati (CE)	Portaria 433	19/07/12	19/07/47	Pré Operacional	16,0	8,50
Energia dos Ventos IV S.A.	Aracati (CE)	Portaria 442	24/07/12	24/07/47	Pré Operacional	27,0	13,90
Energia dos Ventos X S.A.	Aracati (CE)	Portaria 435	19/07/12	19/07/47	Pré Operacional	14,4	7,30
Geração de Energia Termoeletrica e Participações S.A.	Rio de Janeiro (RJ)	N/A	N/A	N/A	Pré Operacional	-	-
Risaralda Energia S.A.S.E.S.P. (*)	Rio Risaralda (PCH Morro Azul) e Rio Guatica (PCH Guática I e PCH Guática II) - Colômbia	N/A	N/A	N/A	Pré Operacional	31,9	20,2
Forquilha IV Energia S.A.	Rio Forquilha - Machadinho (RS) e Maximiliano de Almeida (RS)	Em andamento	Em andamento	Em andamento	Pré Operacional	-	-
Verde 8 Energia S.A.	Rio Verde - Santa Helena de Goiás (GO)	006/2013	29/08/13	29/08/48	Pré Operacional	30,0	18,7
Água Limpa S.A.	Rio Piracicaba - Antônio Dias (MG)	010/2013	13/12/13	13/12/48	Pré Operacional	23,0	11,9
La Virgen S.A.C.(*)	Rio Tarma - Peru	253/2005 - 313/2008	N/A	N/A	Pré Operacional	64,0	40,4
						<b>669,5</b>	<b>401,0</b>

(\*) As concessões de Risaralda e La Virgen estão localizadas na Colômbia e no Peru respectivamente, desta forma, as regras regulatórias aplicáveis naqueles países divergem das regras aplicáveis no Brasil.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia está realizando estudos para obtenção de novas autorizações para Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs em diversos estados brasileiros.



**Alupar**

## **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis**

Através da Reunião do Conselho de Administração da Companhia, foi autorizada a conclusão da elaboração das Demonstrações Contábeis em 5 de março de 2015.

### **2.1. Declaração de Conformidade**

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de contabilidade IFRS emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e, também, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, os quais foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, incluindo também dispositivos da Lei Societária.

As demonstrações contábeis individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação societária vigente. Em dezembro de 2014, foi aprovada a revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07, que alterou o CPC 35, CPC 37 e o CPC 18 e autorizou a utilização da equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis separadas em IFRS, eliminando dessa forma, a diferença de prática contábil entre o IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil nas demonstrações individuais.

A Companhia optou por apresentar essas informações contábeis individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

### **2.2. Base de preparação e apresentação**

Todos os valores apresentados nestas informações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido aos arredondamentos, os números ao longo deste documento podem não perfazer precisamente aos totais apresentados.

Os dados não financeiros incluídos nessas informações contábeis, tais como capacidades de geração de energia elétrica, volumes de energia elétrica gerada, volume de energia vendida e comprada não foram abrangidos pelo escopo dos nossos auditores independentes.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, ativos financeiros da concessão, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive provisões para contingências e de constituição de ativos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas informações contábeis devido ao processo inerente das estimativas. A Companhia revisa suas estimativas a cada data de reporte.



## **2.3. Moeda Funcional e conversão de saldos e transações em moeda estrangeira**

### **2.3.1. Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia, de suas controladas e controladas em conjunto, com exceção das controladas Alupar Peru (\*) e La Virgen e da controlada em conjunto Transchile, cuja moeda funcional é dólar norte-americano (US\$) e da controlada Risaralda, cuja moeda funcional é peso colombiano. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

(\*) Em outubro de 2014, a controlada Alupar Inversiones Peru S.A.C. (“Alupar Peru”) captou um empréstimo no montante US\$ 15.000, cujo objetivo foi o repasse para a controlada La Virgen S.A.C. (“La Virgen”), e dessa forma passou a deter 40,21% das ações, tornando-se acionista majoritário da mesma. Como consequência dessa operação, a principal fonte de financiamento das operações da Alupar Peru, que é uma holding, cujo objeto social é investir em empresas do segmento de energia e infraestrutura localizadas no Peru e no exterior passou a ser proveniente do dólar norte-americano.

Diante do exposto acima, a partir de 1º de novembro de 2014, a controlada Alupar Peru alterou a sua moeda funcional de novo sol para o dólar norte-americano (US\$).

### **2.3.2. Transações e saldos**

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da entidade, foram convertidas pela taxa de câmbio na data em que as transações foram realizadas. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da entidade pela taxa de câmbio na data-base das informações contábeis. Itens não monetários em moeda estrangeira reconhecidos pelo seu valor justo são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data em que o valor justo foi determinado.

## **2.4. Critérios de consolidação**

As demonstrações contábeis consolidadas incluem a Companhia e suas controladas. São consideradas controladas quando a Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As informações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Entre os principais ajustes de consolidação estão às seguintes eliminações:

- Saldos das contas de ativos e passivos, bem como dos valores de receitas e despesas entre as empresas controladora e controladas, de forma que as informações contábeis consolidadas representem saldos de contas a receber e a pagar efetivamente com terceiros.
- Participações no capital e lucro (prejuízo) do exercício das empresas controladas.

**Alupar**

A Administração da Companhia, baseada nos estatutos e acordo de acionista, controla as empresas relacionadas a seguir e, portanto, realiza a consolidação integral das mesmas:

Descrição	Abreviatura	Atividade	Participação (%)	
			31/12/2014	31/12/2013
<b>Controladas diretas:</b>				
Alupar Inversiones Peru S.A.C.	"Alupar Peru"	Holding	100,00	99,99
Transminas Holding S.A.	"Transminas"	Holding	70,02	70,02
Boa Vista Participações S.A.	"Boa Vista"	Holding	80,00	80,00
Alupar Chile Inversiones SpA	"Alupar Chile"	Holding	100,00	-
Foz do Rio Claro Energia S.A.	"Foz"	Geração	50,01	50,01
Ijuí Energia S.A.	"Ijuí"	Geração	50,01	50,01
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A. (b) e (f)	"Lavrinhas"	Geração	61,00	42,51
Usina Paulista Queluz de Energia S.A. (b) e (f)	"Queluz"	Geração	65,70	42,51
Ferreira Gomes Energia S.A	"Ferreira Gomes"	Geração	100,00	99,99
Geração de Energia Termoeletrica e Participações S.A.	"GET"	Geração	51,00	51,00
Risaralda Energía S.A.S.E.S.P.	"Risaralda"	Geração	99,95	99,89
Forquilha IV Energia S.A.	"Forquilha IV"	Geração	99,99	99,99
Verde 8 Energia S.A.	"Verde 8"	Geração	99,90	99,90
Agua Limpa S.A.	"Agua Limpa"	Geração	90,00	90,00
La Virgen S.A.C. (d)	"La Virgen"	Geração	24,79	65,00
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	"EATE"	Transmissão	50,02	50,02
Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	"STN"	Transmissão	51,00	51,00
Empresa de Transmissão do Espirito Santo S.A.	"ETES"	Transmissão	100,00	99,99
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.	"ETEP"	Transmissão	50,02	50,02
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	"ENTE"	Transmissão	50,01	50,01
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. (a), (d) e (g)	"ERTE"	Transmissão	21,96	50,01
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.	"ECTE"	Transmissão	47,52	47,52
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.	"ETEM"	Transmissão	62,06	62,06
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A.	"ETVG"	Transmissão	100,00	99,99
Empresa Litorânea de Transmissão de Energia S.A.	"ELTE"	Transmissão	99,99	-
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica (h)	"Lumitrans"	Transmissão	15,00	15,00
Sistema de Transmissão Catarinense S.A. (c)	"STC"	Transmissão	20,00	20,00
ACE Comercializadora Ltda.	"ACE"	Comercializadora	100,00	99,90
AF Energia S.A.	"AF"	Serviços	99,99	99,99

Descrição	Abreviatura	Atividade	Participação (%)	
			31/12/2014	31/12/2013

Descrição	Abreviatura	Atividade	Participação (%)	
			31/12/2014	31/12/2013
<b><u>Controladas indiretas:</u></b>				
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.(i)	"EBTE"	Transmissão	25,51	25,51
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica (i)	"Lumitrans"	Transmissão	40,01	40,02
Sistema de Transmissão Catarinense S.A. (i)	"STC"	Transmissão	30,79	40,02
Companhia Transleste de Transmissão (ii)	"Transleste"	Transmissão	28,71	28,71
Companhia Transirapé de Transmissão (ii)	"Transudeste"	Transmissão	28,71	28,71
Companhia Transudeste de Transmissão (iii)	"Transirapé"	Transmissão	28,71	28,71
Empresa Santos Dumont de Energia S.A. (iii) (i)	"ESDE"	Transmissão	50,02	50,02
Empresa de Transmissão Serrana S.A. (iv)	"ETSE"	Transmissão	47,52	47,52
La Virgen S.A.C. (v)	"La Virgen"	Geração	40,21	-
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. (vi)	"ERTE"	Transmissão	9,04	-
Companhia Transleste de Transmissão (vi)	"Transleste"	Transmissão	5,00	5,00
Companhia Transirapé de Transmissão (vi)	"Transudeste"	Transmissão	5,00	5,00
Companhia Transudeste de Transmissão (vi)	"Transirapé"	Transmissão	5,00	5,00
Sistema de Transmissão Catarinense S.A. (vii)	"STC"	Transmissão	9,23	-
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. (vii)	"ERTE"	Transmissão	19,01	-

(i) Controladas diretamente pela EATE

(ii) Controladas diretamente pela Transminas

(iii) Controlada diretamente pela ETEP

(iv) Controlada diretamente pela ECTE

(v) Controlada diretamente pela Alupar Peru

(vi) Participação indireta via EATE

(vii) Participação indireta via ENTE





**Alupar**

a) Participação da EATE na ERTE

Em 13 de junho de 2014 foi aprovado o aumento do capital social da ERTE de R\$ 36.941, para R\$ 71.941. O aumento de R\$ 35.000 deu-se mediante a emissão de 15.208.597 (quinze milhões, duzentos e oito mil, quinhentos e noventa e sete) novas ações preferenciais. As referidas ações preferenciais foram integralmente subscritas e integralizadas, pela nova acionista EATE, que passou a deter a participação de 29,16% no capital total da ERTE. Com o ingresso da acionista EATE, a Companhia passou a deter uma participação direta na ERTE de 35,43% e indireta de 14,58% (considerando que a Companhia detém a participação de 50,02% da EATE). Essa transação não gerou impactos nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia.

b) Aquisição de participação Queluz e Lavrinhas

Em 26 de setembro de 2014 a Companhia exerceu a Opção de Compra das ações preferenciais pertencentes ao Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FI-FGTS em Queluz e Lavrinhas. Nessa mesma data, a Companhia realizou a liquidação financeira e a consequente aquisição das ações preferenciais, passando dessa forma, a deter a participação de 55,00% das ações de Queluz e Lavrinhas.

c) Participação da ENTE na STC

Em 21 de agosto de 2014, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o aumento do capital social da STC de R\$ 162.340, para R\$ 214.416. O aumento de R\$ 52.076 deu-se mediante a emissão de 48.663.246 (quarenta e oito milhões, seiscentos e sessenta e três mil, duzentos e quarenta e seis) novas ações ordinárias. As referidas ações ordinárias foram subscritas e integralizadas, pela Companhia e pela nova acionista ENTE, que passou a deter a participação de 18,45% no capital total da STC. O ingresso da acionista ENTE não ocasionou variação na participação da Companhia na STC e também não gerou impactos nas demonstrações contábeis consolidadas.

d) Participação da ENTE na ERTE

Em 30 de outubro de 2014, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o aumento do capital social da ERTE de R\$ 71.941, para R\$ 109.497. O aumento de R\$ 37.556 deu-se mediante a emissão de 21.732.203 (vinte e um milhões, setecentos e trinta e dois mil, duzentos e três) novas ações preferenciais. As referidas ações preferenciais foram integralmente subscritas pela nova acionista ENTE, que passou a deter a participação de 29,41% no capital total da ERTE. Com o ingresso da acionista ENTE, a Companhia passou a deter uma participação direta na controlada ERTE 25,01% e indireta de 25,00% (considerando que a Companhia detém a participação de 50,02% da controlada EATE e 50,01% da controlada ENTE). Essa transação não gerou impactos nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia.

**Alupar**

e) Participação da Alupar Peru na La Virgen

Em 17 de novembro de 2014, foi aprovado o aumento do capital social da La Virgen, no montante de \$ 31.811.311 (trinta e um milhões oitocentos e onze mil e trezentos e onze nuevos soles). O aumento deu-se mediante a emissão de 31.811.311 (trinta e um milhões oitocentos e onze mil e trezentos e onze) novas ações, ao qual se materializou da seguinte forma:

Acionista	Saldo inicial	% Participação	Novas ações subscritas	% Participação	Saldo final	% Participação
	Quantidade de ações				Quantidade de ações	
Alupar Invertemiento S.A.	7.176.000	65,00%	3.446.161	10,83%	10.622.161	24,79%
Peruana de Energía S.A.A.	3.864.000	35,00%	11.133.959	35,00%	14.997.959	35,00%
Alupar Inversiones Perú S.A.C.	-	0,00%	17.231.191	54,17%	17.231.191	40,21%
Total	11.040.000	100,00%	31.811.311	100,00%	42.851.311	100,00%

Essa subscrição de ações gerou um prêmio de capital, que foi pago pela Companhia e pela Alupar Peru no montante de \$ 2.120.715 (dois milhões, cento e vinte mil e setecentos e quinze nuevos soles), equivalente a R\$ 1.849 e \$ 10.603.810 (dez milhões seiscentos e três mil e oitocentos e dez nuevos soles), equivalente a R\$ 9.247, respectivamente, e que foram registrados como contrapartida a rubrica de outras despesas. Esse prêmio de capital pago, previsto em acordo de investimento, funciona da seguinte forma: para cada aumento de capital a ser realizado na controlada La Virgen, limitado à importância de US\$ 35.000, a Companhia e a Alupar Peru devem aportar 75% do valor, ao passo que 25% do saldo remanescente deverá ser aportado pelo acionista não controlador, não havendo a diluição e/ou alteração do percentual de participação dos acionistas. Dessa forma, até o limite de US\$ 35.000, a Companhia fará aportes equivalentes a 75% do valor a ser remetido, à título de aumento de capital, mas fará jus às ações correspondentes a 65% das ações a serem emitidas.

O acordo de investimento prevê ainda, que aumentos de capital entre US\$ 35.000 e US\$ 37.500, a Companhia e a Alupar Peru são responsáveis em aportar 70% do montante e 30% do valor restante deverá ser aportado pelo acionista não controlador, não havendo também a diluição e/ou alteração do percentual de participação dos acionistas. Dessa forma, até o limite de US\$ 37.500, a Companhia fará aportes equivalentes a 70% do valor a ser remetido, à título de aumento de capital, mas fará jus às ações correspondentes a 65% das ações a serem emitidas.

f) Aumento de capital – Controladas Queluz e Lavrinhas

**Queluz**

Em 5 de dezembro de 2014, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o aumento do capital social de Queluz no valor de R\$ 63.761 mediante emissão de 40.612.350 (quarenta milhões, seiscentos e doze mil, trezentos e cinquenta) ações ordinárias. As referidas ações ordinárias foram subscritas pela Companhia e pela Enixe Energias e Participações Ltda., as quais foram integralizadas mediante a conversão em capital social de adiantamentos para futuro aumento de capital ("AFACs").





### **Lavrinhas**

Em 5 de dezembro de 2014, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o aumento do capital social de Lavrinhas no valor de R\$ 31.768 mediante emissão de 18.050.000 (dezoito milhões e cinquenta mil) ações ordinárias. As referidas ações ordinárias foram subscritas pela Companhia e pela Enixe Energias e Participações Ltda., as quais foram integralizadas mediante a conversão em capital social de adiantamentos para futuro aumento de capital ("AFACs").

Após o aumento de capital mencionado acima, a Companhia passou a deter a participação nas ações das controladas Queluz e Lavrinhas de 65,70% e 61,00%, respectivamente. Essa transação não gerou impacto nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia.

#### **g) Aumento de capital – Controlada ERTE**

Em 19 de dezembro de 2014, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o aumento do capital social da ERTE de R\$ 109.497, para R\$ 126.941. O aumento de R\$ 17.443 deu-se mediante a emissão de 5.126.185 (cinco milhões, cento e vinte e seis mil, cento e oitenta e cinco) ações ordinárias, e 5.126.185 (cinco milhões, cento e vinte e seis mil, cento e oitenta e cinco) ações preferenciais. As referidas ações ordinárias e preferenciais foram integralmente subscritas e integralizadas, pela nova acionista ENTE, que passou a deter a participação de 38,02% no capital total da ERTE. Com o ingresso da acionista ENTE, a Companhia passou a deter uma participação direta na controlada ERTE 21,96% e indireta de 28,05% (considerando que a Companhia detém a participação de 50,02% da controlada EATE e 50,01% da controlada ENTE). Essa transação não gerou impactos nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia.

#### **h) Aumento da capital – Controlada Lumitrans**

Em 21 de agosto de 2014, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o aumento do capital social da Lumitrans de R\$ 73.570, para R\$ 93.744. O aumento de R\$ 20.174 deu-se mediante a emissão de 14.436.036 (quatorze milhões, quatrocentos e trinta e seis mil e trinta e seis) novas ações ordinárias. As referidas ações ordinárias foram subscritas e integralizadas por todos os acionistas da Lumitrans. Essa transação não gerou impactos nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia.

#### **i) Aumento da capital – Controlada indireta ESDE**

Em 14 de abril de 2014, por meio da Ata da Reunião do Conselho de Administração, foi aprovado o aumento do capital social da ESDE no valor total de R\$ 4.900. O aumento deu-se mediante a emissão de 4.900.000 (quatro milhões e novecentas mil) novas ações ordinárias, todas integralmente subscritas nesta data pela ETEP, as quais foram integralizadas mediante a conversão em capital social de adiantamentos para futuro aumento de capital ("AFACs"). Essa transação não gerou impactos nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia.



As seguintes controladas em conjunto estão registradas no consolidado por meio do método da equivalência patrimonial:

Descrição	Abreviatura	Atividade	Participação (%)	
			31/12/2014	31/12/2013
<u>Investidas com controle compartilhado:</u>				
Energia dos Ventos I S.A.	"EDV I"	Geração	50,99	50,99
Energia dos Ventos II S.A.	"EDV II"	Geração	50,99	50,99
Energia dos Ventos III S.A.	"EDV III"	Geração	50,99	50,99
Energia dos Ventos IV S.A.	"EDV IV"	Geração	50,99	50,99
Energia dos Ventos X S.A.	"EDV X"	Geração	50,99	50,99
Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	"TME"	Transmissão	46,00	46,00
Transchile Charrúa Transmisión S.A.	"Transchile"	Transmissão	51,00	51,00
Transnorte Energia S.A.	"TNE"	Transmissão	51,00	51,00

O exercício social das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da controladora, e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Todos os saldos e transações entre as empresas foram eliminados na consolidação. As transações entre a controladora e as empresas controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes. A participação dos acionistas não controladores, das empresas consolidadas integralmente, é destacada na demonstração do resultado consolidado e na mutação do patrimônio líquido.

### 3. Sumário das práticas contábeis

#### 3.1 Ativos financeiros

##### a) Reconhecimento inicial

Ativos financeiros são quaisquer ativos que sejam: caixa e equivalente de caixa, instrumento patrimonial de outra entidade, incluindo os investimentos de curto prazo, direito contratual, ou um contrato que pode ser liquidado através de títulos patrimoniais da própria entidade.

Os ativos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

Sendo no reconhecimento inicial classificados dentro das seguintes categorias: ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado; investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. Esta classificação depende da natureza, das disposições contratuais e do propósito do ativo financeiro.



## **b) Mensuração subsequente**

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, de acordo com os seguintes critérios:

- Ativos financeiros avaliados a valor justo por meio do resultado - são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo e são apresentados no balanço patrimonial ao valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando adquiridos com a finalidade de venda ou recompra em prazo muito curto, quando fazem parte de uma carteira de instrumentos financeiros para obtenção de lucro no curto prazo ou quando são derivativos. Esses ativos são avaliados subsequentemente pelo seu valor justo com impacto no resultado no exercício.
- Ativos financeiros mantidos até o vencimento - são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis e com vencimento definido para os quais a Companhia tem a intenção e a capacidade de mantê-los até o vencimento. Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.
- Ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis - são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não estão cotados em um mercado ativo. Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.
- Ativos financeiros disponíveis para venda - são ativos financeiros não derivativos e que não são classificados como empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento ou pelo valor justo por meio do resultado. Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo seu valor justo através do patrimônio líquido.

### **3.1.1 Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras, e são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, sendo apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

Para que uma aplicação financeira seja qualificada como equivalente de caixa, ela precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, uma aplicação financeira normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição.



### **3.1.2 Investimento de curto prazo e títulos e valores mobiliários**

Os investimentos de curto prazo incluem aplicações financeiras certificados de depósitos bancários, títulos públicos e fundos de investimentos exclusivos que são integralmente consolidados, estão classificados como disponíveis para venda e após a sua mensuração inicial, são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente na rubrica de “reserva de disponíveis para venda”, no resultado abrangente, sendo transferidos para o resultado do exercício no momento da sua realização. Os efetivos provenientes de perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários, são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

Os investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários são classificados como disponível para venda, em função de não terem sido constituídos com o objetivo de serem negociados no curto prazo, não terem a característica de derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, e a também pelo fato da administração da Companhia não ter a intenção de mantê-los até o vencimento.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, não houve nenhuma alteração relevante no valor justo que devesse ter sido reconhecida no patrimônio líquido.

### **3.1.3 Contas a receber de clientes**

A Companhia e suas controladas classificam os saldos de contas a receber de clientes, como instrumentos financeiros “recebíveis”. Recebíveis são representados por instrumentos financeiros não derivativos com recebimentos fixos, e que não estão cotados em um mercado ativo. Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, por ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação ou por créditos de liquidação duvidosa.

#### **3.1.3.1. Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável, está constituída com base na estimativa das prováveis perdas que possam ocorrer na cobrança dos créditos. O critério utilizado pela Companhia e suas controladas é o de se efetuar análise individual sobre as contas julgadas de difícil recebimento. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Companhia não possui provisão para créditos de liquidação duvidosa registrada em suas demonstrações contábeis.

### **3.1.4 Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros**

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (*impairment*). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro.



### **3.1.5 Baixa de ativos financeiros**

A Companhia e suas controladas baixam seus ativos financeiros quando expiram os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa desse ativo financeiro, ou quando substancialmente todos os riscos e benefícios desse ativo financeiro são transferidos à outra entidade. Caso a Companhia e suas controladas mantenham substancialmente todos os riscos e benefícios de um ativo financeiro transferido, esse ativo financeiro é mantido nas demonstrações contábeis e um passivo é reconhecido por eventuais montantes recebidos na transação.

### **3.1.6 Contratos de concessão**

Os contratos de concessão estabelecem que os ativos vinculados à infraestrutura devam ser revertidos ao poder concedente no final da concessão, mediante pagamento de uma indenização.

De acordo com a ICPC 01 (R1), as infraestruturas enquadradas nas concessões não são reconhecidas pelo operador como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que se considera que o operador não controla os ativos, passando a ser reconhecidas de acordo com um dos seguintes modelos contábeis, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do operador assumido pelo poder concedente no âmbito do contrato:

#### **Modelo do ativo financeiro**

Este modelo é aplicável quando o operador tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão e resulta no registro de um ativo financeiro, o qual é registrado ao custo amortizado.

Este modelo se aplica às nossas concessionárias de transmissão de energia elétrica.

#### **Modelo do ativo intangível**

Este modelo não é aplicável a nenhum tipo de concessão mantido pelas concessionárias do Grupo.

## **3.2 Ativos mantidos para venda**

Os ativos não correntes, ou grupos mantidos para venda ou distribuição contendo ativos e passivos, são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que serão recuperados primariamente através de venda ao invés do uso contínuo.

Os ativos, ou o grupo de ativos, mantidos para venda, são geralmente mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. Qualquer perda por redução ao valor recuperável sobre um grupo de ativos mantidos para venda é inicialmente alocada ao ágio, e, então, para os ativos e passivos remanescentes em uma base pro rata, exceto pelo fato de que nenhuma perda deva ser alocada aos estoques, ativos financeiros, ativos fiscais diferidos, ativos de benefícios a empregado, propriedade para investimento e ativos biológicos, os quais continuam sendo mensurados conforme as outras políticas contábeis do Grupo. As perdas por redução ao valor recuperável apurados na classificação inicial como mantidas para venda ou para distribuição e os ganhos e perdas subsequentes sobre remensuração, são reconhecidos no resultado.



Uma vez classificados como mantidos para venda, ativos intangíveis e imobilizado não são mais amortizados ou depreciados, e qualquer investimento mensurado pelo método da equivalência patrimonial não é mais sujeito à aplicação do método.

Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia registrou como ativos mantidos para venda, os seus investimentos mensurados pelo método de equivalência patrimonial nas seguintes empresas: Energia dos Ventos V S.A., Energia dos Ventos VI S.A, Energia dos Ventos VII S.A, Energia dos Ventos VIII S.A e Energia dos Ventos IX (vide nota explicativa 11).

### **3.3 Investimentos**

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método de equivalência patrimonial.

### **3.4 Imobilizado**

A depreciação é calculada pelo método linear, por componente, com base nas taxas divulgadas na nota explicativa 16, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastros (UC), e conforme taxas anuais determinadas pela Resolução ANEEL nº 474 de 07 de fevereiro de 2012, a qual estabeleceu novas taxas de depreciação anuais para ativos em serviço outorgado no setor elétrico, com vigência a partir de 01 de janeiro de 2012. Estas taxas de depreciação levam em consideração o tempo de vida útil-econômica estimada dos bens na data base de 31 de dezembro de 2014.

O entendimento da Administração da Companhia é que no advento do termo final do contrato de concessão, os bens e as instalações vinculados à produção de energia elétrica, passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados e apurados por auditoria da ANEEL.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são atualizados conforme revisões efetuadas pela ANEEL, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

### **3.5 Intangível**

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.





Ativos intangíveis com vida definida são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisadas no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na rubrica de outras despesas líquidas, consistente com a utilização do ativo intangível.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, quando existentes, são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

O saldo do ativo intangível da Companhia e suas controladas estão compostos principalmente por:

#### **Direito de concessão – uso do bem público**

O ativo intangível das controladas Ijuí, Foz e Ferreira Gomes, compreendem o direito das controladas operarem como concessionária de Uso do Bem Público (UBP) na produção e comercialização de energia elétrica, conforme contrato de concessão, as quais pagarão por este direito pelo prazo de concessão.

A vida útil desse intangível é avaliada como definida, pelo prazo de 35 anos, conforme o período de concessão.

#### **Ativos intangíveis adquiridos de terceiros (ágio) e desenvolvimento de projetos**

Referem-se ao ágio decorrente dos ativos adquiridos de terceiros, inclusive por meio de combinação de negócios, e os projetos de UHE's, PCH's, Usinas Eólicas, entre outros. Além disso, para desenvolvimento destes e para os demais projetos a Companhia incorre em custos pré-operacionais inerentes ao processo de desenvolvimento de tais projetos, como a contratação de serviços de engenharia, viagens e outros. Após a autorização/permissão/concessão das licenças para instalação, os projetos desenvolvidos são alocados às Sociedades de Propósito Específicos – SPE's controladas que reembolsarão todos os gastos incorridos à Companhia.

Os gastos incorridos em um projeto que porventura se torne passível de não instalação são revertidos para o resultado da Companhia. Estas reversões são baseadas em avaliações da administração.

### **3.6 Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos não circulantes ou de longa duração**

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia e suas controladas. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa. Com o objetivo de avaliar o valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (unidades geradoras de caixa – UGC). Desse modo, as controladas relacionadas à transmissão de energia e geração de energia, foram analisadas isoladamente, de acordo com a sua geração de caixa.



Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

### **3.7 Provisões**

Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como mais provável que não e seu montante possa ser estimado de forma confiável. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação.

#### **3.7.1 Provisões para contingências**

A Companhia e suas controladas são parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

#### **3.7.2 Provisões para compensações ambientais**

Em função das suas atividades, as controladas da Companhia constituíram provisões para compensações ambientais. Estas obrigações estão relacionadas a investimentos em unidades de conservação assumidos durante o processo de licenciamento do empreendimento. A contrapartida desta provisão foi registrada na rubrica do imobilizado.

#### **3.7.3 Provisões de constituição dos ativos**

As provisões de constituição de ativos contemplam obrigações assumidas em obras a serem finalizadas, e que estão relacionadas a um determinado projeto que já entrou em operação.

### **3.8 Passivos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente**

São quaisquer passivos que sejam obrigações contratuais (i) que determinem a entrega de caixa ou de outro ativo financeiro para outra entidade ou, ainda, (ii) que determinem uma troca de ativos ou passivos financeiros com outra entidade em condições desfavoráveis à Companhia e suas controladas. Passivos financeiros ainda incluem contratos que serão ou poderão ser liquidados com títulos patrimoniais da própria entidade.



Os passivos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado; empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de hedge, conforme o caso. Esta classificação depende da natureza e do propósito do passivo financeiro, os quais são determinados no seu reconhecimento inicial.

Os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures não conversíveis, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Empréstimos, financiamentos e debêntures não conversíveis: são atualizados pela variação monetária, de acordo com os índices determinados em cada contrato, incorridos até a data do balanço em adição aos juros e demais encargos contratuais, os quais são registrados em despesas financeiras, utilizando o método de taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método de taxa de juros efetivos. As controladas operacionais e a Companhia apropriam os custos com empréstimos resultado do exercício, quando incorridos. Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte dos custos do correspondente ativo.

Fornecedores: inclui obrigações com fornecedores de energia, materiais e serviços, bem como a compra de energia de curto prazo adquirida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE e a tarifa de uso do sistema de distribuição – TUSD.

### **3.8.1 Liquidação de passivos financeiros**

A Companhia liquida os passivos financeiros somente quando as obrigações são extintas, ou seja, quando são liquidadas, canceladas pelo credor ou prescritas de acordo com disposições contratuais ou legislação vigente.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

## **3.9 Instrumentos financeiros – apresentação líquida**

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.



### **3.10 Tributação**

#### **3.10.1 Impostos sobre as vendas**

As receitas de vendas das controladas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) – 0,65% e 1,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,00% e 7,6%;
- Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) - alíquota de acordo com o Estado aonde a energia é faturada.

Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

#### **3.10.2 Imposto de renda e contribuição social - correntes**

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$240 no exercício base para apuração do imposto, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, exceto as controladas, que estão sob o regime de apuração com base no lucro presumido conforme detalhado na nota explicativa 31. O imposto de renda e a contribuição social corrente são reconhecidos pelo regime de competência. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Atualmente, a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto estão sujeita as seguintes formas de tributação do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL):

- Lucro Presumido: Podem ser tributadas nesta forma todas aquelas empresas cuja receita bruta total (Considera-se como receita bruta total a receita bruta de vendas somada aos ganhos de capital e às demais receitas e resultados positivos decorrentes de receitas não compreendidas na atividade) tenha sido igual ou inferior a R\$ 78.000, no ano-calendário anterior, ou a R\$ 6.500 multiplicado pelo número de meses em atividade no ano-calendário anterior (Lei nº 10.637, de 2002, art. 46); e que não estejam obrigadas à tributação pelo lucro real em função da atividade exercida ou da sua constituição societária ou natureza jurídica. No caso das controladas e controladas em conjunto que estão sujeitos a esta forma de tributação, a alíquota de cada tributo (15% ou 25% de IRPJ e 9% da CSLL) incide sobre as receitas com base em percentual de presunção variável (8% do faturamento para IRPJ e 12% para CSLL). Este percentual deriva da presunção de uma margem de lucro para cada atividade (daí a expressão Lucro Presumido) e é predeterminado pela legislação tributária.



- **Lucro Real** - Lucro real é o lucro líquido do exercício de apuração ajustado pelas adições, exclusões ou compensações prescritas ou autorizadas pela legislação fiscal. A determinação do lucro real será precedida da apuração do lucro líquido de cada exercício de apuração com observância das leis comerciais. No caso da Companhia, das suas controladas e das suas controladas em conjunto que estão sujeitos a esta forma de tributação, a alíquota de cada tributo (15% ou 25% de IRPJ e 9% da CSLL) incide diretamente sobre o lucro líquido contábil somado aos ajustes determinados pela legislação fiscal.

A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações as quais a regulamentação fiscal requer interpretações e estabelece provisões quando apropriado.

### **3.10.3 Imposto de renda e contribuição social - diferidos**

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Caso a estimativa de lucros tributáveis futuros indique que os impostos diferidos ativos não serão recuperados, a Companhia e suas controladas registram provisão para redução ao seu provável valor de realização. Esta análise é fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico aprovado pelos órgãos de administração da Companhia.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

### **3.11 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes**

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.



Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e os outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas.

### **3.12 Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante**

Um ativo ou passivo deverá ser registrado como não circulante se o prazo remanescente do instrumento for maior do que 12 meses e não é esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subsequentes à data-base das demonstrações contábeis, caso contrário será registrado no circulante.

### **3.13 Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. Nas datas das demonstrações contábeis a Companhia e suas controladas não possuíam ajustes a valor presente de montantes significativos.

### **3.14 Dividendos**

Os dividendos propostos a serem pagos e fundamentados em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 50% do lucro anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários, que deverão estar respaldados em resultados auditados por empresa independente, contendo projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade da proposta.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como “dividendo adicional proposto” no patrimônio líquido.





### **3.15 Reconhecimento da receita**

A receita de venda inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização. As quantias cobradas por conta de terceiros - tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos da Companhia e de suas controladas, portanto, não estão apresentadas na demonstração do resultado.

#### **3.15.1 Receita de transmissão de energia elétrica**

As controladas do segmento de transmissão reconhecem a receita da prestação de serviços de transmissão em conformidade com a normativa contábil da ICPC 01 (R1). Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 17 (R1) (IAS 11) e CPC 30 (R1) (IAS 18), mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão.

O valor da receita pode ser mensurado com segurança, e os benefícios são atingidos para as atividades de transmissão de energia, uma vez que, na atividade de transmissão de energia, a receita prevista no contrato de concessão, a RAP, é realizada (recebida/auferida) pela disponibilização das instalações do sistema de transmissão e não depende da utilização da infraestrutura pelos usuários do sistema.

As receitas no período pré-operacional do negócio de transmissão de energia, quando registradas, são segregadas em:

- Receitas de infraestrutura
- Remuneração do ativo do financeiro da concessão

E no período operacional do negócio de transmissão de energia, quando registradas, são segregadas em:

- Receita de transmissão de energia
- Remuneração do ativo financeiro da concessão

#### **3.15.2 Receita de suprimento de energia elétrica**

As controladas do segmento de geração reconhecem a receita de suprimento de energia elétrica no resultado de acordo com as regras de mercado de energia elétrica, a qual estabelece a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração da energia entregue, conforme as bases contratadas ocorrem em bases mensais.

#### **3.15.3 Receita de juros**

A receita de juros decorrentes de equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários são calculadas com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.



### **3.16 Resultado por ação**

A Companhia efetua os cálculos do resultado por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o exercício correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações, emissões de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações. Não existem instrumentos financeiros de capital que poderiam afetar o lucro líquido por ação por meio de diluição e, portanto o lucro líquido por ação básico ou diluído são idênticos.

O estatuto da Companhia atribui direitos idênticos às ações preferenciais e às ordinárias com relação a participação nos lucros distribuídos.

### **3.17 Programas de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)**

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as empresas transmissoras e geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esses programas. A Companhia possui registrado no passivo circulante e não circulante a rubrica taxas regulamentares e setoriais, na qual está registrado o valor destinado da receita, conforme período previsto para a realização dos investimentos.

### **3.18 Segmento de Negócios**

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da Companhia para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho e para o qual haja informação financeira individualizada disponível.

### **3.19 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**

#### **Julgamentos**

A preparação das demonstrações contábeis da controladora e consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de provisões para litígios, passivos contingentes, na data base das demonstrações contábeis. Quando necessário, as estimativas basearam-se em pareceres elaborados por especialistas. A Companhia e suas controladas adotaram premissas derivadas de experiências históricas e outros fatores que entenderam como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia e suas controladas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.



## **Estimativas e premissas**

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

### **3.19.1 Vida útil dos bens do imobilizado**

Conforme descrito na nota explicativa 3.4, a Companhia e suas controladas utilizam os critérios definidos na Resolução ANEEL nº. 474, de 7 de fevereiro de 2012, na determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado. A Companhia entende que esses critérios refletem adequadamente a vida útil de seus ativos.

### **3.19.2 Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros**

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso.

### **3.19.3 Impostos**

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

### **3.19.4 Valor justo de instrumentos financeiros**

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.



### **3.19.5 Contabilização de contratos de concessão**

Na contabilização dos contratos de concessão a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a: aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de construção, ampliação e reforços como ativo financeiro.

### **3.19.6 Momento de reconhecimento do ativo financeiro**

A Administração da Companhia e de suas controladas avaliam o momento de reconhecimento dos ativos financeiros com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo financeiro somente ocorrerão quando da prestação de serviço de construção relacionado com ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, com contrapartida de ativo financeiro.

### **3.19.7 Determinação da taxa efetiva de juros do ativo financeiro**

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento.

### **3.19.8 Determinação das receitas de infraestrutura**

As controladas abrangidas pelo escopo do ICPC 01 (R1), registram a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão de acordo com o CPC 17 (R1) e CPC 30 (R1). De acordo com a regulação do setor elétrico brasileiro, a concessionária de geração ou transmissão é responsável pela construção do respectivo empreendimento, e dessa forma é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção, por consequência, apurar margem de lucro, se houver. Na contabilização das receitas de construção a Administração da Companhia e de suas controladas avaliam questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de construção mais determinadas despesas do período de construção. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

### **3.19.9 Determinação das receitas de operação e manutenção**

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo e os respectivos custos, conforme estágio de conclusão do contrato.

## **3.21 Demonstração do Valor Adicionado (DVA)**

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e suas controladas e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia e suas controladas, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis individuais e como informação suplementar às demonstrações contábeis consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.



### **3.22 Combinação de negócios**

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição. Para cada combinação de negócio, a Companhia mensurou a participação de não controladores na adquirida pela parte que lhes cabe no valor justo dos ativos identificáveis líquidos das adquiridas. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente é reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo são reconhecidas na demonstração do resultado ou em outros resultados abrangentes. Se a contraprestação contingente for classificada como patrimônio, não é reavaliada até que seja finalmente liquidada no patrimônio.

Para algumas investidas a Companhia adquire o controle após a fase pré-operacional sem transferência de contraprestação. Este fato se dá em função de alguns direitos de veto de não controladores deixarem de ser relevantes no momento em que a empresa entra em operação.

## **4. Pronunciamentos técnicos, interpretações e novas normas**

### **4.1 Pronunciamentos que entraram em vigor em 2014**

Diversas normas e alterações entraram em vigor para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2014 e que não tiveram nenhum impacto sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

### **4.2 Normas e interpretações que ainda não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2014**

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia e das suas controladas são conforme segue:

- Revisão da IFRS 9 - Instrumentos Financeiros;
- Alterações à IFRS 11 - Contabilização para Aquisições de Participações em Operações em Conjunto;
- IFRS 14 - Contas Regulatórias Diferidas;
- IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes;
- Alterações às IAS 16 e IAS 38 - Esclarecimento sobre os Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização;
- Alterações às IAS 16 e IAS 41 - Agricultura: Plantas Produtivas;
- Alterações à IAS 19 - Planos de Benefícios Definidos: Contribuições dos Empregados;
- Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2010 – 2012 e;
- Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2011 - 2013.

Os possíveis impactos decorrentes dessa adoção serão avaliados quando da emissão dos pronunciamentos técnicos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis.



## 5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa:	Remuneração média - % CDI		Controladora	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
<b>Aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa</b>				
Numerário disponível (Caixa e bancos)	-	-	297	392
Fundos de investimento (*)	92,32%	101,00%	48.770	238.333
Certificados de depósitos bancários	101,00%	101,00%	22.795	10.658
Operações compromissadas	100,00%	100,00%	42.126	114.823
Aplicações automáticas	20,00%	20,00%	174	458
<b>Total</b>			<b>114.162</b>	<b>364.664</b>

Caixa e equivalentes de caixa:	Remuneração média - % CDI		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
<b>Aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa</b>				
Numerário disponível (Caixa e bancos)	-	-	67.090	26.316
Fundos de investimento (*)	92,32%	101,00%	48.770	238.333
Certificados de depósitos bancários	93,58%	96,39%	156.533	108.101
Operações compromissadas	99,81%	100,00%	42.456	130.247
Outros fundos de investimento	93,84%	100,74%	19.609	13.861
Aplicações automáticas	20,00%	20,00%	3.234	3.196
<b>Total</b>			<b>337.692</b>	<b>520.054</b>

A Companhia e suas controladas têm políticas de investimentos financeiros que determinam que as aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e em aplicações em instituições financeiras de primeira linha.

Aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa:

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários, fundos de investimento em renda fixa, operações compromissadas e aplicações financeiras automáticas, que são vinculadas a conta corrente, onde a remuneração efetiva dependerá do prazo total pelo qual os recursos permanecem aplicados, considerando que a administração registra essas aplicações pelo percentual de rendimento mínimo, não ocorrendo, portanto risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado, e são considerados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo em contrapartida do resultado.

(\*) Referem-se ao fundo exclusivo FI – Energia, cuja composição da carteira é assim como segue:

Controladora / Consolidado	
31/12/2014	31/12/2013
<b>Composição da carteira</b>	
Operações compromissadas - Notas do tesouro nacional	71.816 259.094
Títulos federais - Letras financeiras do tesouro	140.258 227.824
Títulos privados - Certificados de depósitos bancários	46.501 31.356
Valores a pagar	(15) (17)
Disponibilidades	1 (1)
<b>Total - FI Energia</b>	<b>258.561 518.256</b>
Registrado em caixa e equivalentes de caixa	48.770 238.333
Registrado em investimentos de curto prazo	209.791 279.923
<b>Total - FI Energia</b>	<b>258.561 518.256</b>



**Alupar**

## 6. Investimentos de curto prazo

Investimentos de curto prazo:	Remuneração média - % CDI		Controladora / Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
<b>Aplicações financeiras classificadas como investimentos de curto prazo</b>				
Fundos de investimento (*)	92,32%	101,00%	209.791	279.923
			<u>209.791</u>	<u>279.923</u>

Aplicações financeiras classificadas como investimentos de curto prazo:

Referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários, fundo exclusivo investido primordialmente em títulos do Tesouro Brasileiro (vide abaixo), e outros fundos de investimento em CDI, e são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

(\*) Referem-se ao fundo exclusivo FI – Energia, vide composição na nota explicativa 5.

## 7. Títulos e valores mobiliários

A composição da carteira dos títulos e valores mobiliários é assim como segue:

Títulos e valores mobiliários:	Remuneração média - % CDI		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
<b>Aplicações financeiras classificadas como títulos e valores mobiliários</b>				
<b>Circulante</b>				
Outros fundos de investimento	79,92%	-	35.748	-
Operações compromissadas	99,79%	99,00%	14.379	3.336
			<u>50.127</u>	<u>3.336</u>
<b>Não circulante</b>				
Certificados de depósitos bancários	99,00%	99,00%	6.811	6.471
Outros fundos de investimento	89,21%	92,59%	21.762	47.756
Operações compromissadas	-	100,00%	-	10.838
Aplicações automáticas	-	70,00%	-	8.834
			<u>28.573</u>	<u>73.899</u>
			<u>78.700</u>	<u>77.235</u>

Os títulos e valores mobiliários são compostos por:

- Aplicações financeiras constituídas como contas reservas definidas nos contratos de empréstimos e financiamentos das controladas. Estas contas consistem na obrigação de manter aplicações financeiras correspondentes, em média, a três prestações dos empréstimos e financiamentos.
- Aplicações financeiras destinadas ao reinvestimento em projetos de infraestrutura na Amazônia brasileira no qual está sujeito a aprovação da Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA).



## 8. Contas a receber de clientes

a) As contas a receber de clientes estão compostas como a seguir:

	Consolidado					31/12/2014	31/12/2013
	Saldos vencidos	Saldos vencidos (*)					
		Até 30 dias	de 31 a 60 dias	de 61 a 360 dias	há mais de 361 dias		
<b>Sistema de transmissão de energia</b>							
Encargos de uso da transmissão faturados	134.216	2.914	578	3.941	7.681	149.330	128.413
(-) Provisão de parcela variável	-	-	-	-	-	-	(412)
Contrato de conexão do sistema de transmissão - CCT	-	-	-	-	-	-	92
	134.216	2.914	578	3.941	7.681	149.330	128.093
<b>Sistema de geração de energia</b>							
Contrato bilateral - ambiente regulado	12.005	-	538	-	36	12.579	11.492
Contrato bilateral - ambiente livre	7.419	-	-	-	-	7.419	9.142
MRE e Spot (energia de curto prazo)	73.055	-	-	-	-	73.055	1.258
	92.479	-	538	-	36	93.053	21.892
	226.695	2.914	1.116	3.941	7.717	242.383	149.985
Circulante						228.751	128.818
Não circulante						13.632	21.167
<b>Total</b>						242.383	149.985

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa, mesmo com relação aos itens vencidos há mais de 360 dias, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas nas contas a receber, avaliação e monitoramento do risco de crédito e que as mesmas são garantidas por meio do Operador Nacional do Sistema (ONS).

b) A movimentação das contas a receber de clientes é como segue:

	Consolidado							
	31/12/2013	Provisão	Reversão da provisão	Faturamento	Recebimento	Transferência de adiantamento de clientes	Juros	Baixas
<b>Sistema de transmissão de energia</b>								
Encargos de uso da transmissão faturados	128.413	-	-	1.144.302	(1.115.160)	(8.146)	-	(79)
(-) Provisão de parcela variável	(412)	(21)	21	(965)	1.377	-	-	-
Contrato de conexão do sistema de transmissão - CCT	92	-	-	-	(92)	-	-	-
Contratos de compartilhamento de instalações - CCI	-	-	-	619	(619)	-	-	-
	128.093	(21)	21	1.143.956	(1.114.494)	(8.146)	-	(79)
<b>Sistema de geração de energia</b>								
Contrato bilateral - ambiente regulado	11.492	10	(1.246)	102.724	(100.401)	-	-	-
Contrato bilateral - ambiente livre	9.142	82.125	(86.120)	91.392	(89.179)	-	59	-
MRE e Spot (energia de curto prazo)	1.258	73.010	(50.702)	100.273	(50.784)	-	-	-
	21.892	155.145	(138.068)	294.389	(240.364)	-	59	-
	149.985	155.124	(138.047)	1.438.345	(1.354.858)	(8.146)	59	(79)

	Consolidado							
	31/12/2012	Provisão	Reversão da provisão	Faturamento	Recebimento	Transferência de adiantamento de clientes	Baixas	Contas a receber de clientes adquiridos em transação de capital
<b>Sistema de transmissão de energia</b>								
Encargos de uso da transmissão faturados	109.854	208	-	960.599	(959.417)	14.942	(274)	2.501
(-) Provisão de parcela variável	(267)	303	(383)	-	-	-	267	(332)
Contrato de conexão do sistema de transmissão - CCT	8	-	-	1.194	(1.110)	-	-	-
	109.595	511	(383)	961.793	(960.527)	14.942	(7)	2.169
<b>Sistema de geração de energia</b>								
Contrato bilateral - ambiente regulado	11.127	-	(192)	95.632	(95.075)	-	-	-
Contrato bilateral - ambiente livre	7.578	84.781	(84.643)	98.186	(96.760)	-	-	-
MRE e Spot (energia de curto prazo)	-	8.706	(1.773)	-	(5.675)	-	-	-
Outros	9	-	-	-	-	-	(9)	-
	18.714	93.487	(86.608)	193.818	(197.510)	-	(9)	-
	128.309	93.998	(86.991)	1.155.611	(1.158.037)	14.942	(16)	2.169



## 9. Outros tributos compensáveis

Por força de determinações legais, a Companhia e suas controladas, sofreram as retenções e/ou procederam às antecipações para posterior compensação de impostos e contribuições. Os saldos destes impostos estão assim distribuídos:

### Outros tributos compensáveis:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2014
<b>Circulante</b>				
Programa de Integração Social - PIS	17	-	575	559
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	76	-	3.149	2.850
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	-	-	523	466
Retenções - Lei 10.833 PIS, COFINS e CSLL	-	-	342	542
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	-	-	275	259
Imposto sobre Serviços - ISS	-	-	116	107
Outros	-	-	518	487
	<u>93</u>	<u>-</u>	<u>5.498</u>	<u>5.270</u>
<b>Não circulante</b>				
Programa de Integração Social - PIS	-	-	3.649	4.782
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	-	-	17.862	22.975
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	-	-	89	89
Retenções - Lei 10.833 PIS, COFINS e CSLL	-	-	37	132
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	-	-	13	13
Imposto sobre Serviços - ISS	-	-	93	93
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>21.743</u>	<u>28.084</u>

## 10. Ativo financeiro da concessão

### a) Ativo financeiro da concessão

Os serviços públicos de transmissão de energia elétrica prestados pelas controladas da Companhia são regulamentados pelos contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados com a União – Poder Concedente. Estes contratos de concessão estabelecem os serviços que o operador deve prestar, para quem, e a que preço os serviços devem ser prestados.

As controladas da Companhia realizaram os cálculos para determinar a nova estimativa de valor da indenização dos bens reversíveis ao término da vigência do contrato de concessão do montante atribuível ao ativo financeiro, não resultando impactos relevantes às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2014.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de transmissão de energia elétrica das controladas e controladas em conjunto da Companhia, decidiu-se pela aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão nestas controladas e controladas em conjunto. A Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, indica as condições para a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão de energia elétrica, abrangendo a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.



As infraestruturas construídas da atividade de transmissão que estavam originalmente representadas pelos ativos imobilizados das controladas e controladas em conjunto são, ou serão, recuperada por meio de dois fluxos de caixa, a saber:

- Parte da Receita Anual Permitida – RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão;
- Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa, considerando - se que esta parcela do ativo financeiro é garantida no contrato de concessão, e está incluída no modelo de fluxo de caixa, além de ser reconhecida, como premissa conservadora adotada pela administração, pelo seu valor residual avaliada ao custo histórico.
- Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade dos serviços concedidos.

#### b) Critério de reajuste das tarifas de transmissão

Os contratos de concessão estabelecem os valores de receita que as controladas de transmissão receberão ao longo do período de concessão, sendo tais valores estáveis e previsíveis. A RAP é contratada junto ao poder concedente na outorga das concessões e está sujeita à disponibilidade das linhas de transmissão, e não ao volume de energia transmitida. Segundo os contratos de transmissão das controladas, as RAPs são ajustadas anualmente, no mês de julho, pela variação anual do IGP-M ou IPCA, conforme contrato. As controladas diretas ETEM, ETES, ETVG e ELTE, as controladas em conjunto TME e TNE, controladas indiretas EBTE, ESDE e ETSE, estão sujeitas a uma revisão tarifária a cada 5 anos, durante todo o prazo da concessão. Até que complete o 15º ano de concessão, essa revisão está relacionada essencialmente à variação do custo de dívida, atrelado à variação da Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP") (calculado pela média móvel de cinco anos dessa taxa), conforme regido nos editais de licitação das linhas de transmissão. Os contratos de concessão das controladas diretas EATE, ECTE, ENTE, ERTE, ETEP, ETES, STN, das controladas indiretas Transirapé, Transleste, Transudeste e das controladas diretas e indiretas Lumitrans e STC dispõem que a partir do 16º ano de operação comercial a RAP será reduzida em 50% do valor vigente no 15º ano até o final do prazo de concessão.

Os contratos de concessão outorgados pela ANEEL, anteriores à publicação da Resolução Normativa ANEEL nº 230, de 12 de setembro de 2006, que foi revogada pela Resolução Normativa nº. 490, de 29 de maio de 2012, não contêm previsão que autoriza a revisão tarifária periódica da RAP. Isso porque os respectivos editais de licitação não continham tal previsão, permitindo aos licitantes que projetassem a RAP constante de suas propostas financeiras sem levar em consideração eventuais revisões periódicas.

#### c) Reforços, Melhorias e Receita em função destas obras

O Poder Concedente poderá alterar, unilateralmente, os contratos de concessão, inclusive quando houver alteração do projeto ou das especificações anteriormente previstas. À concessionária é garantido o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão podendo ser conferida uma receita adicional para amortização dos investimentos realizados para a implementação de tais alterações.



Já as melhorias, em tese, encontram-se abrangidas pelo objeto de cada concessão e servem para a continuidade da prestação do serviço adequado. Melhoria compreende a instalação, substituição ou reforma de equipamentos ou adequação destas instalações visando manter a prestação de serviço adequada à transmissão de energia elétrica, de acordo com o respectivo contrato de concessão, Resoluções Normativas e os Procedimentos de Rede. Os custos incorridos com melhorias são registrados de acordo com o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, para que sejam considerados nas revisões da RAP subsequentes.

Reforço é a instalação, substituição ou reforma em instalações de transmissão existentes ou adequação destas instalações, recomendadas pelos planos de expansão do sistema de transmissão e autorizadas previamente pela ANEEL, para aumento da capacidade de transmissão ou da confiabilidade do SIN, ou, a conexão de usuários. Determinadas espécies de reforços poderão ser implementadas diretamente pelas concessionárias de transmissão, sem a autorização prévia da ANEEL, desde que haja solicitação do ONS motivada por expansão da capacidade ou da confiabilidade do SIN.

d) A composição e a movimentação do ativo financeiro da concessão por controlada é como segue:

Consolidado							
Taxa de remuneração do ativo financeiro - a.a	31/12/2013	Receita de transmissão de energia	Remuneração do ativo de concessão	Receita de infraestrutura	Recebimento	31/12/2014	
<b>Controladas diretas</b>							
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	35,49%	962.989	30.012	309.002	-	(352.665)	949.338
Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	21,09%	674.249	17.319	140.007	248	(147.418)	684.405
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	34,04%	570.655	16.974	178.138	242	(183.982)	582.027
Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	15,37%	225.773	4.577	33.188	31	(35.577)	227.992
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.	32,95%	210.944	6.603	62.580	307	(77.937)	202.497
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.	36,05%	199.171	8.844	64.809	407	(79.198)	194.033
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	27,55%	144.438	3.884	36.097	773	(41.455)	143.737
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.	14,75%	99.677	1.970	13.796	683	(11.399)	104.727
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica	22,95%	97.654	2.951	20.644	(3)	(21.837)	99.409
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.	13,02%	85.654	2.618	11.313	3	(11.841)	87.747
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A.	15,20%	29.700	946	4.249	10	(3.954)	30.951
Empresa Litorânea De Transmissão de Energia S.A.	14,84%	-	-	5	445	-	450
		<b>3.300.904</b>	<b>96.698</b>	<b>873.828</b>	<b>3.146</b>	<b>(967.263)</b>	<b>3.307.313</b>
<b>Controladas indiretas</b>							
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.	9,65%	516.877	5.132	51.123	9	(37.446)	535.695
Companhia Transleste de Transmissão	22,01%	156.360	3.805	28.842	-	(33.015)	155.992
Companhia Transudeste de Transmissão	21,55%	100.637	2.139	19.587	-	(20.747)	101.616
Companhia Transirapé de Transmissão	21,09%	91.960	2.552	18.707	31.700	(19.145)	125.774
Empresa Santos Dumont de Energia S.A.	16,54%	80.786	1.114	14.208	6.484	(10.502)	92.090
Empresa de Transmissão Serrana S.A.	15,46%	69.360	-	16.119	89.283	-	174.762
		<b>1.015.980</b>	<b>14.742</b>	<b>148.586</b>	<b>127.476</b>	<b>(120.855)</b>	<b>1.185.929</b>
		<b>4.316.884</b>	<b>111.440</b>	<b>1.022.414</b>	<b>130.622</b>	<b>(1.088.118)</b>	<b>4.493.242</b>
Circulante		1.069.548					1.176.519
Não circulante		3.247.336					3.316.723
		<b>4.316.884</b>					<b>4.493.242</b>

Em 31 de dezembro de 2014, não há itens vencidos registrados no ativo financeiro da concessão.



# Alupar

Consolidado							
Taxa de remuneração do ativo financeiro - a.a	31/12/2011	Receita de transmissão de energia	Remuneração do ativo de concessão	Receita de infraestrutura	Ativo financeiro adquirido em transação de capital	Recebimento	31/12/2012
35,09%	949.869	31.815	308.752	246	-	(327.693)	962.989
21,55%	661.143	16.379	134.545	186	-	(138.004)	674.249
33,55%	547.524	16.764	171.395	7.856	-	(172.884)	570.655
14,16%	221.657	5.287	31.915	247	-	(33.333)	225.773
32,56%	212.453	6.480	64.462	282	-	(72.733)	210.944
37,06%	198.028	10.591	65.664	-	-	(75.112)	199.171
27,20%	138.869	7.652	35.961	603	-	(38.647)	144.438
12,55%	94.589	1.850	12.481	1.127	-	(10.370)	99.677
22,92%	93.932	3.153	20.965	3	-	(20.399)	97.654
12,99%	85.039	2.362	10.095	77	-	(11.919)	85.654
15,20%	27.873	725	3.859	797	-	(3.554)	29.700
	3.230.976	103.058	860.094	11.424	-	(904.648)	3.300.904
8,37%	499.289	8.581	46.684	213	-	(37.890)	516.877
22,48%	152.086	3.797	31.774	-	-	(31.297)	156.360
21,55%	-	654	5.660	-	99.313	(4.990)	100.637
19,25%	88.111	2.358	18.840	173	-	(17.522)	91.960
16,54%	63.379	546	11.793	9.906	-	(4.838)	80.786
16,54%	4.033	-	2.570	62.757	-	-	69.360
	806.898	15.936	117.321		99.313	(96.537)	1.015.980
	4.037.874	118.994	977.415	11.424	99.313	(1.001.185)	4.316.884
	986.344						1.069.548
	3.051.530						3.247.336
	4.037.874						4.316.884

A composição da Receita Anual Permitida - RAP de cada controlada de transmissão do Grupo Alupar de acordo com a Resolução Homologatória nº 1.756 de 24 de junho de 2014 é como segue:

Ciclo 2014-2015	Rede Básica		Rede Básica Fronteira		DIT <sup>(e)</sup> (Exclusivo)		Total	Parcela de ajuste (PA) apuração	Total Líquido
	RBL <sup>(a)</sup>	RBNI <sup>(b)</sup>	RBL <sup>(a)</sup>	RBNI <sup>(b)</sup>	RPEC <sup>(c)</sup>	RCDM <sup>(d)</sup>			
Concessão									
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	359.354	6.885	-	-	-	-	366.239	3.874	370.112
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	191.641	-	-	-	-	-	191.641	2.019	193.660
Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	153.335	-	-	-	-	-	153.335	1.617	154.952
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.	83.439	-	-	-	-	-	83.439	883	84.322
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.	80.877	-	-	-	-	-	80.877	856	81.733
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	33.867	9.151	-	-	-	-	43.018	429	43.447
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.	34.709	1.659	2.281	-	362	-	39.011	956	39.966
Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	22.596	-	6.146	1.742	276	3.290	34.050	744	34.794
Companhia Transleste de Transmissão	34.736	-	-	-	-	-	34.736	366	35.102
Companhia Transirapê de Transmissão	14.824	6.044	3.377	-	275	730	25.249	190	25.439
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica	22.660	-	-	-	-	-	22.660	239	22.899
Companhia Transudeste de Transmissão	21.530	-	-	-	-	-	21.530	224	21.754
Empresa de Transmissão Serrana S.A. (*)	13.797	-	2.115	-	878	-	16.790	-	16.790
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.	6.731	79	-	3.604	-	1.652	12.066	(817)	11.248
Empresa Santos Dumont de Energia S.A.	7.363	-	3.277	-	801	-	11.441	(54)	11.387
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.	11.381	-	-	-	-	-	11.381	133	11.514
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A.	1.113	-	2.330	-	407	-	3.849	(11)	3.838
Empresa Litorânea De Transmissão de Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	1.093.952	23.818	19.526	5.346	2.999	5.672	1.151.313	11.645	1.162.958

(\*) Prevista para entrada em operação parcial em janeiro de 2015.





A composição da Receita Anual Permitida - RAP de cada controlada de transmissão do Grupo Alupar de acordo com a Resolução Homologatória nº 1.559 de 27 de junho de 2013 é como segue:

Ciclo 2013-2014	Rede Básica		Rede Básica Fronteira		DIT <sup>(e)</sup> (Exclusivo)		Total	Parcela de ajuste (PA) apuração	Total Líquido
	RBL <sup>(a)</sup>	RBNI <sup>(b)</sup>	RBL <sup>(a)</sup>	RBNI <sup>(b)</sup>	RPEC <sup>(c)</sup>	RCDM <sup>(d)</sup>			
Concessão									
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	333.241	6.385	-	-	-	-	339.626	(10.246)	329.380
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	177.716	-	-	-	-	-	177.716	(5.361)	172.355
Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	142.193	-	-	-	-	-	142.193	(4.290)	137.903
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.	77.376	-	-	-	-	-	77.376	(2.334)	75.042
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.	75.000	-	-	-	-	-	75.000	(2.263)	72.737
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	31.406	8.486	-	-	-	-	39.892	(853)	39.039
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.	32.629	1.584	2.144	-	341	-	36.698	1.928	38.626
Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	21.242	-	5.777	1.638	259	3.093	32.009	(441)	31.568
Companhia Transleste de Transmissão	32.212	-	-	-	-	-	32.212	(972)	31.240
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica	21.013	-	-	-	-	-	21.013	(634)	20.379
Companhia Transudeste de Transmissão (**)	19.965	-	-	-	-	-	19.965	(602)	19.363
Companhia Transirapé de Transmissão	13.746	-	3.132	-	255	677	17.810	(246)	17.564
Empresa de Transmissão Serrana S.A. (*)	12.970	-	-	1.988	826	-	15.784	-	15.784
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.	6.643	75	-	3.557	-	1.581	11.856	(218)	11.638
Empresa Santos Dumont de Energia S.A.	6.922	-	3.081	-	753	-	10.756	70	10.826
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.	10.699	-	-	-	-	-	10.699	(315)	10.384
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A.	1.046	-	2.191	-	382	-	3.619	(165)	3.454
Total	1.016.019	16.530	16.325	7.183	2.816	5.351	1.064.224	(26.942)	1.037.282

(\*) Prevista para entrada em operação parcial em janeiro de 2015.

(\*\*) A RAP da Transudeste passou a ser considerada a partir de outubro de 2013.

- (a) Rede Básica Licitada
- (b) Rede Básica Novas Instalações
- (c) Receita dos ativos das demais concessionárias de transmissão licitadas
- (d) Receita das Demais Instalações de Transmissão
- (e) Demais Instalações de Transmissão

## 11. Ativos mantidos para venda

### Complexo Fortim

Na data de 23 de dezembro de 2014, Furnas Centrais Elétricas S.A. ("Furnas") e Alupar celebraram o "Contrato de Compra e Venda de Ações e outras Avenças", no qual Furnas se obrigou sob condição suspensiva de eficácia de obtenção de anuência prévia por parte do Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais-DEST, a comprar, e a Alupar se obrigou a vender a totalidade de ações que esta última detém, de emissão da Energia dos Ventos V S.A., Energia dos Ventos VI S.A., Energia dos Ventos S.A. VII S.A., Energia dos Ventos VIII S.A. e Energia dos Ventos IX S.A.. Caso o DEST não aquiesça à operação, FURNAS deverá realizar Chamada Pública para adquirir, de forma indireta, as referidas ações no prazo de 60 (sessenta) dias. As respectivas autorizações e formalidades para a transferência das ações se encontram em fase de execução, sendo certa que foi obtida, em 28 de novembro de 2014, a autorização junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica-CADE e que a Agência Nacional de Energia Elétrica-ANEEL será devidamente informada quando houver a efetivação da transferência, em cumprimento ao disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 484/2012".

A equivalência patrimonial desses ativos foi registrada até 31 de outubro de 2014.

Diante do exposto acima, a Alupar registrou o saldo do investimento referente à participação sobre essas Companhias como um grupo de ativos mantidos para venda.



A tabela a seguir apresenta a relação dos ativos mantidos para venda.

Empresas	Localização	Contrato de Concessão / Resolução Autorizativa ANEEL nº	Prazo da Concessão / Autorização		Início da Operação	Capacidade Instalada - MW	Energia Assegurada - MW
			Início	Fim			
Energia dos Ventos V S.A.	Fortim (CE)	Portaria 432	17/07/12	17/07/47	Pré Operacional	19,20	9,00
Energia dos Ventos VI S.A.	Fortim (CE)	Portaria 459	08/08/12	08/08/47	Pré Operacional	28,80	12,80
Energia dos Ventos VII S.A.	Fortim (CE)	Portaria 458	08/08/12	08/08/47	Pré Operacional	28,80	14,10
Energia dos Ventos VIII S.A.	Fortim (CE)	Portaria 446	25/07/12	25/07/47	Pré Operacional	19,20	9,30
Energia dos Ventos IX S.A.	Fortim (CE)	Portaria 409	05/07/12	05/07/47	Pré Operacional	19,20	9,90
						<b>115,2</b>	<b>55,1</b>

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo dos ativos mantidos para venda estava assim representado:

Controladora / Consolidado	
31/12/2014	31/12/2013
Energia dos Ventos V S.A.	7.922 -
Energia dos Ventos VI S.A.	10.808 -
Energia dos Ventos VII S.A.	10.920 -
Energia dos Ventos VIII S.A.	7.901 -
Energia dos Ventos IX S.A.	7.970 -
	<b>45.521 -</b>

## 12. Investimentos em coligadas e controladas em conjunto

As movimentações dos investimentos é como segue:

Consolidado								
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial:	Saldo em 31/12/2013	Adições	Ganho/Perda de capital na tradução de balanços	Ajuste de conversão cumulativa	Dividendos / JSCP	Equivalência Patrimonial	Reclassificação para ativos mantidos para venda	Saldo em 31/12/2014
<b>Controladas em conjunto</b>								
Transmissora Matogrossense de Energia S.A	68.944	-	-	-	(2.862)	9.760	-	75.842
Transnorte Energia S.A.	45.324	-	-	-	-	8.437	-	53.761
Energia dos Ventos I S.A. (***)	318	7.261	-	-	-	(31)	-	7.548
Energia dos Ventos II S.A. (***)	227	4.380	-	-	-	(22)	-	4.585
Energia dos Ventos III S.A. (***)	290	6.537	-	-	-	(26)	-	6.801
Energia dos Ventos IV S.A. (***)	380	9.576	-	-	-	(34)	-	9.922
Energia dos Ventos V S.A. (****)	292	7.659	-	-	-	(29)	(7.922)	-
Energia dos Ventos VI S.A. (****)	340	10.504	-	-	-	(36)	(10.808)	-
Energia dos Ventos VII S.A. (****)	377	10.580	-	-	-	(37)	(10.920)	-
Energia dos Ventos VIII S.A. (****)	272	7.659	-	-	-	(30)	(7.901)	-
Energia dos Ventos IX S.A. (****)	305	7.694	-	-	-	(29)	(7.970)	-
Energia dos Ventos X S.A. (****)	267	5.803	-	-	-	(28)	-	6.042
Transchile Charrúa Transmisión S.A.	57.063	-	(2.447)	10.292	-	1.838	-	66.746
<b>Total - Participação em controladas em conjunto</b>	<b>174.399</b>	<b>77.653</b>	<b>(2.447)</b>	<b>10.292</b>	<b>(2.862)</b>	<b>19.733</b>	<b>(45.521)</b>	<b>231.247</b>
<b>Investimentos indiretos</b>								
Companhia Transleste de Transmissão (*)	5.666	-	-	-	(3.577)	1.001	-	3.090
Companhia Transudeste de Transmissão (*)	2.878	-	-	-	(616)	636	-	2.898
Companhia Transirapé de Transmissão (*)	2.753	-	-	-	(140)	584	-	3.197
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. (*)	-	17.506	-	-	(6.709)	2.417	-	13.214
Sistema de Transmissão Catarinense S.A. (**)	-	20.838	-	-	(560)	1.155	-	21.433
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. (**)	-	27.506	-	-	(1.029)	1.306	-	27.783
<b>Total - Investimentos indiretos</b>	<b>11.297</b>	<b>65.850</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(12.631)</b>	<b>7.099</b>	<b>-</b>	<b>71.615</b>
<b>Total</b>	<b>185.696</b>	<b>143.503</b>	<b>(2.447)</b>	<b>10.292</b>	<b>(15.493)</b>	<b>26.832</b>	<b>(45.521)</b>	<b>302.862</b>

(\*) Participação indireta proveniente da controlada EATE



**Alupar**

(\*\*) Participação indireta proveniente da controlada ENTE

(\*\*\*) Complexo Aracati

“Na data de 10 de outubro de 2014, foi realizada Sessão de Alienação das Ações Aracati (assim entendidas como a totalidade de ações de propriedade de Furnas Centrais Elétricas S.A. e de emissão da Energia dos Ventos I S.A., Energia dos Ventos II S.A., Energia dos Ventos III S.A., Energia dos Ventos IV S.A. e Energia dos Ventos X S.A.) na BM&F Bovespa, nos termos do Edital de Alienação nº 001/2014 (“Leilão Aracati”), no qual a Alupar Investimento S.A. (“Alupar”) sagrou-se vencedora para aquisição da totalidade das supracitadas ações. As formalidades para a transferência das ações se encontram em fase de execução, sendo certo que foi obtida, em 28 de novembro de 2014, a autorização junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica-CADE e que a Agência Nacional de Energia Elétrica-ANEEL será devidamente informada quando houver a efetivação da transferência, em cumprimento ao disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 484/2012.

(\*\*\*\*) Investimentos reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial até 31 de outubro de 2014.

Investimentos avaliados por equivalência patrimonial:	Consolidado								Investimentos baixados em transação de capital	Saldo em 31/12/2013
	Saldo em 31/12/2012	Adições	AFAC não integralizado	Compra de participação de não controladores - (Ágio)/Deságio	Ajuste de conversão cumulativa	Dividendos / JSCP	Equivalência Patrimonial			
Controladas em conjunto										
Companhia Transudeste de Transmissão (**)	22.065	-	-	-	-	(4.037)	3.943	(21.971)	-	
Transmissora Matogrossense de Energia S.A	59.899	-	-	-	-	(2.818)	11.863	-	68.944	
Transnorte Energia S.A.	27.481	14.767	-	-	-	-	3.076	-	45.324	
Energia dos Ventos I S.A.	61	296	(5)	-	-	-	(34)	-	318	
Energia dos Ventos II S.A.	61	204	(5)	-	-	-	(33)	-	227	
Energia dos Ventos III S.A.	61	270	(5)	-	-	-	(36)	-	290	
Energia dos Ventos IV S.A.	61	362	(5)	-	-	-	(38)	-	380	
Energia dos Ventos V S.A.	61	270	(5)	-	-	-	(34)	-	292	
Energia dos Ventos VI S.A.	61	321	(5)	-	-	-	(37)	-	340	
Energia dos Ventos VII S.A.	61	357	(5)	-	-	-	(36)	-	377	
Energia dos Ventos VIII S.A.	61	250	(5)	-	-	-	(34)	-	272	
Energia dos Ventos IX S.A.	61	285	(5)	-	-	-	(36)	-	305	
Energia dos Ventos X S.A.	61	245	(5)	-	-	-	(34)	-	267	
Transchile Charrúa Transmisión S.A.	60.464	-	-	(10.044)	5.274	-	1.369	-	57.063	
Total - Participação em controladas em conjunto	170.519	17.627	(50)	(10.044)	5.274	(6.855)	19.899	(21.971)	174.399	
Investimentos indiretos										
Companhia Transleste de Transmissão (*)	-	5.754	-	-	-	(298)	210	-	5.666	
Companhia Transudeste de Transmissão (*)	-	2.723	-	-	-	-	155	-	2.878	
Companhia Transirapé de Transmissão (*)	-	2.794	-	-	-	(159)	118	-	2.753	
Total - Investimentos indiretos	-	11.271	-	-	-	(457)	483	-	11.297	
Total	170.519	28.898	(50)	(10.044)	5.274	(7.312)	20.382	(21.971)	185.696	

(\*) Controlada diretamente pela Transminas

(\*\*) Participação indireta proveniente da controlada EATE



**Alupar**

As informações referentes ao total das ações ou quotas e dados financeiros resumidos das controladas em conjunto e dos investimentos indiretos estão demonstradas a seguir:

Consolidado							
Empresa	31/12/2014				31/12/2013		
	Capital social - quantidade de ações ou quotas total	Quantidade de ações ou quotas detidas pela Companhia, pela EATE e pela ENTE			Capital social - quantidade de ações ou quotas total	Quantidade de ações ou quotas detidas pela Companhia e pela	
		Ordinárias	Preferenciais	Total		Ordinárias	Total
Controladas em conjunto							
Transmissora Matogrossense de Energia S.A	97.793.590	44.985.051	-	44.985.051	97.793.590	44.985.051	44.985.051
Transnorte Energia S.A.	81.705.100	41.669.601	-	41.669.601	81.705.100	41.669.601	41.669.601
Energia dos Ventos I S.A.	14.930.000	7.612.807	-	7.612.807	690.000	351.831	351.831
Energia dos Ventos II S.A.	9.100.000	4.640.090	-	4.640.090	510.000	260.049	260.049
Energia dos Ventos III S.A.	13.460.000	6.863.254	-	6.863.254	640.000	326.336	326.336
Energia dos Ventos IV S.A.	19.600.000	9.994.040	-	9.994.040	820.000	418.118	418.118
Energia dos Ventos V S.A.	15.660.000	7.985.034	-	7.985.034	640.000	326.336	326.336
Energia dos Ventos VI S.A.	21.340.000	10.881.266	-	10.881.266	740.000	377.326	377.326
Energia dos Ventos VII S.A.	21.560.000	10.993.444	-	10.993.444	810.000	413.019	413.019
Energia dos Ventos VIII S.A.	15.620.000	7.964.638	-	7.964.638	600.000	305.940	305.940
Energia dos Ventos IX S.A.	15.760.000	8.036.024	-	8.036.024	670.000	341.633	341.633
Energia dos Ventos X S.A.	11.970.000	6.103.503	-	6.103.503	590.000	300.841	300.841
Transchile Charrúa Transmisión S.A.	56.407.271	28.767.708	-	28.767.708	56.407.271	28.767.708	28.767.708
Investimentos indiretos							
Companhia Transleste de Transmissão (*)	49.569.000	4.956.900	-	4.956.900	49.569.000	4.956.900	4.956.900
Companhia Transudeste de Transmissão (*)	30.000.000	3.000.000	-	3.000.000	30.000.000	3.000.000	3.000.000
Companhia Transirapé de Transmissão (*)	22.340.490	2.234.049	-	2.234.049	22.340.490	2.234.049	2.234.049
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. (*)	84.133.970	-	15.208.597	15.208.597	-	-	-
Sistema de Transmissão Catarinense S.A. (**)	211.003.246	38.930.597	-	38.930.597	-	-	-
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. (**)	84.133.970	5.126.185	26.858.388	31.984.573	-	-	-

Consolidado						
Empresa	31/12/2014			31/12/2013		
	Patrimônio líquido	Participação da Alupar e da EATE		Patrimônio líquido	Participação da Alupar e da EATE	
		no capital social	no patrimônio líquido		no capital social	no patrimônio líquido
Controladas em conjunto						
Transmissora Matogrossense de Energia S.A	164.874	46,00%	75.842	149.881	46,00%	68.944
Transnorte Energia S.A.	105.416	51,00%	53.761	88.870	51,00%	45.324
Energia dos Ventos I S.A.	14.802	50,99%	7.548	623	50,99%	318
Energia dos Ventos II S.A.	8.992	50,99%	4.585	445	50,99%	227
Energia dos Ventos III S.A.	13.337	50,99%	6.801	569	50,99%	290
Energia dos Ventos IV S.A.	19.458	50,99%	9.922	746	50,99%	380
Energia dos Ventos V S.A.	-	0,00%	-	574	50,99%	292
Energia dos Ventos VI S.A.	-	0,00%	-	669	50,99%	340
Energia dos Ventos VII S.A.	-	0,00%	-	738	50,99%	377
Energia dos Ventos VIII S.A.	-	0,00%	-	534	50,99%	272
Energia dos Ventos IX S.A.	-	0,00%	-	600	50,99%	305
Energia dos Ventos X S.A.	11.849	50,99%	6.042	523	50,99%	267
Transchile Charrúa Transmisión S.A.	130.879	51,00%	66.746	111.887	51,00%	57.063
Investimentos indiretos						
Companhia Transleste de Transmissão (*)	61.768	10,00%	3.090	113.286	10,00%	5.666
Companhia Transudeste de Transmissão (*)	57.929	10,00%	2.898	57.536	10,00%	2.878
Companhia Transirapé de Transmissão (*)	63.916	10,00%	3.197	55.030	10,00%	2.753
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. (*)	146.133	18,08%	13.214	-	0,00%	-
Sistema de Transmissão Catarinense S.A. (**)	232.274	18,45%	21.433	-	0,00%	-
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. (**)	146.133	38,02%	27.783	-	0,00%	-
			302.862			185.696

**Alupar**

Empresa	Consolidado						
	Dados das controladas em conjunto / dos investimentos indiretos						
	31/12/2014						
	Ativo	Passivo	Receita líquida	Custos e despesas operacionais	Resultado financeiro	IRPJ e CSLL correntes e diferidos	Lucro (prejuízo) do exercício
<b>Controladas em conjunto</b>							
Transmissora Matogrossense de Energia S.A	341.129	176.255	50.271	(7.102)	(11.664)	(10.289)	21.216
Transnorte Energia S.A.	324.663	219.247	210.839	(185.743)	(17)	(8.533)	16.546
Energia dos Ventos I S.A.	16.924	2.122	-	(59)	(2)	-	(61)
Energia dos Ventos II S.A.	11.072	2.080	-	(41)	(2)	-	(43)
Energia dos Ventos III S.A.	15.471	2.134	-	(50)	(2)	-	(52)
Energia dos Ventos IV S.A.	23.186	3.728	-	(66)	(2)	-	(68)
Energia dos Ventos X S.A.	13.998	2.149	-	(52)	(2)	-	(54)
Transchile Charrúa Transmisión S.A.	232.176	101.297	16.898	(9.810)	(2.972)	(961)	3.155
<b>Investimentos indiretos</b>							
Companhia Transleste de Transmissão (*)	172.448	110.680	30.307	(3.730)	(5.252)	(1.324)	20.001
Companhia Transudeste de Transmissão (*)	110.026	52.097	20.257	(2.090)	(4.586)	(871)	12.710
Companhia Transirapé de Transmissão (*)	136.408	72.492	51.604	(34.238)	(3.776)	(1.936)	11.654
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. (*)	157.680	11.547	37.798	(4.658)	(643)	(1.473)	31.024
Sistema de Transmissão Catarinense S.A. (**)	245.061	12.787	35.259	(4.629)	294	(1.234)	29.690
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. (**)	157.680	11.547	37.798	(4.658)	(643)	(1.473)	31.024

(\*) Participação indireta proveniente da controlada EATE

(\*\*) Participação indireta proveniente da controlada ENTE

Empresa	Consolidado						
	Dados das controladas em conjunto / dos investimentos indiretos						
	31/12/2013						
	Ativo	Passivo	Receita líquida	Custos e despesas operacionais	Resultado financeiro	IRPJ e CSLL correntes e diferidos	Lucro (prejuízo) do exercício
<b>Controladas em conjunto</b>							
Transmissora Matogrossense de Energia S.A	324.731	174.850	47.432	(6.443)	(12.713)	(2.486)	25.790
Transnorte Energia S.A.	93.233	4.363	43.248	(34.096)	(10)	(3.110)	6.032
Energia dos Ventos I S.A.	6.157	5.534	-	(32)	(1)	-	(33)
Energia dos Ventos II S.A.	3.805	3.360	-	(33)	-	-	(33)
Energia dos Ventos III S.A.	5.570	5.001	-	(37)	-	-	(37)
Energia dos Ventos IV S.A.	8.075	7.329	-	(35)	(1)	-	(36)
Energia dos Ventos V S.A.	6.396	5.822	-	(32)	-	-	(32)
Energia dos Ventos VI S.A.	8.721	8.052	-	(33)	(1)	-	(34)
Energia dos Ventos VII S.A.	8.889	8.151	-	(34)	-	-	(34)
Energia dos Ventos VIII S.A.	6.311	5.777	-	(32)	-	-	(32)
Energia dos Ventos IX S.A.	6.497	5.897	-	(33)	(1)	-	(34)
Energia dos Ventos X S.A.	4.945	4.422	-	(34)	-	-	(34)
Transchile Charrúa Transmisión S.A.	206.863	94.976	15.451	(9.305)	(4.735)	(520)	891
<b>Investimentos indiretos</b>							
Companhia Transleste de Transmissão (*)	166.801	53.515	33.398	(3.843)	(3.253)	(1.263)	25.039
Companhia Transudeste de Transmissão (*)	107.930	50.394	20.344	(2.161)	(3.813)	(805)	13.565
Companhia Transirapé de Transmissão (*)	104.107	49.077	20.148	(2.585)	(3.335)	(830)	13.398

(\*) Participação indireta proveniente da controlada EATE

**Alupar**

### 13. Investimentos em controladas

Controladora											
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial:	Saldo em 31/12/2013	Adições	Reserva para reinvestimento	AFAC não integralizado	Compra de participação de não controladores - (Ágio)/Deságio	Ganho/Perda de capital na tradução de balanços	Ajuste de conversão cumulativa	Dividendos / JSCP	Equivalência Patrimonial	Reclassificação para ativos mantidos para venda	Saldo em 31/12/2014
Controladas											
Alupar Inversiones Peru S.A.C.	(93)	-	-	-	-	(94)	(1.001)	-	(15.907)	-	(17.095)
Transminas Holding S.A.	73.657	-	-	-	-	-	-	(34.015)	13.242	-	52.884
Foz do Rio Claro Energia S.A.	124.195	-	-	-	-	-	-	-	1.277	-	125.472
Ijuí Energia S.A.	238.406	-	-	-	-	-	-	-	(281)	-	238.125
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	64.280	11.298	-	(2.388)	(1.622)	-	-	(1.790)	5.307	-	75.085
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	90.667	9.426	-	(1.303)	(526)	-	-	(1.754)	4.851	-	101.361
Ferreira Gomes Energia S.A.	311.998	262.000	-	-	-	-	-	-	69.457	-	643.455
Geração de Energia Termoeletrica e Participações S.A.	(99)	-	-	-	-	-	-	-	(290)	-	(389)
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	431.224	-	207	-	-	-	-	(228.697)	140.810	-	343.544
Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	206.746	-	-	-	-	-	-	(80.907)	46.881	-	172.720
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.	56.921	-	-	-	-	-	-	(4.213)	6.337	-	59.045
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.	94.694	-	57	-	-	-	-	(53.760)	37.622	-	78.613
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	205.557	-	91	-	-	-	-	(109.249)	58.057	-	154.456
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	47.008	-	-	-	-	-	-	(33.606)	18.688	-	32.090
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.	56.413	-	-	-	-	-	-	(18.844)	34.465	-	72.034
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.	35.621	514	-	-	-	-	-	(1.425)	4.348	-	39.058
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A.	13.123	-	-	-	-	-	-	(126)	1.484	-	14.481
Empresa Litorânea de Transmissão de Energia S.A.	-	10	-	-	-	-	-	-	5	-	15
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica	14.135	3.026	-	-	-	-	-	(4.239)	2.770	-	15.692
Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	45.182	10.415	-	-	-	-	-	(15.080)	5.938	-	46.455
ACE Comercializadora Ltda.	(1.316)	2.320	-	-	-	-	-	-	(1.426)	-	(422)
AF Energia S.A.	167	-	-	-	-	-	-	(35)	142	-	274
Boa Vista Participações S.A.	-	1	-	-	-	-	-	-	(4)	-	(3)
Risaralda Energia S.A.S.E.S.P.	11.160	7.350	-	-	-	(1.879)	882	-	(3.673)	-	13.840
Forquilha IV Energia S.A.	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10
Verde 8 Energia S.A.	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Agua Limpá S.A.	-	10	-	-	-	-	-	-	(1)	-	9
La Virgen S.A.C.	8.200	2.496	-	-	4.766	(1)	474	-	(3.737)	-	12.198
Total	2.127.856	308.867	355	(3.691)	2.618	(1.974)	355	(587.740)	426.362	-	2.273.008

Controladora								
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial:	Saldo em 31/12/2012	Adições	Reserva para reinvestimento	Compra de participação de não controladores - (Ágio)/Deságio	Ajuste de conversão cumulativa	Dividendos / JSCP	Equivalência Patrimonial	Saldo em 31/12/2013
Controladas								
Alupar Inversiones Peru S.A.C.	(7)	-	-	-	-	-	(86)	(93)
Transminas Holding S.A.	66.944	-	-	-	-	(8.649)	15.362	73.657
Foz do Rio Claro Energia S.A.	120.980	-	-	-	-	-	3.215	124.195
Ijuí Energia S.A.	237.814	-	-	-	-	-	592	238.406
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	52.742	6.175	-	(1.234)	-	(1.336)	7.933	64.280
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	77.662	5.376	-	(844)	-	(1.176)	9.649	90.667
Ferreira Gomes Energia S.A	152.023	161.000	-	-	-	-	(1.025)	311.998
Geração de Energia Termoeétrica e Participações S.A.	(99)	-	-	-	-	-	-	(99)
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	432.123	-	145	-	-	(135.397)	134.353	431.224
Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	199.053	-	-	-	-	(39.422)	47.115	206.746
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.	52.923	-	-	-	-	(2.887)	6.885	56.921
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.	89.005	-	-	-	-	(19.179)	24.868	94.694
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	184.727	-	413	-	-	(40.264)	60.681	205.557
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	41.973	-	-	-	-	(9.370)	14.405	47.008
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.	53.125	4.430	-	(1.373)	-	(15.425)	15.656	56.413
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.	30.689	1.046	-	-	-	(1.158)	5.044	35.621
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A.	11.628	201	-	-	-	(93)	1.387	13.123
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica	13.317	-	-	-	-	(2.002)	2.820	14.135
Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	43.716	-	-	-	-	(4.242)	5.708	45.182
ACE Comercializadora Ltda.	(114)	-	-	-	-	-	(1.202)	(1.316)
AF Energia S.A.	39	-	-	-	-	(40)	168	167
Risaralda Energia S.A.S.E.S.P.	7.685	5.114	-	-	-	-	(1.639)	11.160
Forquilha IV Energia S.A.	-	10	-	-	-	-	-	10
La Virgen S.A.C.	-	8.319	-	-	13	-	(132)	8.200
Total	1.867.948	191.671	558	(3.451)	13	(280.640)	351.757	2.127.856



**Alupar**

As informações referentes ao total das ações ou quotas e dados financeiros resumidos das controladas estão demonstradas a seguir:

Empresa	Controladora							
	31/12/2014				31/12/2013			
	Capital social - quantidade de ações ou quotas total	Quantidade de ações ou quotas detidas pela Companhia			Capital social - quantidade de ações ou quotas total	Quantidade de ações ou quotas detidas pela Companhia		
		Ordinárias	Preferenciais	Total		Ordinárias	Preferenciais	Total
Controladas								
Alupar Inversiones Peru S.A.C.	3.878.168	3.878.167	-	3.878.167	3.612.792	3.612.791	-	3.612.791
Alupar Chile Inversiones SpA	5.000.000	5.000.000	-	5.000.000	-	-	-	-
Transminas Holding S.A.	44.860.000	31.409.499	499	31.409.998	44.860.000	31.409.499	499	31.409.998
Foz do Rio Claro Energia S.A.	82.000.000	41.008.200	-	41.008.200	82.000.000	41.008.200	-	41.008.200
Ijuí Energia S.A.	84.100.000	42.058.410	-	42.058.410	84.100.000	42.058.410	-	42.058.410
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	61.867.126	37.736.534	-	37.736.534	43.817.126	10.959.038	7.666.463	18.625.501
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	85.794.486	56.368.788	-	56.368.788	45.182.136	11.300.320	7.905.292	19.205.612
Ferreira Gomes Energia S.A	576.081.529	576.081.528	-	576.081.528	314.081.529	314.081.528	-	314.081.528
Geração de Energia Termoelétrica e Participações S.A.	1.200	612	-	612	1.200	612	-	612
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	180.000.010	46.020.150	44.011.576	90.031.726	180.000.010	46.020.150	44.011.576	90.031.726
Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	198.000.000	100.980.000	-	100.980.000	198.000.000	100.979.997	-	100.979.997
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.	29.064.000	29.063.999	-	29.063.999	29.064.000	29.063.999	-	29.063.999
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.	45.000.010	13.505.150	9.001.851	22.507.001	45.000.010	13.505.150	9.001.851	22.507.001
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	100.840.000	50.431.150	-	50.431.150	100.840.000	50.431.150	-	50.431.150
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	84.133.970	18.475.373	-	18.475.373	36.940.800	18.475.373	-	18.475.373
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.	42.095.000	20.003.429	-	20.003.429	42.095.000	20.003.429	-	20.003.429
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.	43.000.000	26.685.952	-	26.685.952	42.172.251	26.172.251	-	26.172.251
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A.	9.398.795	9.398.794	-	9.398.794	9.398.795	9.398.794	-	9.398.794
Empresa Litorânea de Transmissão de Energia S.A.	10.000	9.999	-	9.999	-	-	-	-
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica	72.012.095	10.801.280	-	10.801.280	57.576.059	8.635.982	-	8.635.982
Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	211.003.246	42.200.649	-	42.200.649	162.340.000	32.468.000	-	32.468.000
ACE Comercializadora Ltda.	2.320.644	2.320.643	-	2.320.643	1.000	999	-	999
AF Energia S.A.	40.000	39.997	-	39.997	40.000	39.997	-	39.997
Boa Vista Participações S.A.	1.000	800	-	800	1.000	800	-	800
Risaralda Energia S.A.S.E.S.P.	19.620	19.610	-	19.610	13.492	13.482	-	13.482
Forquilha IV Energia S.A.	10.000	9.999	-	9.999	10.000	9.999	-	9.999
Verde 8 Energia S.A.	1.000	999	-	999	1.000	999	-	999
Agua Limpa S.A.	10.000	9.000	-	9.000	10.000	9.000	-	9.000
La Virgen S.A.C.	42.851.311	10.622.161	-	10.622.161	11.040.000	7.176.000	-	7.176.000

Empresa	Controladora										
	31/12/2014						31/12/2013				
	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura	Prêmio de capital pago na subscrição de ações	AFAC Alupar não integralizado	Participação da Alupar		Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura	AFAC Alupar não integralizado	Participação da Alupar	
					no capital social	no patrimônio líquido				no capital social	no patrimônio líquido
Controladas											
Alupar Inversiones Peru S.A.C.	(17.095)	-	-	-	100,00%	(17.095)	(95)	-	-	99,99%	(93)
Alupar Chile Inversiones SpA	-	-	-	-	100,00%	-	-	-	-	0,00%	-
Transminas Holding S.A.	75.531	-	-	-	70,02%	52.884	105.198	-	-	70,02%	73.657
Foz do Rio Claro Energia S.A.	165.059	-	-	85.870	50,01%	125.472	162.505	-	85.870	50,01%	124.195
Ijuí Energia S.A.	270.062	-	-	206.176	50,01%	238.125	270.619	-	206.176	50,01%	238.406
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	116.607	-	-	10.150	61,00%	75.085	101.804	-	36.536	42,51%	64.280
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	146.808	-	-	14.300	65,70%	101.361	125.271	-	65.084	42,51%	90.667
Ferreira Gomes Energia S.A	643.455	-	-	-	100,00%	643.455	311.997	-	-	99,99%	311.998
Geração de Energia Termoeletrica e Participações S.A.	(764)	-	-	-	51,00%	(389)	(195)	-	-	51,00%	(99)
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	686.846	-	-	-	50,02%	343.544	862.143	-	-	50,02%	431.224
Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	338.666	-	-	-	51,00%	172.720	405.382	-	-	51,00%	206.746
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.	59.044	-	-	-	100,00%	59.045	56.920	-	-	99,99%	56.921
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.	157.177	-	-	-	50,02%	78.613	189.329	-	-	50,02%	94.694
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	308.842	-	-	-	50,01%	154.456	411.022	-	-	50,01%	205.557
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	146.133	-	-	-	21,96%	32.090	93.993	-	-	50,01%	47.008
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.	151.586	-	-	-	47,52%	72.034	118.717	-	-	47,52%	56.413
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.	62.620	-	-	-	62,06%	39.058	57.397	-	-	62,06%	35.621
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A.	14.481	-	-	-	100,00%	14.481	13.123	-	-	99,99%	13.123
Empresa Litorânea de Transmissão de Energia S.A.	15	-	-	-	99,99%	15	-	-	-	0,00%	-
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica	104.619	-	-	-	15,00%	15.692	94.240	-	-	15,00%	14.135
Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	232.274	-	-	-	20,00%	46.455	225.915	-	-	20,00%	45.182
ACE Comercializadora Ltda.	(422)	-	-	-	100,00%	(422)	(1.317)	-	-	99,99%	(1.316)
AF Energia S.A.	274	-	-	-	99,99%	274	167	-	-	99,99%	167
Boa Vista Participações S.A.	(4)	-	-	-	80,00%	(3)	-	-	-	80,00%	-
Risaralda Energia S.A.S.E.S.P.	13.847	-	-	-	99,95%	13.840	11.168	-	-	99,89%	11.160
Forquilha IV Energia S.A.	10	-	-	-	99,99%	10	10	-	-	99,99%	10
Verde 8 Energia S.A.	1	-	-	-	99,90%	1	-	-	-	99,90%	-
Agua Limpa S.A.	10	-	-	-	90,00%	9	-	-	-	99,99%	-
La Virgen S.A.C.	34.520	6.164	11.095	-	24,79%	12.198	3.132	6.164	-	65,00%	8.200
Total						2.273.008					2.127.856



# Alupar

Empresa	Controladora							
	Dados das controladas							
	31/12/2014							
	Ativo	Passivo	Receita líquida	Custos e despesas operacionais	Equivalência patrimonial	Resultado financeiro	IRPJ e CSLL correntes e diferidos	Lucro (prejuízo) do exercício
<b>Controladas</b>								
Alupar Inversiones Peru S.A.C.	10.391	27.486	-	(13.596)	(1.316)	(995)	-	(15.907)
Transminas Holding S.A.	67.770	(7.761)	-	(225)	18.190	1.294	(347)	18.912
Foz do Rio Claro Energia S.A.	373.170	208.111	62.475	(46.157)	-	(12.981)	(783)	2.554
Ijuí Energia S.A.	452.977	182.915	49.972	(38.217)	-	(12.329)	-	(574)
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	239.282	122.675	46.405	(25.441)	-	(6.736)	(1.873)	12.355
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	286.710	139.902	46.325	(25.889)	-	(7.364)	(1.848)	11.224
Ferreira Gomes Energia S.A.	1.681.663	1.038.208	83.763	(9.691)	-	(25)	(4.591)	69.456
Geração de Energia Termoelétrica e Participações S.A.	99	863	-	(556)	-	(13)	-	(569)
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	1.532.622	845.776	313.498	(34.323)	55.631	(64.717)	11.429	281.518
Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	742.347	403.681	147.111	(16.850)	-	(17.030)	(21.305)	91.926
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.	93.833	34.789	13.090	(2.618)	-	(1.590)	(2.545)	6.337
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.	274.860	117.683	68.412	(9.979)	10.868	(6.989)	12.907	75.219
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	735.084	426.242	182.236	(17.940)	4.920	(19.112)	(34.014)	116.090
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	157.680	11.547	37.798	(4.658)	-	(643)	(1.473)	31.024
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.	320.057	168.471	63.931	(6.914)	12.872	(13.404)	16.040	72.525
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.	111.046	48.426	15.637	(2.654)	-	(2.733)	(3.244)	7.006
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A.	33.049	18.568	4.922	(955)	-	(1.390)	(1.093)	1.484
Empresa Litorânea de Transmissão de Energia S.A.	485	470	450	(445)	-	-	-	5
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica	111.047	6.428	22.035	(2.943)	-	151	(774)	18.469
Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	245.061	12.787	35.259	(4.629)	-	294	(1.234)	29.690
ACE Comercializadora Ltda.	239	661	100	(1.544)	-	19	-	(1.425)
AF Energia S.A.	1.425	1.151	8.212	(8.027)	-	6	(48)	143
Boa Vista Participações S.A.	6	10	-	(5)	-	-	-	(5)
Risaralda Energia S.A.S.E.S.P.	61.488	47.641	-	(2.954)	-	(720)	-	(3.674)
Forquilha IV Energia S.A.	170	160	-	-	-	-	-	-
Verde 8 Energia S.A.	760	759	-	-	-	-	-	-
Água Limpa S.A.	1.521	1.511	-	-	-	-	-	-
La Virgen S.A.C.	49.032	14.512	-	(6.718)	-	(1.249)	-	(7.967)

Empresa	Controladora							
	Dados das controladas							
	31/12/2013							
	Ativo	Passivo	Receita líquida	Custos e despesas operacionais	Equivalência patrimonial	Resultado financeiro	IRPJ e CSLL correntes e diferidos	Lucro (prejuízo) do exercício
<b>Controladas</b>								
Alupar Inversiones Peru S.A.C.	240	335	-	(93)	-	5	-	(88)
Transminas Holding S.A.	110.421	5.223	-	(144)	21.320	933	(164)	21.945
Foz do Rio Claro Energia S.A.	389.332	226.827	61.232	(37.487)	-	(15.386)	(1.930)	6.429
Ijuí Energia S.A.	463.500	192.881	41.480	(25.793)	-	(14.141)	(361)	1.185
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	244.603	142.799	39.797	(17.335)	-	(7.706)	(1.518)	13.238
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	299.693	174.422	38.780	(17.379)	-	(8.276)	(1.480)	11.645
Ferreira Gomes Energia S.A.	1.258.492	946.495	-	(1.503)	-	(21)	498	(1.026)
Geração de Energia Termoelétrica e Participações S.A.	99	294	-	-	-	-	-	-
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	1.545.740	683.597	317.271	(32.937)	60.842	(32.477)	(44.089)	268.610
Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	712.436	307.054	141.357	(16.079)	-	(13.602)	(19.294)	92.382
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.	91.586	34.666	11.688	(2.326)	-	(1.990)	(488)	6.884
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.	281.040	91.711	70.938	(10.607)	10.192	(3.268)	(17.532)	49.723
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	611.495	200.473	183.775	(24.638)	-	(11.551)	(26.252)	121.334
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	159.709	65.716	41.536	(8.227)	-	(3.039)	(1.468)	28.802
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.	292.367	173.650	66.076	(6.769)	558	(10.435)	(15.473)	33.957
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.	104.129	46.732	14.722	(2.925)	-	(3.136)	(533)	8.128
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A.	31.412	18.289	5.129	(1.584)	-	(1.334)	(231)	1.980
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica	106.865	12.625	22.676	(3.161)	-	2	(717)	18.800
Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	240.808	14.893	35.089	(5.536)	-	262	(1.273)	28.542
ACE Comercializadora Ltda.	1.066	2.383	4.715	(4.016)	-	4	(535)	168
AF Energia S.A.	102	(65)	101	(1.309)	-	5	-	(1.203)
Risaralda Energia S.A.S.E.S.P.	16.742	5.574	-	(1.955)	-	(23)	(1)	(1.979)
Forquilha IV Energia S.A.	10	-	-	-	-	-	-	-
Verde 8 Energia S.A.	1	1	-	-	-	-	-	-
La Virgen S.A.C.	17.552	14.420	-	(206)	-	3	-	(203)



## 14. Participação dos acionistas não controladores

As tabelas a seguir resumem as informações relativas a cada uma das controladas do Grupo que tem participação de acionistas não controladores, antes de quaisquer eliminações intra-grupo.

a) A movimentação do saldo da participação de acionistas não controladores é conforme segue:

Empresa	Saldo da participação de acionistas não controladores								
	No patrimônio líquido das controladas em	No aumento de capital / adições	Na reserva para reinvestimento	Compra de participação de não controladores	No ajuste de conversão cumulativa	Nos dividendos e juros sobre capital próprio declarados	No resultado do exercício	Variação na participação	No patrimônio líquido das controladas em
	31/12/2013								31/12/2014
<b>Controladas diretas</b>									
Transminas Holding S.A.	31.541	-	-	-	-	(14.564)	5.670	-	22.647
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica	4.713	1.009	-	-	-	(1.414)	924	-	5.232
Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	-	20.826	-	-	-	(996)	3.892	19.133	42.855
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	430.919	-	207	-	-	(228.533)	140.709	-	343.302
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.	94.635	-	57	-	-	(53.726)	37.598	-	78.564
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.	62.304	-	-	-	-	(20.813)	38.061	-	79.552
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	205.465	-	91	-	-	(109.202)	58.032	-	154.386
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	46.985	44.988	-	-	-	(39.050)	17.315	43.805	114.043
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.	21.776	-	-	-	-	(872)	8.147	(5.489)	23.562
Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	198.636	-	-	-	-	(77.734)	45.044	-	165.946
Foz do Rio Claro Energia S.A.	38.310	-	-	-	-	-	1.277	-	39.587
Ijuí Energia S.A.	32.213	-	-	-	-	-	(287)	11	31.937
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	37.524	7.770	-	-	-	(1.143)	7.047	(9.676)	41.522
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	34.604	14.281	-	-	-	(913)	6.374	(8.899)	45.447
Geração de Energia Termoelétrica e Participações S.A.	(96)	-	-	-	-	-	(279)	-	(375)
Risarlida Energia S.A.S.E.S.P.	7	-	-	-	(1)	-	(2)	3	7
La Virgen S.A.C.	1.096	9.709	-	11.095	360	-	(2.915)	(60)	19.285
Água Limpa S.A.	-	-	-	-	-	-	-	1	1
	1.240.632	98.583	355	11.095	359	(548.960)	366.607	38.829	1.207.500
<b>Controladas indiretas</b>									
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.	173.309	-	-	-	-	(2.315)	9.747	-	180.741
Companhia Transleste de Transmissão	66.838	-	-	-	-	(42.195)	11.800	-	36.443
Companhia Transsudeste de Transmissão	33.946	-	-	-	-	(7.266)	7.498	-	34.178
Companhia Transirapé de Transmissão	32.468	-	-	-	-	(1.633)	6.875	-	37.710
	306.561	-	-	-	-	(53.409)	35.920	-	289.072
<b>Investimentos indiretos (*)</b>									
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	-	-	-	-	-	3.578	(2.803)	(13.978)	(13.203)
Companhia Transleste de Transmissão	(5.662)	-	-	-	-	3.575	(1.000)	-	(3.087)
Companhia Transsudeste de Transmissão (**)	(2.876)	-	-	-	-	616	(635)	-	(2.895)
Companhia Transirapé de Transmissão	(2.751)	-	-	-	-	139	(582)	-	(3.194)
	(11.289)	-	-	-	-	7.908	(5.020)	(13.978)	(22.379)
<b>Investimentos indiretos (**)</b>									
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	-	-	-	-	-	1.028	(5.896)	(22.903)	(27.771)
Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	-	-	-	-	-	557	(2.738)	(19.242)	(21.423)
	-	-	-	-	-	1.585	(8.634)	(42.145)	(49.194)
	1.535.904	98.583	355	11.095	359	(592.876)	388.873	(17.294)	1.424.999



# Alupar

Empresa	Saldo da participação de acionistas não controladores							
	No patrimônio líquido das controladas em	No aumento de capital / adições	Na reserva para reinvestimento	No ajuste de conversão cumulativa	Nos dividendos e juros sobre capital próprio declarados	No resultado do exercício	Varição na participação	No patrimônio líquido das controladas em
	31/12/2012							31/12/2013
<b>Controladas diretas</b>								
Transminas Holding S.A.	28.665	-	-	-	(3.704)	6.660	(80)	31.541
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica	4.440	-	-	-	(667)	940	-	4.713
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	431.818	-	146	-	(135.303)	134.258	-	430.919
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.	88.949	-	-	-	(19.168)	24.854	-	94.635
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.	64.887	-	-	-	(16.874)	18.305	(4.014)	62.304
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	184.644	-	412	-	(40.244)	60.653	-	205.465
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	41.952	-	-	-	(9.364)	14.397	-	46.985
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.	19.590	-	-	-	(674)	3.084	(224)	21.776
Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	191.247	-	-	-	(37.878)	45.267	-	198.636
Foz do Rio Claro Energia S.A.	35.096	-	-	-	-	3.214	-	38.310
Ijuí Energia S.A.	31.623	-	-	-	-	590	-	32.213
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	38.968	-	-	-	(1.808)	1.997	(1.633)	37.524
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	38.730	-	-	-	(1.590)	5.303	(7.839)	34.604
Geração de Energia Termoeletrica e Participações S.A.	(96)	-	-	-	-	-	-	(96)
Risarlada Energia S.A.S.E.S.P.	11	-	-	-	-	(2)	(2)	7
La Virgen S.A.C.	-	-	-	7	-	(70)	1.159	1.096
	1.200.524	-	558	7	(267.274)	319.450	(12.633)	1.240.632
<b>Controladas indiretas</b>								
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.	153.618	-	-	-	(1.453)	21.144	-	173.309
Companhia Transleste de Transmissão	59.551	-	-	-	(6.674)	14.562	(601)	66.838
Companhia Transudeste de Transmissão	-	-	-	-	-	2.174	31.772	33.946
Companhia Transirapé de Transmissão	26.440	-	-	-	(1.717)	7.787	(42)	32.468
	239.609	-	-	-	(9.844)	45.667	31.129	306.561
<b>Investimentos indiretos (*)</b>								
Companhia Transleste de Transmissão	-	-	-	-	122	-	(5.784)	(5.662)
Companhia Transudeste de Transmissão (**)	-	-	-	-	-	-	(2.876)	(2.876)
Companhia Transirapé de Transmissão	-	-	-	-	159	-	(2.910)	(2.751)
	-	-	-	-	281	-	(11.570)	(11.289)
	1.440.133	-	558	7	(276.837)	365.117	6.926	1.535.904

b) A participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das controladas e dos investimentos indiretos é conforme segue

Participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das controladas e dos investimentos indiretos	31/12/2014						31/12/2013			
	Percentual dos não controladores	Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)	AFAC Alupar não integralizado	Capital a integralizar	Prêmio de capital pago na subscrição de ações	Valor contábil dos não controladores	Percentual dos não controladores	Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)	AFAC Alupar não integralizado	Valor contábil dos não controladores
<b>Controladas diretas</b>										
Transminas Holding S.A.	29,98%	75.531	-	-	-	22.647	29,98%	105.198	-	31.541
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica	5,00%	104.619	-	-	-	5.232	5,00%	94.240	-	4.713
Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	18,45%	232.274	-	-	-	42.855	0,00%	230.943	-	-
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	49,98%	686.846	-	-	-	343.302	49,98%	862.143	-	430.919
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.	49,98%	157.177	-	-	-	78.564	49,98%	189.329	-	94.635
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.	52,48%	151.586	-	-	-	79.552	52,48%	118.717	-	62.304
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	49,99%	308.842	-	-	-	154.386	49,99%	411.022	-	205.465
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	78,04%	146.133	-	-	-	114.043	49,99%	93.993	-	46.985
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.	37,94%	62.620	514	-	-	23.562	37,94%	57.397	-	21.776
Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	49,00%	338.666	-	-	-	165.946	49,00%	405.382	-	198.636
Foz do Rio Claro Energia S.A.	49,99%	165.059	85.870	-	-	39.587	49,99%	162.505	85.870	38.310
Ijuí Energia S.A.	49,99%	270.062	206.176	-	-	31.937	49,99%	270.619	206.176	32.213
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	39,00%	116.607	10.150	-	-	41.522	57,49%	101.804	36.536	37.524
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	34,30%	146.808	14.300	-	-	45.447	57,49%	125.271	65.084	34.604
Geração de Energia Termoeletrica e Participações S.A.	49,00%	(764)	-	-	-	(375)	49,00%	(195)	-	(96)
Risarlada Energia S.A.S.E.S.P.	0,05%	13.847	-	-	-	7	0,11%	11.167	-	7
La Virgen S.A.C.	35,00%	34.520	-	-	11.095	19.285	35,00%	3.132	-	1.096
Água Limpa S.A.	10,00%	10	-	-	-	1	10,00%	-	-	-
		3.010.443	316.496	514	11.095	1.207.500		3.242.667	393.666	1.240.632
<b>Controladas indiretas</b>										
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.	49,00%	368.862	-	-	-	180.741	49,00%	353.693	-	173.309
Companhia Transleste de Transmissão	59,00%	61.768	-	-	-	36.443	59,00%	113.286	-	66.838
Companhia Transudeste de Transmissão	59,00%	57.929	-	-	-	34.178	59,00%	57.536	-	33.946
Companhia Transirapé de Transmissão	59,00%	63.916	-	-	-	37.710	59,00%	55.030	-	32.468
		552.475	-	-	-	289.072		579.545	-	306.561
<b>Investimentos indiretos (*)</b>										
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	9,04%	146.133	-	-	-	(13.203)	0,00%	-	-	-
Companhia Transleste de Transmissão	5,00%	61.768	-	-	-	(3.087)	5,00%	113.286	-	(5.662)
Companhia Transudeste de Transmissão (**)	5,00%	57.929	-	-	-	(2.895)	5,00%	57.536	-	(2.876)
Companhia Transirapé de Transmissão	5,00%	63.916	-	-	-	(3.194)	5,00%	55.030	-	(2.751)
		329.746	-	-	-	(22.379)		225.852	-	(11.289)
<b>Investimentos indiretos (**)</b>										
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	19,00%	146.133	-	-	-	(27.771)	0,00%	-	-	-
Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	9,22%	232.274	-	-	-	(21.423)	0,00%	-	-	-
		378.407	-	-	-	(49.194)		-	-	-
		4.271.071	316.496	514	11.095	1.424.999		4.048.064	393.666	1.535.904



- c) A participação dos acionistas não controladores no resultado das controladas e dos investimentos indiretos é conforme segue

Participação dos acionistas não controladores no resultado das controladas e dos investimentos indiretos	31/12/2014				31/12/2013			
	Percentual dos não controladores	Lucro (prejuízo) do exercício	Ajustes na participação dos não controladores	Resultado alocado para os não controladores	Percentual dos não controladores	Lucro (prejuízo) do exercício	Ajustes na participação dos não controladores	Resultado alocado para os não controladores
<b>Controladas diretas</b>								
Transminas Holding S.A.	29,98%	18.912	-	5.670	29,98%	21.945	80	6.660
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica	5,00%	18.469	-	924	5,00%	18.800	-	940
Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	18,45%	29.690	(1.586)	3.892	0,00%	-	-	-
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	49,98%	281.518	-	140.709	49,98%	268.610	-	134.258
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.	49,98%	75.219	-	37.598	49,98%	49.723	-	24.854
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.	52,48%	72.525	-	38.061	52,48%	33.957	484	18.305
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	49,99%	116.090	-	58.032	49,99%	121.334	-	60.653
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	78,04%	31.024	(6.895)	17.315	49,99%	28.802	-	14.397
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.	37,94%	9.674	4.477	8.147	37,94%	8.128	-	3.084
Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	49,00%	91.926	-	45.044	49,00%	92.382	-	45.267
Foz do Rio Claro Energia S.A.	49,99%	2.554	-	1.277	49,99%	6.429	-	3.214
Ijuí Energia S.A.	49,99%	(574)	-	(287)	49,99%	1.185	-	590
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	39,00%	12.355	2.229	7.047	57,49%	11.645	(4.699)	1.997
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	34,30%	11.224	2.525	6.374	57,49%	13.238	(2.307)	5.303
Geração de Energia Termoelétrica e Participações S.A.	49,00%	(569)	-	(279)	49,00%	-	-	-
Risaralda Energia S.A.S.E.S.P.	0,05%	(3.674)	-	(2)	0,11%	(1.979)	-	(2)
La Virgen S.A.C.	35,00%	(7.967)	-	(2.915)	35,00%	(203)	-	(70)
Água Limpa S.A.	10,00%	-	-	-	10,00%	-	-	-
		758.396	750	366.607		673.996	(6.442)	319.450
<b>Controladas indiretas</b>								
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.	49,00%	19.891	-	9.747	49,00%	43.151	-	21.144
Companhia Transleste de Transmissão	59,00%	20.001	-	11.800	59,00%	25.039	(211)	14.562
Companhia Transudeste de Transmissão	59,00%	12.710	-	7.498	59,00%	3.946	(154)	2.174
Companhia Transirapé de Transmissão	59,00%	11.654	-	6.875	59,00%	13.398	(118)	7.787
		64.256	-	35.920		85.534	(483)	45.667
<b>Investimentos indiretos (*)</b>								
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	9,04%	31.024	-	(2.803)	0,00%	-	-	-
Companhia Transleste de Transmissão	5,00%	20.001	-	(1.000)	5,00%	-	-	-
Companhia Transudeste de Transmissão	5,00%	12.710	-	(635)	5,00%	-	-	-
Companhia Transirapé de Transmissão	5,00%	11.654	-	(582)	5,00%	-	-	-
		75.389	-	(5.020)		-	-	-
<b>Investimentos indiretos (**)</b>								
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	19,00%	31.024	-	(5.896)	0,00%	-	-	-
Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	9,22%	29.690	-	(2.738)	0,00%	-	-	-
		60.714	-	(8.634)		-	-	-
		958.755	750	388.873		759.530	(6.925)	365.117

(\*) Participação indireta dos minoritários, proveniente da controlada EATE.

(\*\*) Participação indireta dos minoritários, proveniente da controlada ENTE.

Embora não seja requerido pelo CPC 45 / IFRS 12, a Companhia reconciliou a informação financeira sumarizada das subsidiárias com participações de não controladores, com os montantes totais presentes nas demonstrações contábeis, pois os usuários podem considerar essa informação útil.

**15. Propriedades para investimento**

Controladora / Consolidado	
31/12/2014	31/12/2013
Saldo inicial	9.093
Aquisições	-
Reclassificação de intangível	181
Saldo final	9.274

Saldo inicial	9.093	5.863
Aquisições	-	3.230
Reclassificação de intangível	181	-
Saldo final	9.274	9.093

As propriedades para investimento da Companhia incluem uma série de terrenos destinados a uso futuro. A Companhia não tem restrições sobre a capacidade de realização de suas propriedades para investimento.

**16. Imobilizado**

O imobilizado está registrado pelo custo de aquisição e/ou construção, menos a depreciação acumulada.

Abaixo seguem os quadros comparativos com exemplos de algumas das taxas de depreciação segundo a Resolução nº 367 e a nº 474:

Geração hidráulica	Resolução nº 367 (%)	Resolução nº 474 (%)
Barramento	2,50	2,50
Disjuntor	3,00	3,03
Edificações	4,00	3,33
Equipamentos da tomada d'água	3,70	3,70
Estrutura da tomada d'água	4,00	2,86
Gerador	3,30	3,33
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00	2,00
Sistema de comunicação local	6,70	6,67
Turbina hidráulica	2,50	2,50
Taxa média depreciação geração	3,52	3,32

Transmissão	Resolução nº 367 (%)	Resolução nº 474 (%)
Condutor	2,50	2,70
Equipamento geral	10,00	6,25
Estrutura do sistema	2,50	2,70
Religadores	4,30	4,00
Taxa média depreciação transmissão	4,83	3,91





**Alupar**

A composição e a movimentação do ativo imobilizado consolidado é a seguinte:

Consolidado								
Taxa média anual de depreciação	31/12/2013	Adições	Baixas	Transferências	Capitalização de encargos líquidos das receitas financeiras (b)	Ganho e perda na tradução de balanços	Outros	31/12/2014
<b>Em serviço</b>								
<b>Custo histórico</b>								
Terrenos	39.525	1.841	-	16.715	-	(92)	-	57.989
Reservatórios, Barragens e Adutoras	586.274	-	-	790.884	-	-	-	1.377.158
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	170.633	3.157	-	152.816	-	(12)	(394)	326.200
Máquinas e Equipamentos	539.418	815	-	227.275	-	(12)	-	767.496
Veículos	1.364	61	-	108	-	-	-	1.533
Móveis e Utensílios	2.127	820	(40)	1.188	-	(7)	-	4.088
<b>Total</b>	<b>1.339.341</b>	<b>6.694</b>	<b>(40)</b>	<b>1.188.986</b>	<b>-</b>	<b>(123)</b>	<b>(394)</b>	<b>2.534.464</b>
<b>Depreciação</b>								
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2%	(34.830)	(14.114)	-	-	-	-	(48.944)
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	4%	(11.329)	(4.070)	-	-	11	(98)	(15.486)
Máquinas e Equipamentos	4%	(44.283)	(17.291)	1	-	5	-	(61.568)
Veículos	17%	(459)	(246)	-	-	-	-	(705)
Móveis e Utensílios	8%	(909)	(246)	25	-	8	-	(1.122)
<b>Total depreciação</b>		<b>(91.810)</b>	<b>(35.967)</b>	<b>26</b>	<b>-</b>	<b>24</b>	<b>(98)</b>	<b>(127.825)</b>
<b>Total em serviço</b>		<b>1.247.531</b>	<b>(29.273)</b>	<b>(14)</b>	<b>1.188.986</b>	<b>-</b>	<b>(99)</b>	<b>2.406.639</b>
<b>Em curso</b>								
	1.257.751	337.189	(2.072)	(1.188.986)	49.625	556	19	454.082
<b>Total Imobilizado</b>	<b>2.505.282</b>	<b>307.916</b>	<b>(2.086)</b>	<b>-</b>	<b>49.625</b>	<b>457</b>	<b>(473)</b>	<b>2.860.721</b>

Consolidado								
Taxa média anual de depreciação	31/12/2012	Adições	Baixas	Transferências	Capitalização de encargos líquidos das receitas financeiras (b)	Ganho e perda na tradução de balanços	Imobilizado adquirido em transação de capital	31/12/2013
<b>Em serviço</b>								
<b>Custo histórico</b>								
Terrenos	39.187	-	(83)	-	-	2	419	39.525
Reservatórios, Barragens e Adutoras	586.251	23	-	-	-	-	-	586.274
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	169.766	550	(1)	318	-	-	-	170.633
Máquinas e Equipamentos	539.060	214	(16)	126	-	5	29	539.418
Veículos	1.320	246	(216)	14	-	-	-	1.364
Móveis e Utensílios	1.830	36	-	204	-	6	51	2.127
<b>Total</b>	<b>1.337.414</b>	<b>1.069</b>	<b>(316)</b>	<b>662</b>	<b>-</b>	<b>13</b>	<b>499</b>	<b>1.339.341</b>
<b>Depreciação</b>								
Reservatórios, Barragens e Adutoras	3%	(22.119)	(12.711)	-	-	-	-	(34.830)
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	3%	(7.704)	(3.625)	-	-	-	-	(11.329)
Máquinas e Equipamentos	4%	(27.656)	(16.605)	7	-	(24)	(5)	(44.283)
Veículos	10%	(305)	(228)	74	-	-	-	(459)
Móveis e Utensílios	9%	(713)	(187)	-	-	4	(13)	(909)
<b>Total depreciação</b>		<b>(58.497)</b>	<b>(33.356)</b>	<b>81</b>	<b>-</b>	<b>(20)</b>	<b>(18)</b>	<b>(91.810)</b>
<b>Total em serviço</b>		<b>1.278.917</b>	<b>(32.287)</b>	<b>(235)</b>	<b>662</b>	<b>-</b>	<b>(7)</b>	<b>1.247.531</b>
<b>Em curso</b>								
	726.013	482.448	(977)	(662)	45.374	21	5.534	1.257.751
<b>Total Imobilizado</b>	<b>2.004.930</b>	<b>450.161</b>	<b>(1.212)</b>	<b>-</b>	<b>45.374</b>	<b>14</b>	<b>6.015</b>	<b>2.505.282</b>

#### a) Imobilizado em curso

A principal obra em curso do Grupo Alupar, refere-se à UHE Ferreira Gomes, que em 31 de dezembro de 2014 encontra-se parcialmente implementada, e o saldo pertencente a essa obra, totaliza a importância de R\$ 378.401 (R\$ 1.219.838 em 31 de dezembro de 2013). Os compromissos contratuais com ativos imobilizados estão divulgados na nota explicativa 39.

**b) Capitalização de Encargos**

A Companhia capitaliza, mensalmente, ao custo de construção do ativo imobilizado em curso, os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures adquiridos exclusivamente para aquisição de imobilizado em formação. Os juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures capitalizados em 31 de dezembro de 2014 foram de R\$ 53.132 (R\$ 45.978 em 31 de dezembro de 2013), aos quais foram parcialmente compensados pelas receitas geradas das aplicações financeiras que excederam o caixa, sendo em 31 de dezembro de 2014 o valor de R\$ 3.507 (R\$ 604 em 31 de dezembro de 2013). Dessa forma, em 31 de dezembro de 2014 os encargos financeiros líquidos capitalizados foram de R\$ 49.625 (R\$ 45.374 em 31 de dezembro de 2013). A taxa de juros utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimos passíveis de capitalização representa a taxa efetiva dos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia, vide nota explicativa nº 22 e 23.

**c) Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado (impairment)**

Em 31 de dezembro de 2014 não existem indicativos, por meio de fontes internas ou externas, de que algum ativo possa ter sofrido desvalorização que pudessem reduzir o valor de realização do seu ativo imobilizado.

**d) Garantias ou penhoras**

A Companhia e suas controladas não possuem ativos imobilizados dados em garantias ou penhora.

**17.Intangível**

A composição e a movimentação do ativo intangível é a seguinte:

**Controladora:**

Controladora					
Taxa média anual de amortização	31/12/2013	Adições	Baixas	Reclassificação para propriedade para investimento	31/12/2014
<b>Custo</b>					
Outros intangíveis de concessão	563	-	-	-	563
Intangível gerado na aquisição de ações	8.157	-	-	-	8.157
	<b>8.720</b>	-	-	-	<b>8.720</b>
<b>Amortização</b>					
Outros intangíveis de concessão	20% (368)	(84)	-	-	(452)
Intangível gerado na aquisição de ações	5% (580)	(361)	-	-	(941)
	<b>(948)</b>	<b>(445)</b>	-	-	<b>(1.393)</b>
<b>Projeto em desenvolvimento</b>	71.505	5.450	(2.518)	(181)	74.256
<b>Total intangível</b>	<b>79.277</b>	<b>5.005</b>	<b>(2.518)</b>	<b>(181)</b>	<b>81.583</b>



Taxa média anual de amortização	Controladora			
	31/12/2012	Adições	Baixas	31/12/2013
<b>Custo</b>				
Outros intangíveis de concessão	556	7	-	563
Intangível gerado na aquisição de ações	8.157	-	-	8.157
	<b>8.713</b>	<b>7</b>	-	<b>8.720</b>
<b>Amortização</b>				
Outros intangíveis de concessão	20% (277)	(91)	-	(368)
Intangível gerado na aquisição de ações	5% (220)	(360)	-	(580)
	<b>(497)</b>	<b>(451)</b>	-	<b>(948)</b>
<b>Projeto em desenvolvimento</b>	77.899	6.749	(13.143)	71.505
<b>Total intangível</b>	<b>86.115</b>	<b>6.305</b>	<b>(13.143)</b>	<b>79.277</b>

## Consolidado:

Taxa média anual de amortização	Consolidado							
	31/12/2013	Adições	Baixas	Transferências	Ganho e perda na tradução de balanços	Reclassificação para propriedade para investimento	Outros	31/12/2014
<b>Custo</b>								
Outros intangíveis de concessão	9.760	2.797	(93)	1.029	(628)	-	-	12.865
Uso do bem público	14.544	1.804	-	-	-	-	-	16.348
Intangível gerado na aquisição de ações	44.001	-	-	-	-	-	-	44.001
	<b>68.305</b>	<b>4.601</b>	<b>(93)</b>	<b>1.029</b>	<b>(628)</b>	-	-	<b>73.214</b>
<b>Amortização</b>								
Outros intangíveis de concessão	15% (1.242)	(776)	28	-	5	-	99	(1.886)
Uso do bem público	5% (1.542)	(210)	-	-	-	-	-	(1.752)
Intangível gerado na aquisição de ações	4% (4.396)	(1.596)	-	-	-	-	-	(5.992)
	<b>(7.180)</b>	<b>(2.582)</b>	<b>28</b>	-	<b>5</b>	-	<b>99</b>	<b>(9.630)</b>
<b>Projeto em desenvolvimento</b>	82.621	15.532	(2.523)	(1.029)	(827)	(181)	(858)	92.735
<b>Total intangível</b>	<b>143.746</b>	<b>17.551</b>	<b>(2.588)</b>	-	<b>(1.450)</b>	<b>(181)</b>	<b>(759)</b>	<b>156.319</b>

Taxa média anual de amortização	Consolidado					
	31/12/2012	Adições	Baixas	Ganho e perda na tradução de balanços	Intangível adquirido em transação de capital	31/12/2013
<b>Custo</b>						
Outros intangíveis de concessão	9.280	471	-	-	9	9.760
Uso do bem público	13.077	1.467	-	-	-	14.544
Intangível gerado na aquisição de ações	26.865	10.972	-	-	6.164	44.001
	<b>49.222</b>	<b>12.910</b>	-	-	<b>6.173</b>	<b>68.305</b>
<b>Amortização</b>						
Outros intangíveis de concessão	20% (883)	(341)	-	(12)	(6)	(1.242)
Uso do bem público	3% (1.005)	(537)	-	-	-	(1.542)
Intangível gerado na aquisição de ações	4% (3.238)	(1.158)	-	-	-	(4.396)
	<b>(5.126)</b>	<b>(2.036)</b>	-	<b>(12)</b>	<b>(6)</b>	<b>(7.180)</b>
<b>Projeto em desenvolvimento</b>	83.694	11.980	(13.145)	-	92	82.621
<b>Total intangível</b>	<b>127.790</b>	<b>22.854</b>	<b>(13.145)</b>	<b>(12)</b>	<b>6.259</b>	<b>143.746</b>

## a) Ágio decorrente da concessão

Os ágios têm como fundamento econômico a perspectiva de rentabilidade futura durante o prazo de exploração das concessões e estão sendo amortizados de forma linear durante o referido prazo. Os ágios registrados pela Companhia foram originários de investimentos efetuados nos seguintes empreendimentos:



## Composição do intangível gerado na aquisição de ações

Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	4,58%	06/04/04	06/04/34	2.665	2.665	2.665	2.665
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	4,55%	06/04/04	06/04/34	5.245	5.245	5.245	5.245
La Virgen S.A.C.	N/A	N/A	N/A	-	-	6.164	6.164
Sistema de Transmissão Catarinense S.A. (*)	3,47%	27/04/06	27/04/36	-	-	9.766	9.766
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica (*)	4,10%	18/02/04	18/02/34	-	-	8.942	8.942
Companhia Transleste de Transmissão (*)	4,92%	18/02/04	18/02/34	-	-	3.814	3.814
Companhia Transudeste de Transmissão (*)	4,88%	04/03/05	04/03/35	-	-	2.767	2.767
Companhia Transirapé de Transmissão (*)	4,67%	15/03/05	15/03/35	-	-	4.391	4.391
Outros	N/A	N/A	N/A	247	247	247	247
				8.157	8.157	44.001	44.001

## Amortização do ágio decorrente da concessão

Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	(304)	(183)	(304)	(183)
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	(637)	(397)	(637)	(397)
Sistema de Transmissão Catarinense S.A. (*)	-	-	(1.937)	(1.627)
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica (*)	-	-	(2.502)	(2.101)
Companhia Transleste de Transmissão (*)	-	-	(218)	(31)
Companhia Transudeste de Transmissão (*)	-	-	(155)	(23)
Companhia Transirapé de Transmissão (*)	-	-	(239)	(34)
	(941)	(580)	(5.992)	(4.396)
<b>Total líquido</b>	<b>7.216</b>	<b>7.577</b>	<b>38.009</b>	<b>39.605</b>

(\*) Ágio gerado na aquisição de ações das controladas STC, Lumitrans, Transleste, Transudeste e Transirapé por parte da controlada EATE.

### b) Projeto em desenvolvimento

Para desenvolver um projeto de transmissão ou geração de energia, a Companhia incorre em custos com a contratação de serviços, viagens e outros, inerentes ao processo. Após a autorização/permissão/concessão das licenças para instalação dos projetos desenvolvidos, estes custos são alocados nas respectivas Sociedades de Propósito Específico – SPE's.

Os gastos incorridos em um projeto que porventura se torne passível de não instalação são revertidos desta conta para o resultado da Companhia. Estas reversões são baseadas em avaliações trimestrais preparadas pela administração.

### c) Perdas pela não recuperabilidade do intangível (impairment)

A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos ativos intangíveis, não tendo sido encontradas informações por meio de fontes internas ou externas que resultassem em riscos de recuperação desses ativos.

### d) Garantias ou penhoras

A Companhia e suas controladas não possuem ativos intangíveis dados em garantias ou penhora.

**Alupar**

## 18.Fornecedores

	Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Encargos de uso do serviço de transmissão	3.538	476
Suprimento de energia elétrica	6.919	309
Materiais e serviços	72.384	68.177
Outros	31	30
	<u>82.872</u>	<u>68.992</u>
Circulante	82.622	68.742
Não circulante	250	250
	<u>82.872</u>	<u>68.992</u>

## 19.Imposto de renda e contribuição social a pagar

	Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
<b><u>Imposto de renda e contribuição social a pagar</u></b>		
Imposto sobre Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ	19.083	39.173
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	30.387	34.565
Total	<u>49.470</u>	<u>73.738</u>

## 20.Imposto de renda e contribuições sociais diferidos

- a) A composição do imposto de renda e da contribuição social, diferidos registrados no ativo e passivo é como segue:

	Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
<b><u>Imposto de renda e contribuição social diferidos</u></b>		
Imposto de renda diferido - ativo	812	812
Contribuição social diferida - ativo	457	457
	<u>1.269</u>	<u>1.269</u>
Imposto de renda diferido - passivo	(267.455)	(257.336)
Contribuição social diferida - passivo	(131.827)	(159.295)
	<u>(399.282)</u>	<u>(416.631)</u>

**Alupar**

Prejuízo fiscal e base negativa  
 Contrato de concessão (ICPC 01)  
 Diferimento de receita para órgãos públicos  
 IR/CS diferidos adquiridos em transação de capital  
**Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos**  
**Passivo fiscal diferido, líquido**

Consolidado			
Balanco Patrimonial		Resultado	
31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
1.269	1.269	-	388
(392.192)	(405.219)	18.517	(27.090)
(7.090)	(8.251)	1.161	(4.662)
-	(3.161)	3.161	-
		<b>22.839</b>	<b>(31.364)</b>
<b>(398.013)</b>	<b>(415.362)</b>		

#### b) Créditos fiscais a compensar

Conforme preceitua o pronunciamento CPC 32, um ativo ou passivo fiscal diferido deve ser reconhecido sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis, respectivamente. Uma diferença temporária é a diferença entre o valor contábil do ativo ou passivo na demonstração contábil e a sua base para fins de tributação. Esse pronunciamento também requer a contabilização de um ativo fiscal diferido sobre prejuízos fiscais não utilizados na medida em que seja provável que serão gerados lucros tributáveis futuros para possibilitar a compensação desse ativo fiscal diferido. A Companhia pretende reconhecer o imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e provisões temporariamente não dedutíveis, respectivamente, somente quando atender essas exigências, de forma que, em 31 de dezembro de 2014, nenhum crédito tributário diferido ativo foi reconhecido nas informações contábeis individuais.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia acumula prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social que gerariam potenciais créditos tributários, conforme abaixo. Tais créditos não foram reconhecidos, tendo em vista que as operações da Companhia não apresentaram base tributável de resultados que garanta a realização desses créditos.

#### Créditos fiscais não reconhecidos

Prejuízo fiscal  
 Base negativa de contribuição social

Controladora	
31/12/2014	31/12/2013
277.798	198.133
284.847	203.852

## 21. Provisões para gastos ambientais

#### Controladas

Sistema de Transmissão Catarinense S.A.  
 Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.  
 Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.  
 Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.  
 Sistema de Transmissão Nordeste S.A.  
 Foz do Rio Claro Energia S.A.  
 Ijuí Energia S.A.  
 Ferreira Gomes Energia S.A.

Consolidado	
31/12/2014	31/12/2013
30	30
7.849	7.571
563	543
-	25
-	45
875	2.157
2.380	4.423
17.060	24.728
<b>28.757</b>	<b>39.522</b>
19.465	25.872
9.292	13.650
<b>28.757</b>	<b>39.522</b>

Circulante  
 Não circulante





**Alupar**

A Companhia e suas controladas realizam investimentos em programas, de modo a compensar o impacto ambiental causado por suas atividades de implantação e construção de UHE's e linhas de transmissão, e também realiza programas sociais no intuito de auxiliar no desenvolvimento das comunidades. A constituição dessas provisões ocorrem somente no momento da construção e implantação dos empreendimentos e são registradas em contrapartida a rubrica de ativo imobilizado em curso. A realização dessas provisões ocorrem de acordo com a implementação desses programas.

A movimentação das provisões para gastos ambientais é como segue:

Consolidado					
Saldo inicial	Adições	Baixas	Realização	Atualização monetária	Saldo final
31/12/2013					31/12/2014
30	-	-	-	-	30
7.571	-	-	-	278	7.849
543	-	-	-	20	563
25	-	(25)	-	-	-
45	-	(45)	-	-	-
2.157	-	-	(1.282)	-	875
4.423	-	-	(2.043)	-	2.380
24.728	3.225	(4.580)	(6.313)	-	17.060
39.522	3.225	(4.650)	(9.638)	298	28.757

Consolidado					
Saldo inicial	Adições	Baixas	Realização	Atualização monetária	Saldo final
31/12/2012					31/12/2013
30	-	-	-	-	30
7.175	-	-	-	396	7.571
515	-	-	-	28	543
25	-	-	-	-	25
45	-	-	-	-	45
3.229	820	(1.892)	-	-	2.157
4.918	948	(100)	(1.343)	-	4.423
26.467	15.816	(17.555)	-	-	24.728
42.404	17.584	(19.547)	(1.343)	424	39.522

#### Controladas

#### Controladas

**22. Provisões de constituição dos ativos**

As provisões de constituição de ativos referem-se a custos de implantação do empreendimento que serão desembolsados financeiramente de acordo com o cronograma de conclusão destas obras e foram reconhecidas durante a fase de construção e implantação dos empreendimentos em contrapartida a rubrica de ativo imobilizado em serviço. Entre as principais obrigações destacam-se custos com equipamentos para medição de pluviometria e sedimentação, instrumentação, fornecimento de bens, materiais e serviços de supervisão, montagem, comissionamento e operação assistida.

a) A composição das provisões de constituição dos ativos é como segue:

**Controladas**

Companhia Transleste de Transmissão  
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.  
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.  
Foz do Rio Claro Energia S.A.  
Ferreira Gomes Energia S.A.

Circulante

Não circulante

Consolidado	
31/12/2014	31/12/2013
1.499	1.499
17.380	24.361
8.331	8.118
494	494
77.045	-
104.749	34.472
93.056	22.504
11.693	11.968
104.749	34.472

b) A movimentação das provisões de constituição dos ativos é como segue:

**Controladas**

Companhia Transleste de Transmissão  
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.  
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.  
Foz do Rio Claro Energia S.A.  
Ferreira Gomes Energia S.A.

Consolidado			
Saldo inicial	Adições	Realização	Saldo final
31/12/2013			31/12/2014
1.499	-	-	1.499
24.361	-	(6.981)	17.380
8.118	-	213	8.331
494	-	-	494
-	77.045	-	77.045
34.472	77.045	(6.768)	104.749

**Controladas**

Companhia Transleste de Transmissão  
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.  
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.  
Foz do Rio Claro Energia S.A.

Consolidado		
Saldo inicial	Realização	Saldo final
31/12/2012		31/12/2013
1.499	-	1.499
26.384	(2.023)	24.361
12.132	(4.014)	8.118
494	-	494
40.509	(6.037)	34.472



## 23. Taxas regulamentares e setoriais

	Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Taxa de fiscalização ANEEL - TFSEE	3.103	2.726
Quota para Reserva Global de Reversão - RGR	5.113	4.207
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	237	261
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	34.241	28.817
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico - FNDCT	1.019	689
Ministério de minas e energia - MME	509	343
	<b>44.222</b>	<b>37.043</b>
Circulante	43.907	36.609
Não circulante	315	434
	<b>44.222</b>	<b>37.043</b>

## 24. Adiantamentos de clientes

Os saldos de adiantamentos de clientes referem-se aos montantes recebidos a título de antecipação de receitas do sistema de transmissão, ao qual se deve em função do superávit de arrecadação do ciclo de tarifas, cuja realização dar-se-á por meio da dedução de valores futuros da Receita Anual Permitida – RAP através do mecanismo denominado de PA – Parcela de ajuste, e que serão autorizados pela ONS a partir do início de cada ciclo, ou seja, a partir de 1º de julho de cada ano. Cabe ressaltar, que esses valores que serão deduzidos da RAP são corrigidos pelo IPCA ou IGP-M dependendo do contrato de concessão.

A movimentação e a composição por controlada dos adiantamentos de clientes é assim como segue:

	Consolidado					
	31/12/2013	Antecipações	Parcela de ajuste - PA	Variação monetária	Transferência p/ contas a receber de clientes	Transferência p/ outros ativos
<b>Controladas diretas</b>						
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	5.123	21.377	(3.186)	(392)	(2.936)	-
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica	317	1.323	(316)	24	(111)	-
Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	658	846	54	(23)	116	(150)
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.	1.022	4.870	(726)	(90)	(523)	-
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.	1.131	4.721	(704)	(87)	(647)	-
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	2.681	11.193	(1.671)	(203)	(1.542)	-
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	427	2.521	(427)	(41)	(132)	-
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.	2	512	(21)	-	(97)	-
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.	50	706	(56)	7	(62)	-
Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	2.669	9.148	(1.740)	-	(1.204)	-
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A.	137	79	(145)	7	(19)	-
	<b>14.217</b>	<b>57.296</b>	<b>(8.938)</b>	<b>(798)</b>	<b>(7.157)</b>	<b>(150)</b>
<b>Controladas indiretas</b>						
Companhia Transleste de Transmissão	401	2.073	(359)	(19)	-	(462)
Companhia Transudeste de Transmissão	251	1.285	(220)	(12)	-	(287)
Companhia Transirapé de Transmissão	173	884	(153)	(8)	-	(197)
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.	1.005	1.978	1.515	(1.074)	(95)	(1.268)
Empresa Santos Dumont de Energia S.A.	5	502	(25)	1	(38)	-
	<b>1.835</b>	<b>6.722</b>	<b>758</b>	<b>(1.112)</b>	<b>(133)</b>	<b>(2.214)</b>
	<b>16.052</b>	<b>64.018</b>	<b>(8.180)</b>	<b>(1.910)</b>	<b>(7.290)</b>	<b>(2.364)</b>
Circulante	15.527					
Não circulante	525					
	<b>16.052</b>					



# Alupar

Consolidado						
31/12/2012	Antecipações	Parcela de ajuste - PA	Variação monetária	Transferência p/ contas a receber de clientes	Adiantamento de clientes adquirido em transação de capital	31/12/2013
12.608	(1.451)	(11.545)	638	4.873	-	5.123
780	(90)	(714)	39	302	-	317
1.137	(94)	(745)	44	316	-	658
2.872	(330)	(2.630)	145	965	-	1.022
2.784	(320)	(2.550)	141	1.076	-	1.131
6.594	(759)	(6.038)	334	2.550	-	2.681
1.165	(337)	(1.020)	59	560	-	427
301	(59)	(337)	-	97	-	2
240	(88)	(245)	-	143	-	50
5.277	(607)	(4.831)	265	2.565	-	2.669
-	138	(19)	-	18	-	137
33.758	(3.997)	(30.674)	1.665	13.465	-	14.217
1.187	(138)	(1.128)	18	462	-	401
-	(278)	(152)	-	287	394	251
495	(59)	(467)	7	197	-	173
2.186	(1.893)	(460)	664	508	-	1.005
-	(14)	(4)	-	23	-	5
3.868	(2.382)	(2.211)	689	1.477	394	1.835
37.626	(6.379)	(32.885)	2.354	14.942	394	16.052
20.104						15.527
17.522						525
37.626						16.052



## 25. Empréstimos e financiamentos

a) O saldo de empréstimos e financiamentos é composto da seguinte forma:

Financiadores / credores	Empresas	Consolidado									
		Circulante					Não circulante				
		Encargos	Principal	Custos a amortizar	31/12/2014	31/12/2013	Encargos	Principal	Custos a amortizar	31/12/2014	31/12/2013
<b>Moeda estrangeira</b>		<b>Operacionais</b>									
Santader - Contrato nº 2885	Alupar Peru	-	-	-	-	-	180	26.685	-	26.865	-
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 04.2.123.3.1	ERTE	-	-	-	-	909	-	-	-	-	753
BDMG - Contrato nº 127314	Transleste	82	1.267	-	1.349	1.220	-	1.900	-	1.900	2.793
		82	1.267	-	1.349	2.129	180	28.585	-	28.765	3.546
<b>Moeda estrangeira</b>		<b>Pré Operacionais</b>									
Bancolombia - Contrato nº 142516	Risaralda	-	-	-	-	32	-	-	-	-	-
Bancolombia - Contrato nº 161781	Risaralda	-	51	-	51	-	-	9	-	9	-
Bancolombia - Contrato nº 161782	Risaralda	-	51	-	51	-	-	9	-	9	-
Bancolombia - Contrato nº 166276	Risaralda	-	54	-	54	-	-	27	-	27	-
Itaú - Contrato de crédito - IBC00093	Risaralda	369	-	-	369	-	-	35.583	-	35.583	-
		369	156	-	525	32	-	35.628	-	35.628	-
<b>Subtotal</b>		<b>451</b>	<b>1.423</b>	<b>-</b>	<b>1.874</b>	<b>2.161</b>	<b>180</b>	<b>64.213</b>	<b>-</b>	<b>64.393</b>	<b>3.546</b>
<b>Moeda nacional</b>		<b>Operacionais</b>									
Itaú - Arrendamento mercantil - Contrato nº 4573644	Alupar	-	6	-	6	70	-	-	-	-	6
Itaú - Arrendamento mercantil - Contrato nº 4575341	Alupar	-	30	-	30	64	-	1	-	1	30
FINEP - Contrato nº 02.09.0599.00	Alupar	138	11.804	(111)	11.831	9.558	-	28.527	(269)	28.258	31.712
Itaú - Nota promissória - Contrato nº 001/140	EATE	-	-	-	-	140.080	-	-	-	-	-
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 09.2.1409.1	EBTE	371	10.962	-	11.333	11.343	-	103.227	-	103.227	114.188
BNDES (FINAME) - Subcrédito B - Contrato nº 09.2.1409.1	EBTE	28	2.889	-	2.917	2.920	-	11.315	-	11.315	14.206
Safrá - CCB - Contrato nº 006254547	ECTE	14	15.000	-	15.014	-	-	-	-	-	-
BNDES - Subcrédito B e C - Contrato nº 04.2.123.3.1	ERTE	-	-	-	-	3.385	-	-	-	-	2.800
BNDES - Contrato nº 12.2.0058.1	ERTE	-	-	-	-	3.288	-	-	-	-	25.840
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 12.2.1001.1	ESDE	61	1.573	-	1.634	1.632	-	17.821	-	17.821	19.394
BNDES (FINAME) - Subcrédito B - Contrato nº 12.2.1001.1	ESDE	13	1.582	-	1.595	1.597	-	10.684	-	10.684	12.267
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 11.2.1030.1	ETEM	118	3.250	-	3.368	3.370	-	33.585	-	33.585	36.836
BNDES - Subcrédito B - Contrato nº 11.2.1030.1	ETEM	3	106	-	109	110	-	1.093	-	1.093	1.198
BNDES - Contrato nº 09.2.0118.1	ETES	56	2.030	-	2.086	2.089	-	15.733	-	15.733	17.763
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 09.2.1467.1	ETES	8	281	(4)	285	285	-	2.176	(31)	2.145	2.422
BNDES (FINAME) - Subcrédito B - Contrato nº 09.2.1467.1	ETES	15	1.556	(32)	1.539	1.540	-	5.965	(102)	5.863	7.387
Banco do Brasil - Contrato nº 40/00039-7	ETVG	134	1.427	(6)	1.555	820	-	15.553	(52)	15.501	16.844
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	3.366	9.189	(179)	12.376	-	-	211.351	(2.740)	208.611	205.321
BNDES - Subcrédito B - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	1.332	3.637	-	4.969	-	-	83.651	-	83.651	82.479
BNDES - Subcrédito C - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	73	414	-	487	-	-	9.512	-	9.512	4.194
BNDES (FINAME) - Subcrédito D - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	928	16.271	-	17.199	-	-	170.845	-	170.845	161.997
Itaú - Arrendamento mercantil - Contrato nº 4571823	Foz	-	-	-	-	29	-	-	-	-	-
BNDES - Contrato nº 08.2.0070.1	Foz	588	15.027	-	15.615	15.623	-	169.054	-	169.054	184.082
Itaú - Arrendamento mercantil - Contrato nº 4571823	Ijuí	-	-	-	-	29	-	-	-	-	-
BNDES - Contrato nº 08.2.0071.1	Ijuí	570	12.798	-	13.368	13.375	-	150.368	-	150.368	163.166
BNDES - Contrato nº 08.2.0976.1	Lavrinhas	283	9.179	-	9.462	9.470	-	85.671	-	85.671	94.850
BNDES - Contrato nº 10.2.0477.1	Lavrinhas	40	1.246	-	1.286	1.287	-	11.634	-	11.634	12.881
FINAME - Subcrédito A - Contrato nº 50002651100	Lavrinhas	-	23	-	23	23	-	27	-	27	50
FINAME - Subcrédito B - Contrato nº 50002651100	Lavrinhas	-	7	-	7	7	-	8	-	8	14
FINAME - Subcrédito A - Contrato nº 50002651000	Lavrinhas	-	3	-	3	3	-	4	-	4	7
FINAME - Subcrédito B - Contrato nº 50002651000	Lavrinhas	-	1	-	1	1	-	1	-	1	2
BNDES - Contrato nº 08.2.0975.1	Queluz	280	9.322	-	9.602	9.610	-	84.667	-	84.667	93.989
BNDES - Contrato nº 10.2.0478.1	Queluz	64	2.042	-	2.106	2.107	-	18.543	-	18.543	20.584
FINAME - Subcrédito A - Contrato nº 50003291100	Queluz	-	42	-	42	44	-	110	-	110	149
Banco do Brasil - Contrato nº 40/00475-9	STN	-	-	-	-	637	-	-	-	-	3.310
BNB - Contratos nº A400000101001 e A400000101002	STN	113	18.385	-	18.498	17.599	-	160.454	-	160.454	178.839
BDMG (FINAME) - Contrato nº 147068	Transirapé	2	132	-	134	134	-	605	-	605	737
BDMG (FINAME PSI) - Contrato nº 177906	Transirapé	99	-	-	99	-	-	15.809	-	15.809	-
BDMG (FINEM) - Contrato nº 193.292	Transirapé	2	93	-	95	-	-	5.099	-	5.099	-
BDMG - Contrato nº 127315	Transleste	144	2.552	-	2.696	2.711	-	23.394	-	23.394	25.946
BNB - Contrato nº 05974828-A	Transleste	44	780	-	824	804	-	7.425	-	7.425	8.205
		8.887	153.639	(332)	162.194	255.644	-	1.453.912	(3.194)	1.450.718	1.543.695
<b>Moeda nacional</b>		<b>Pré Operacionais</b>									
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 13.2.1413.1	ETSE	320	1.749	-	2.069	-	-	38.720	-	38.720	-
BNDES (FINAME) - Subcrédito B - Contrato nº 13.2.1413.1	ETSE	50	4.033	-	4.083	-	-	31.931	-	31.931	-
Itaú - CCB - Contrato nº 101113120010100	ETSE	-	-	-	-	8.872	-	-	-	-	-
Outros	GET	-	-	-	-	-	-	168	-	168	168
		370	5.782	-	6.152	8.872	-	70.819	-	70.819	168
<b>Subtotal</b>		<b>9.257</b>	<b>159.421</b>	<b>(332)</b>	<b>168.346</b>	<b>264.516</b>	<b>-</b>	<b>1.524.731</b>	<b>(3.194)</b>	<b>1.521.537</b>	<b>1.543.863</b>
<b>Total - Empréstimos e financiamentos - Circulante</b>		<b>9.708</b>	<b>160.844</b>	<b>(332)</b>	<b>170.220</b>	<b>266.677</b>	<b>180</b>	<b>1.588.944</b>	<b>(3.194)</b>	<b>1.585.930</b>	<b>1.547.409</b>



b) As principais características dos empréstimos e financiamentos são conforme segue:

Financiadores / credores	Empresas operacionais	Consolidado						
		Condições contratadas dos empréstimos e financiamentos						
		Data da Contratação	Vencimento	Principal contratado	Encargos financeiros a.a		Periodicidade da amortização	
					Indexador	Juros (%)	Principal	Encargos
<b>Moeda nacional - R\$</b>								
Itaú - Arrendamento mercantil - Contrato nº 4573644	Alupar	dez/11	jan/15	187	-	14,33	Mensal	Mensal
Itaú - Arrendamento mercantil - Contrato nº 4575341	Alupar	mai/12	mai/15	178	-	14,79	Mensal	Mensal
FINEP - Contrato nº 02.09.0599.00	Alupar	dez/09	mai/18	72.841	-	8,00	Mensal	Mensal
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 09.2.1409.1	EBTE	dez/09	nov/24	141.652	TJLP	2,56	Mensal	Mensal
BNDES (FINAME) - Subcrédito B - Contrato nº 09.2.1409.1	EBTE	dez/09	nov/19	23.498	-	4,50	Mensal	Mensal
Safra - CCB - Contrato nº 006254547	ECTE	dez/14	fev/15	15.000	CDI	1,30	Único no final	Único no final
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 12.2.1001.1	ESDE	nov/12	abr/27	26.319	TJLP	2,08	Mensal	Mensal
BNDES (FINAME) - Subcrédito B - Contrato nº 12.2.1001.1	ESDE	nov/12	set/22	16.478	-	2,50	Mensal	Mensal
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 11.2.1030.1	ETEM	dez/11	abr/26	44.700	TJLP	2,44	Mensal	Mensal
BNDES - Subcrédito B - Contrato nº 11.2.1030.1	ETEM	dez/11	abr/26	2.100	TJLP	2,04	Mensal	Mensal
BNDES - Contrato nº 09.2.0118.1	ETES	mai/09	set/23	27.714	TJLP	2,37	Mensal	Mensal
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 09.2.1467.1	ETES	dez/09	set/23	3.357	TJLP	2,38	Mensal	Mensal
BNDES (FINAME) - Subcrédito B - Contrato nº 09.2.1467.1	ETES	dez/09	out/19	13.981	-	4,50	Mensal	Mensal
Banco do Brasil - Contrato nº 40/00039-7	ETVG	dez/11	dez/26	17.835	-	10,00	Mensal	Trimestral
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	dez/12	abr/31	198.420	TJLP	2,34	Mensal	Mensal
BNDES - Subcrédito B - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	dez/12	abr/31	78.540	TJLP	2,34	Mensal	Mensal
BNDES - Subcrédito C - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	dez/12	abr/31	9.500	TJLP	2,34	Mensal	Mensal
BNDES (FINAME) - Subcrédito D - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	dez/12	dez/22	181.850	-	2,50	Mensal	Mensal
BNDES - Contrato nº 08.2.0070.1	Foz	abr/08	mar/27	201.630	TJLP	2,44	Mensal	Mensal
BNDES - Contrato nº 08.2.0071.1	Ijuí	abr/08	set/27	168.200	TJLP	3,17	Mensal	Mensal
BNDES - Contrato nº 08.2.0976.1	Lavrinhas	mar/09	abr/25	111.185	TJLP	1,93	Mensal	Mensal
BNDES - Contrato nº 10.2.0477.1	Lavrinhas	ago/10	abr/25	16.875	TJLP	2,22	Mensal	Mensal
FINAME - Subcrédito A - Contrato nº 50002651100	Lavrinhas	fev/12	fev/17	104	-	10,00	Mensal	Mensal
FINAME - Subcrédito B - Contrato nº 50002651100	Lavrinhas	fev/12	fev/17	30	TJLP	5,70	Mensal	Mensal
FINAME - Subcrédito A - Contrato nº 50002651000	Lavrinhas	fev/12	fev/17	15	-	10,00	Mensal	Mensal
FINAME - Subcrédito B - Contrato nº 50002651000	Lavrinhas	fev/12	fev/17	4	TJLP	5,70	Mensal	Mensal
BNDES - Contrato nº 08.2.0975.1	Queluz	mar/09	jan/25	114.647	TJLP	1,93	Mensal	Mensal
BNDES - Contrato nº 10.2.0478.1	Queluz	ago/10	jan/25	27.716	TJLP	2,22	Mensal	Mensal
FINAME - Subcrédito A - Contrato nº 50003291100	Queluz	jun/13	jun/18	192	-	3,00	Mensal	Mensal
BNB - Contratos nº A400000101001 e A400000101002	STN	jun/04	jun/24	299.995	-	10,00	Mensal	Mensal
BDMG (FINAME) - Contrato nº 147068	Transirapé	jun/10	jul/20	1.187	-	4,50	Mensal	Mensal
BDMG (FINAME PSI) - Contrato nº 177906	Transirapé	dez/13	jan/24	19.761	-	3,50	Mensal	Mensal
BDMG (FINEM) - Contrato nº 193.292	Transirapé	out/14	out/29	5.893	TJLP	3,50	Mensal	Mensal
BDMG - Contrato nº 127315	Transleste	mar/05	fev/25	47.000	-	9,50	Mensal	Mensal
BNB - Contrato nº 05974828-A	Transleste	mar/05	mar/25	15.000	-	9,50	Mensal	Mensal
<b>Moeda estrangeira - Cesta de moedas - USD</b>								
Santander - Contrato nº 2885	Alupar Peru	out/14	out/17	25.309	Libor (*)	3,85	Único no final	Único no final
BDMG - Contrato nº 127314	Transleste	mar/05	jan/17	12.971	-	5,00	Semestral	Semestral

(\*) Taxa libor é uma taxa de juros de referência utilizada por um grande número de bancos que operam no mercado londrino. A taxa Libor do contrato é a de 12 meses.

Financiadores / credores	Empresas pré-operacionais	Consolidado						
		Condições contratadas dos empréstimos e financiamentos						
		Data da Contratação	Vencimento	Principal contratado	Encargos financeiros a.a		Periodicidade da amortização	
					Indexador	Juros (%)	Principal	Encargos
<b>Moeda nacional - R\$</b>								
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 13.2.1413.1	ETSE	dez/13	nov/28	39.159	TJLP	2,02	Mensal	Mensal
BNDES (FINAME) - Subcrédito B - Contrato nº 13.2.1413.1	ETSE	dez/13	nov/23	39.254	-	3,50	Mensal	Mensal
Outros	GET	-	-	168	-	-	Mensal	Mensal
<b>Moeda estrangeira - Pesos colombianos</b>								
Bancolombia - Contrato nº 161781	Risaralda	jan/14	mar/16	95	DTF (T.A.) (*)	8,00	Mensal	Mensal
Bancolombia - Contrato nº 161782	Risaralda	jan/14	mar/16	95	DTF (T.A.) (*)	8,00	Mensal	Mensal
Bancolombia - Contrato nº 166276	Risaralda	jun/14	jul/16	109	DTF (T.A.) (*)	8,00	Mensal	Mensal
Itaú - Contrato de crédito - IBC00093	Risaralda	nov/14	nov/17	38.688	IBR (TV) (**)	-	Único no final	Trimestral

(\*) Taxa de depósitos a prazo, na Colômbia, certificada pelo Banco de la República

(\*\*) Indicador Bancario de Referencia - IBR Trimestral na Colômbia (Taxa em 31/12/2014 - 4,36% a.a.)





**Alupar**

Todos os empréstimos captados pelas controladas junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES possuem como garantia o penhor de ações que a Companhia detém das mesmas.

Todos os recursos obtidos com os empréstimos e financiamentos contratados foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, todos respeitaram os limites de utilização contratualmente previstos.

A Administração da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto mantêm o acompanhamento dos índices financeiros definidos em contrato. Qualquer inadimplemento aos termos dos contratos de financiamentos que não seja sanado ou perdoado poderá resultar no vencimento antecipado do saldo devedor da respectiva dívida, bem como o vencimento antecipado de dívidas de outros contratos de financiamento e a cobrança de juros e multa. Em 31 de dezembro de 2014, estes índices, cuja apuração é exigida anualmente, estavam sendo cumpridos, em linha com as disposições nos contratos de dívida de suas controladas.

As cláusulas restritivas quantitativas da Companhia e de suas controladas estão relacionadas, principalmente, com índices financeiros obtidos utilizando o EBITDA, tal como o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (“ICSD”), e que são calculados anualmente. O não cumprimento dessas cláusulas restritivas acarreta o vencimento antecipado do empréstimo e financiamento. Em 31 de dezembro de 2014, todas as cláusulas restritivas foram atendidas.

Em 31 de dezembro de 2014 alguns empréstimos e financiamentos das controladas possuíam garantias depositadas na forma de contas reservas, no montante de R\$ 50.127 (R\$ 48.898 em 31 de dezembro de 2013).

**Alupar**

c) A movimentação dos empréstimos e financiamentos é conforme segue:

Financiadores / credores	Empresa	Consolidado								
		Saldo inicial	Ingresso de	Provisão de	Variação	Ganho e	Amortização	Amortização	Bônus de	Saldo final
		31/12/2013	dívidas (Custo a amortizar)	encargos	monetária e cambial	perda na tradução	do principal	do encargos	adimplência	31/12/2014
Moeda estrangeira										
Santander - Contrato nº 2885	Alupar Peru	-	25.309	180	659	717	-	-	-	26.865
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 04.2.123.3.1	ERTE	1.662	-	123	(64)	-	(1.656)	(65)	-	-
Bancolombia - Contrato nº 142516	Risaralda	32	-	-	-	(1)	(31)	-	-	-
Bancolombia - Contrato nº 161781	Risaralda	-	94	-	-	(1)	(33)	-	-	60
Bancolombia - Contrato nº 161782	Risaralda	-	94	-	-	(1)	(33)	-	-	60
Bancolombia - Contrato nº 166276	Risaralda	-	111	-	-	(8)	(22)	-	-	8
Itaú - Contrato de crédito - IBC00093	Risaralda	-	38.688	390	-	(3.126)	-	-	-	35.952
BDMG - Contrato nº 127314	Transleste	4.013	-	200	369	-	(1.113)	(220)	-	3.249
		5.707	64.296	893	964	(2.420)	(2.888)	(285)	-	66.267
Moeda nacional										
Itaú - Arrendamento mercantil - Contrato nº 4573644	Alupar	76	-	6	-	-	(62)	(14)	-	6
Itaú - Arrendamento mercantil - Contrato nº 4575341	Alupar	94	-	9	-	-	(59)	(13)	-	31
FINEP - Contrato nº 02.09.0599.00	Alupar	41.270	10.448	3.576	-	-	(11.601)	(3.604)	-	40.089
Itaú - Nota promissória - Contrato nº 001/140	EATE	140.080	-	2.998	-	-	(140.000)	(3.078)	-	-
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 09.2.1409.1	EBTE	125.531	-	8.869	-	-	(10.971)	(8.869)	-	114.560
BNDES (FINAME) - Subcrédito B - Contrato nº 09.2.1409.1	EBTE	17.126	-	699	-	-	(2.894)	(699)	-	14.232
Itaú - CCB - Contrato nº 101214050000500	ECTE	-	1.200	5	-	-	(1.200)	(5)	-	-
Safra - CCB - Contrato nº 006254547	ECTE	-	30.000	438	-	-	(15.000)	(424)	-	15.014
BNDES - Subcrédito B e C - Contrato nº 04.2.123.3.1	ERTE	6.185	-	240	-	-	(6.160)	(265)	-	-
BNDES - Contrato nº 12.2.0058.1	ERTE	29.128	-	847	-	-	(29.045)	(930)	-	-
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 12.2.1001.1	ESDE	21.026	-	1.402	-	-	(1.571)	(1.402)	-	19.455
BNDES (FINAME) - Subcrédito B - Contrato nº 12.2.1001.1	ESDE	13.864	-	329	-	-	(1.585)	(329)	-	12.279
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 11.2.1030.1	ETEM	40.206	-	2.806	-	-	(3.251)	(2.808)	-	36.953
BNDES - Subcrédito B - Contrato nº 11.2.1030.1	ETEM	1.308	-	87	-	-	(105)	(88)	-	1.202
BNDES - Contrato nº 09.2.0118.1	ETES	19.852	-	1.358	-	-	(2.030)	(1.361)	-	17.819
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 09.2.1467.1	ETES	2.707	-	192	-	-	(281)	(188)	-	2.430
BNDES (FINAME) - Subcrédito B - Contrato nº 09.2.1467.1	ETES	8.927	-	403	-	-	(1.556)	(372)	-	7.402
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 13.2.1413.1	ETSE	-	38.982	1.807	-	-	-	-	-	40.789
BNDES (FINAME) - Subcrédito B - Contrato nº 13.2.1413.1	ETSE	-	35.782	606	-	-	(290)	(84)	-	36.014
Itaú - CCB - Contrato nº 101113120010100	ETSE	8.872	40.550	325	-	-	(49.400)	(347)	-	-
Itaú - CCB - Contrato nº 101114020005000	ETSE	-	14.000	80	-	-	(14.000)	(80)	-	-
Itaú - CCB - Contrato nº 101114030006500	ETSE	-	8.850	15	-	-	(8.850)	(15)	-	-
Banco do Brasil - Contrato nº 40/00039-7	ETVG	17.664	104	1.678	-	-	(713)	(1.425)	(252)	17.056
BNDES - Contrato nº 12.2.0908.1	Ferreira Gomes	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	205.321	-	15.516	-	-	150	-	-	220.987
BNDES - Subcrédito B - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	82.479	-	6.141	-	-	-	-	-	88.620
BNDES - Subcrédito C - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	4.194	5.487	318	-	-	-	-	-	9.999
BNDES (FINAME) - Subcrédito D - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	161.997	21.887	4.160	-	-	-	-	-	188.044
BTG Pactual - Nota promissória - 1º Emissão	Ferreira Gomes	-	175.000	3.801	-	-	(175.000)	(3.801)	-	-
Itaú - Arrendamento mercantil - Contrato nº 4571823	Foz	29	-	2	-	-	(29)	(2)	-	-
BNDES - Contrato nº 08.2.0070.1	Foz	199.705	-	13.982	-	-	(15.027)	(13.991)	-	184.669
Outros	GET	168	-	-	-	-	-	-	-	168
Itaú - Arrendamento mercantil - Contrato nº 4571823	Ijuí	29	-	2	-	-	(29)	(2)	-	-
BNDES - Contrato nº 08.2.0071.1	Ijuí	176.541	-	13.544	-	-	(12.797)	(13.552)	-	163.736
BNDES - Contrato nº 08.2.0976.1	Lavrinhas	104.320	-	6.774	-	-	(9.179)	(6.782)	-	95.133
BNDES - Contrato nº 10.2.0477.1	Lavrinhas	14.168	-	956	-	-	(1.246)	(958)	-	12.920
FINAME - Subcrédito A - Contrato nº 50002651100	Lavrinhas	73	-	6	-	-	(23)	(6)	-	50
FINAME - Subcrédito B - Contrato nº 50002651100	Lavrinhas	21	-	3	-	-	(7)	(2)	-	15
FINAME - Subcrédito A - Contrato nº 50002651000	Lavrinhas	10	-	2	-	-	(3)	(2)	-	7
FINAME - Subcrédito B - Contrato nº 50002651000	Lavrinhas	3	-	-	-	-	(1)	-	-	2
BNDES - Contrato nº 08.2.0975.1	Queluz	103.599	-	6.721	-	-	(9.321)	(6.730)	-	94.269
BNDES - Contrato nº 10.2.0478.1	Queluz	22.691	-	1.531	-	-	(2.040)	(1.533)	-	20.649
FINAME - Subcrédito A - Contrato nº 50003291100	Queluz	193	-	5	-	-	(40)	(6)	-	152
Banco do Brasil - Contrato nº 40/00475-9	STN	3.947	-	87	-	-	(3.940)	(94)	-	-
BNB - Contratos nº A400000101001 e A400000101002	STN	196.438	-	14.558	-	-	(17.474)	(14.570)	-	178.952
BDMG (FINAME) - Contrato nº 147068	Transirapé	871	-	35	-	-	(132)	(35)	-	739
BDMG (FINAME PSI) - Contrato nº 177906	Transirapé	-	15.809	322	-	-	-	(223)	-	15.908
BDMG (FINEM) - Contrato nº 193.292	Transirapé	-	5.192	2	-	-	-	-	-	5.194
BDMG - Contrato nº 127315	Transleste	28.657	-	2.191	-	-	(2.552)	(2.206)	-	26.090
BNB - Contrato nº 05974828-A	Transleste	9.009	-	672	-	-	(757)	(675)	-	8.249
		1.808.379	403.291	120.106	-	-	(550.071)	(91.570)	(252)	1.689.883
		1.814.086	467.587	120.999	964	(2.420)	(552.959)	(91.855)	(252)	1.756.150
Circulante		266.677								170.220
Não circulante		1.547.409								1.585.930
		1.814.086								1.756.150



# Alupar

Financiadores / credores	Empresa	Consolidado							
		Saldo inicial	Ingresso de dívidas (Custo a amortizar)	Provisão de encargos	Variação monetária e cambial	Amortização do principal	Amortização do encargos	Bônus de adimplência	Saldo final
		31/12/2012							31/12/2013
Moeda estrangeira									
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 04.2.123.3.1	ERTE	2.245	-	173	244	(829)	(171)	-	1.662
Bancolombia - Contrato nº 142516	Risaralda	72	-	-	-	-	(40)	-	32
BDMG - Contrato nº 127314	Transleste	4.502	-	244	541	(1.017)	(257)	-	4.013
		6.819	-	417	785	(1.846)	(468)	-	5.707
Moeda nacional									
Banco do Brasil - Arrendamento mercantil - Contrato nº 215000	Alupar	17	-	1	-	(17)	(1)	-	-
Itaú - Arrendamento mercantil - Contrato nº 4573644	Alupar	137	-	15	-	(61)	(15)	-	76
Itaú - Arrendamento mercantil - Contrato nº 4575341	Alupar	148	-	17	-	(57)	(14)	-	94
Itaú - Arrendamento mercantil - Contrato nº 4571823	Alupar	118	(92)	7	-	(26)	(7)	-	-
FINEP - Contrato nº 02.09.0599.00	Alupar	50.452	-	3.823	-	(9.369)	(3.636)	-	41.270
Itaú - Nota promissória - Contrato nº 001/140	EATE	-	140.000	328	-	-	(248)	-	140.080
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 09.2.1409.1	EBTE	136.523	-	9.683	-	(10.962)	(9.713)	-	125.531
BNDES (FINAME) - Subcrédito B - Contrato nº 09.2.1409.1	EBTE	20.018	-	829	-	(2.889)	(832)	-	17.126
BNDES - Subcrédito B e C - Contrato nº 04.2.123.3.1	ERTE	9.557	-	1.009	468	(3.824)	(1.025)	-	6.185
BNDES - Contrato nº 12.2.0058.1	ERTE	31.042	1.250	1.882	-	(2.692)	(2.354)	-	29.128
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 12.2.1001.1	ESDE	17.418	4.138	1.149	166	(941)	(904)	-	21.026
BNDES (FINAME) - Subcrédito B - Contrato nº 12.2.1001.1	ESDE	14.605	188	359	-	(1.048)	(240)	-	13.864
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 11.2.1030.1	ETEM	43.465	-	3.044	-	(3.250)	(3.053)	-	40.206
BNDES - Subcrédito B - Contrato nº 11.2.1030.1	ETEM	1.414	-	94	-	(106)	(94)	-	1.308
BNDES - Contrato nº 09.2.0118.1	ETES	21.883	-	1.514	-	(2.030)	(1.515)	-	19.852
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 09.2.1467.1	ETES	2.989	-	204	-	(281)	(205)	-	2.707
BNDES (FINAME) - Subcrédito B - Contrato nº 09.2.1467.1	ETES	10.453	-	472	-	(1.556)	(442)	-	8.927
Itaú - CCB - Contrato nº 101113120010100	ETSE	-	8.850	22	-	-	-	-	8.872
Banco do Brasil - Contrato nº 40/00039-7	ETVG	15.667	1.975	1.628	-	-	(1.365)	(241)	17.664
BNDES - Contrato nº 12.2.0908.1	Ferreira Gomes	111.898	10.604	2.530	-	(120.948)	(4.084)	-	-
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	-	195.351	9.970	-	-	-	-	205.321
BNDES - Subcrédito B - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	-	78.540	3.939	-	-	-	-	82.479
BNDES - Subcrédito C - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	-	4.013	181	-	-	-	-	4.194
BNDES (FINAME) - Subcrédito D - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	-	159.963	2.034	-	-	-	-	161.997
Banco Sumitomo Mitsui B. S.A - Contrato nº R03/11/MA	Ferreira Gomes	29.766	-	216	-	(29.400)	(582)	-	-
CCB Itaú	Ferreira Gomes	-	40.000	221	-	(40.000)	(221)	-	-
Itaú - Arrendamento mercantil - Contrato nº 4571823	Foz	-	48	4	-	(23)	-	-	29
BNDES - Contrato nº 08.2.0070.1	Foz	214.774	-	15.081	-	(15.027)	(15.123)	-	199.705
Outros	GET	168	-	-	-	-	-	-	168
Itaú - Arrendamento mercantil - Contrato nº 4571823	Ijuí	-	48	4	-	(23)	-	-	29
BNDES - Contrato nº 08.2.0071.1	Ijuí	189.372	-	14.570	-	(12.797)	(14.604)	-	176.541
BNDES - Contrato nº 08.2.0976.1	Lavrinhas	113.524	-	7.402	-	(9.180)	(7.426)	-	104.320
BNDES - Contrato nº 10.2.0477.1	Lavrinhas	15.419	-	1.044	-	(1.247)	(1.048)	-	14.168
FINAME - Subcrédito A - Contrato nº 50002651100	Lavrinhas	91	-	13	-	(23)	(8)	-	73
FINAME - Subcrédito B - Contrato nº 50002651100	Lavrinhas	27	-	4	-	(7)	(3)	-	21
FINAME - Subcrédito A - Contrato nº 50002651000	Lavrinhas	13	-	1	-	(3)	(1)	-	10
FINAME - Subcrédito B - Contrato nº 50002651000	Lavrinhas	4	-	-	-	(1)	-	-	3
Arrendamento mercantil (Itaú)	Queluz	24	-	3	-	(24)	(3)	-	-
BNDES - Contrato nº 08.2.0975.1	Queluz	112.943	-	7.356	-	(9.321)	(7.379)	-	103.599
BNDES - Contrato nº 10.2.0478.1	Queluz	24.737	-	1.677	-	(2.041)	(1.682)	-	22.691
FINAME - Subcrédito A - Contrato nº 50003291100	Queluz	-	192	1	-	-	-	-	193
Banco do Brasil - Contrato nº 40/00475-9	STN	4.580	-	190	-	(630)	(193)	-	3.947
BNB - Contratos nº A400000101001 e A400000101002	STN	213.055	-	15.873	-	(16.607)	(15.883)	-	196.438
BDMG (FINAME) - Contrato nº 147068	Transirapé	1.003	-	42	-	(132)	(42)	-	871
BDMG (FINAME PSI) - Contrato nº 177906	Transirapé	-	-	-	-	-	-	-	-
BDMG - Contrato nº 127315	Transleste	31.223	-	2.450	-	(2.552)	(2.464)	-	28.657
BNB - Contrato nº 05974828-A	Transleste	10.136	-	409	-	(765)	(771)	-	9.009
		1.448.663	645.068	111.295	634	(299.860)	(97.180)	(241)	1.808.379
		1.455.482	645.068	111.712	1.419	(301.706)	(97.648)	(241)	1.814.086
Circulante		250.474							266.677
Não circulante		1.205.008							1.547.409
		1.455.482							1.814.086



As principais captações e liquidações ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram as seguintes:

Financiadores/credores	Empresa	Tipo de moeda	Data da contratação	Valor contratado	Taxa de juros	Amortização do principal	Amortização dos juros	Data da liquidação
Itaú - Nota promissória - Contrato nº 001/140	EATE	Nacional	20/dez/13	140.000	CDI + 0,50% a.a.	Único no final	Único no final	18/mar/14
Itaú - CCB - Contrato nº 101113120010100	ETSE	Nacional	20/dez/13	8.850	CDI + 1,05% a.a.	Único no final	Único no final	28/mar/14
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 13.2.1413.1 (i) e (ii)	ETSE	Nacional	30/dez/13	39.159	TJLP + 2,02% a.a.	Mensal	Mensal	N/A
BNDES (FINAME) - Subcrédito B - Contrato nº 13.2.1413.1 (i) e (ii)	ETSE	Nacional	30/dez/13	39.254	3,50% a.a.	Mensal	Mensal	N/A
Itaú - CCB - Contrato nº 101114020005000	ETSE	Nacional	18/fev/14	7.000	CDI + 1,05% a.a.	Único no final	Único no final	28/mar/14
Itaú - CCB - Contrato nº 101114030006500	ETSE	Nacional	24/fev/14	8.850	CDI + 1,05% a.a.	Único no final	Único no final	28/mar/14
Itaú - CCB - Contrato nº 101214050000500	ECTE	Nacional	14/mai/14	1.200	CDI + 2,50% a.a.	Único no final	Único no final	27/mai/14
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 04.2.123.3.1	ERTE	Estrangeira	10/mai/04	10.879	5,50% a.a.	Mensal	Mensal	16/jun/14
BNDES - Subcrédito B e C - Contrato nº 04.2.123.3.1	ERTE	Nacional	10/mai/04	43.514	TJLP + 5,00% a.a.	Mensal	Mensal	16/jun/14
BNDES - Contrato nº 12.2.0058.1	ERTE	Nacional	24/mar/12	30.129	TJLP + 1,97% a.a.	Mensal	Mensal	16/jun/14
BTG Pactual - Nota promissória - 1ª Emissão	Ferreira Gomes	Nacional	26/mar/14	175.000	110% do CDI a.a.	Único no final	Único no final	01/ago/14
BDMG (FINAME PSI) - Contrato nº 177906	Transirapé	Nacional	27/dez/13	30.300	3,50% a.a.	Mensal	Mensal	N/A
BDMG (FINEM) - Contrato nº 193.292	Transirapé	Nacional	23/out/14	5.893	TJLP + 3,50% a.a.	Mensal	Mensal	N/A
Itaú - Contrato de crédito - IBC00093	Risardida	Estrangeira	11/nov/14	38.688	IBR (TV)	Único no final	Trimestral	N/A
Santander - Contrato nº 2885	Alupar Peru	Estrangeira	10/out/14	25.309	Libor + 3,85%	Único no final	Único no final	N/A
Safra - CCB - Contrato nº 006254547	ECTE	Nacional	29/dez/14	15.000	CDI + 1,30% a.a.	Único no final	Único no final	N/A

(i) O crédito liberado por parte do BNDES para a controlada ETSE até 31 de dezembro de 2014 ocorreu da seguinte forma:

Controlada ETSE									
Subcrédito	Montante contratado	Liberações							Saldo a Liberar
		28/03/2014	16/04/2014	28/07/2014	26/08/2014	22/10/2014	26/12/2014	Total	
A	39.159	22.474	10.750	-	1.030	2.512	2.216	38.982	177
B	39.254	-	18.750	1.950	6.746	3.352	4.984	35.782	3.472
Total	78.413	22.474	29.500	1.950	7.776	5.864	7.200	74.764	3.649

(ii) As garantias dadas em função do contrato estão abaixo descritas:

- Garantias ofertadas pela controlada ETSE

Cessão fiduciária da totalidade dos direitos creditórios emergentes do Contrato de Concessão nº 006/2012, compreendendo mas não se limitando a:

- I) O direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, seja ou venham a se tornar exigíveis e pendentes de pagamento pelo Poder Concedente à controlada ETSE, incluindo o direito de receber todas as indenizações pela extinção da concessão;
- II) Os direitos creditórios da controlada ETSE provenientes da prestação de serviços de transmissão de energia elétrica, previstos no Contrato de Concessão e no Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão nº 031/2012 e respectivos aditivos; e
- III) Todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, da controlada Ferreira Gomes, que possam ser objeto de cessão fiduciária de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis, decorrentes do Contrato de Concessão ou Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão ou decorrentes da prestação de serviços de energia elétrica pela controlada ETSE.

- Garantias prestadas pela ECTE (Controladora da ETSE):

Penhor da totalidade de ações de sua propriedade e de emissão da controlada ETSE.



**Alupar**

d) A amortização dos empréstimos e financiamentos por moeda e indexador, é como segue:

Parcelas vencíveis por moeda e indexador	31/12/2014							
	Consolidado							
	R\$							
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Após 2020	Total
<b>Moeda estrangeira</b>								
Dólar norte-americano	1.349	1.267	27.498	-	-	-	-	30.114
Pesos colombianos	525	45	35.583	-	-	-	-	36.153
	1.874	1.312	63.081	-	-	-	-	66.267
<b>Moeda nacional</b>								
CDI	15.014	-	-	-	-	-	-	15.014
TJLP	90.439	90.009	90.839	90.839	90.840	90.840	588.549	1.132.355
Taxa fixa	63.225	72.724	73.601	67.641	63.315	60.495	144.871	545.872
Outros	-	168	-	-	-	-	-	168
(-) Custos a amortizar	(332)	(330)	(330)	(266)	(192)	(187)	(1.889)	(3.526)
	168.346	162.571	164.110	158.214	153.963	151.148	731.531	1.689.883
	170.220	163.883	227.191	158.214	153.963	151.148	731.531	1.756.150

## 26.Debêntures

a) O saldo das debêntures é composto da seguinte forma:

Financiadores / credores	Empresas	Consolidado									
		Circulante					Não Circulante				
		Encargos	Principal	Custos a amortizar	31/12/2014	31/12/2013	Encargos	Principal	Custos a amortizar	31/12/2014	31/12/2013
Operacionais											
2ª Emissão - Série I	Alupar	-	-	-	-	26	-	-	-	-	-
2ª Emissão - Série II	Alupar	-	-	-	-	6.942	-	-	-	-	-
3ª Emissão	Alupar	229	75.000	(301)	74.928	75.031	-	-	-	-	74.699
4ª Emissão	Alupar	7.690	-	(160)	7.530	6.228	-	150.000	(306)	149.694	149.535
5ª Emissão	Alupar	50.805	-	(13)	50.792	29.116	-	300.000	(148)	299.852	299.839
1ª Emissão	EATE	479	78.543	(89)	78.933	79.074	-	19.652	(3)	19.649	98.104
2ª Emissão	EATE	3.212	15.000	(123)	18.089	10.183	-	120.000	(130)	119.870	134.758
3ª Emissão	EATE	1.169	-	(250)	919	-	-	270.000	(431)	269.569	-
4ª Emissão	EATE	7.632	-	(85)	7.547	-	-	159.000	(221)	158.779	-
1ª Emissão	ECTE	100	16.363	(27)	16.436	16.459	-	4.094	(1)	4.093	20.429
2ª Emissão	ECTE	1.647	16.000	(77)	17.570	1.389	-	64.000	(82)	63.918	79.756
1ª Emissão	ENTE	253	41.453	(51)	41.655	41.718	-	10.372	(1)	10.371	51.766
2ª Emissão	ENTE	11.904	-	(131)	11.773	-	-	248.000	(342)	247.658	-
1ª Emissão	ETEP	13	14.482	(52)	14.443	14.412	-	13.277	(17)	13.260	27.691
2ª Emissão	ETEP	3.313	-	(66)	3.247	-	-	69.000	(173)	68.827	-
2ª Emissão	Ferreira Gomes	-	-	-	-	165.894	-	-	-	-	(100)
3ª Emissão	Ferreira Gomes	-	-	(1.309)	(1.309)	-	2.682	221.404	(15.663)	208.423	-
1ª Emissão	STN	4.848	-	(116)	4.732	-	-	101.000	(417)	100.583	-
1ª Emissão	Transirapé	568	10.200	(38)	10.730	2.805	-	27.625	(74)	27.551	37.713
1ª Emissão	Transleste	2.648	-	(56)	2.592	-	-	55.172	(257)	54.915	-
1ª Emissão	Transudeste	642	9.976	(43)	10.575	2.901	-	32.775	(82)	32.693	42.626
Total - Debêntures - Circulante		97.152	277.017	(2.987)	371.182	452.178	2.682	1.865.371	(18.348)	1.849.705	1.016.816



**Alupar**

b) As principais características das debêntures são conforme segue:

Financiadores / credores	Empresas operacionais	Consolidado						
		Condições contratadas das debêntures						
		Data da Contratação	Vencimento	Principal contratado	Taxa efetiva a.a.		Periodicidade da amortização	
					Indexador	Juros (%)	Principal	Encargos
3ª Emissão	Alupar	dez/10	dez/15	150.000	CDI	1,85	Anual	Semestral
4ª Emissão	Alupar	fev/12	fev/18	150.000	CDI	1,45	Semestral	Semestral
5ª Emissão	Alupar	mai/12	mai/27	300.000	IPCA	7,80	Anual	Semestral
1ª Emissão	EATE	mar/11	mar/16	360.000	CDI	1,30	Mensal	Mensal
2ª Emissão	EATE	out/12	out/17	150.000	CDI	0,99	Semestral	Semestral
3ª Emissão	EATE	mar/14	mar/19	270.000	CDI	1,15	Trimestral	Trimestral
4ª Emissão	EATE	ago/14	ago/20	159.000	109,75% CDI		Trimestral	Trimestral
1ª Emissão	ECTE	mar/11	mar/16	75.000	CDI	1,30	Mensal	Mensal
2ª Emissão	ECTE	out/12	out/17	80.000	CDI	0,99	Semestral	Semestral
1ª Emissão	ENTE	mar/11	mar/16	190.000	CDI	1,30	Mensal	Mensal
2ª Emissão	ENTE	ago/14	ago/20	248.000	109,75% CDI		Trimestral	Trimestral
1ª Emissão	ETEP	nov/11	nov/16	70.000	112,5% CDI		Mensal	Mensal
2ª Emissão	ETEP	ago/14	ago/20	69.000	109,75% CDI		Trimestral	Trimestral
3ª Emissão	Ferreira Gomes	jun/14	dez/27	210.900	IPCA	6,47	Semestral	Semestral
1ª Emissão	STN	ago/14	ago/20	101.000	109,75% CDI		Trimestral	Trimestral
1ª Emissão	Transirapé	nov/12	nov/17	42.500	CDI	0,99	Semestral	Semestral
1ª Emissão	Transleste	ago/14	ago/20	55.000	109,75% CDI		Trimestral	Trimestral
1ª Emissão	Transudeste	nov/12	nov/17	47.500	CDI	0,99	Semestral	Semestral

A Administração da Companhia e suas controladas e controladas em conjunto mantêm o acompanhamento dos índices financeiros definidos em contrato. Qualquer inadimplemento aos termos dos contratos de financiamentos que não seja sanado ou perdoado poderá resultar no vencimento antecipado do saldo devedor da respectiva dívida, bem como o vencimento antecipado de dívidas de outros contratos de financiamento e a cobrança de juros e multa. Em 31 de dezembro de 2014, estes índices estavam dentro dos limites estabelecidos nos contratos de dívida da Companhia de acordo com as metodologias explícitas em seus contratos de suas controladas e controladas em conjunto.

As debêntures da Companhia e de suas controladas não são conversíveis e possuem características de dívida e não patrimonial.





Financiadores / credores	Empresa	Consolidado							
		Saldo inicial	Ingresso de dívidas (Custo a amortizar)	Provisão de encargos	Variação monetária	Amortização do principal	Amortização do encargos	Debêntures adquiridas em transação de capital	Saldo final
		31/12/2012							31/12/2013
2ª Emissão - Série I e II	Alupar	91.361	-	9.403	789	(84.126)	(10.459)	-	6.968
3ª Emissão	Alupar	149.300	-	15.027	-	-	(14.597)	-	149.730
4ª Emissão	Alupar	154.659	-	13.992	-	-	(12.888)	-	155.763
5ª Emissão	Alupar	311.027	(129)	25.018	17.821	-	(24.782)	-	328.955
1ª Emissão	EATE	254.789	-	20.033	-	(78.174)	(19.470)	-	177.178
2ª Emissão	EATE	152.239	-	13.049	-	(7.479)	(12.868)	-	144.941
1ª Emissão	ECTE	53.144	-	4.168	-	(16.363)	(4.061)	-	36.888
2ª Emissão	ECTE	80.711	-	7.263	-	-	(6.829)	-	81.145
1ª Emissão	ENTE	134.724	-	10.502	-	(41.251)	(10.491)	-	93.484
1ª Emissão	ETEP	56.445	-	4.482	-	(14.080)	(4.744)	-	42.103
1ª Emissão	Ferreira Gomes	166.225	(3)	3.777	-	(149.740)	(20.259)	-	-
2ª Emissão	Ferreira Gomes	212.278	(167)	23.109	-	(52.090)	(17.336)	-	165.794
1ª Emissão	Transirapé	42.717	-	3.743	-	(2.338)	(3.604)	-	40.518
1ª Emissão	Transudeste	-	-	1.196	-	(1.187)	(2.217)	47.735	45.527
		1.859.619	(299)	154.762	18.610	(446.828)	(164.605)	47.735	1.468.994
Circulante		431.667							452.178
Não circulante		1.427.952							1.016.816
		1.859.619							1.468.994

**Alupar**

As principais movimentações ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram as seguintes:

Financiadores/credores	Empresa	Data da contratação	Valor contratado	Taxa de juros	Amortização do principal	Amortização dos juros	Data da liquidação
3ª Emissão	EATE	17/mar/14	270.000	CDI + 1,15% a.a.	Trimestral	Trimestral	N/A
2ª Emissão	Ferreira Gomes	30/mai/12	200.000	IPCA + 5,95% a.a.	Único no final	Único no final	30/mai/14
3ª Emissão (i)	Ferreira Gomes	15/jun/14	210.900	IPCA + 6,47% a.a.	Semestral	Semestral	N/A
4ª Emissão	EATE	07/ago/14	159.000	109,75% do CDI a.a.	Trimestral	Trimestral	N/A
2ª Emissão	ENTE	07/ago/14	248.000	109,75% do CDI a.a.	Trimestral	Trimestral	N/A
2ª Emissão	ETEP	07/ago/14	6.900	109,75% do CDI a.a.	Trimestral	Trimestral	N/A
1ª Emissão	STN	07/ago/14	101.000	109,75% do CDI a.a.	Trimestral	Trimestral	N/A
1ª Emissão	Transleste	07/ago/14	55.000	109,75% do CDI a.a.	Trimestral	Trimestral	N/A

(i) Conforme previsto em escritura, nos dias 15 dos meses de junho e dezembro de 2015 a 2017, a controlada Ferreira Gomes desembolsará o montante referente a 55% dos juros remuneratórios provisionadas sendo que os outros 45% serão incorporados ao valor principal da dívida.

d) A amortização das debêntures por indexador é como segue:

Parcelas vencíveis por indexador	31/12/2014							
	Consolidado							
	R\$							
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Após 2020	Total
CDI	323.364	322.665	458.597	281.919	169.654	111.132	-	1.667.331
IPCA	50.805	12.500	25.000	25.000	25.000	25.000	411.586	574.891
(-) Custos a amortizar	(2.987)	(2.189)	(2.149)	(1.782)	(1.701)	(1.417)	(9.110)	(21.335)
	371.182	332.976	481.448	305.137	192.953	134.715	402.476	2.220.887

## 27. Provisões para contingências

a) As provisões constituídas para contingências e respectivo saldo de depósitos judiciais, em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, por natureza, estão abaixo demonstrados:

	Consolidado			
	Passivo		Ativo	
	Provisões		Depósitos judiciais	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
<b>Processos judiciais</b>				
Tributário	1.927	1.800	2.699	6.265
Cível	4	4	3.572	3.515
Trabalhista	898	510	1.029	282
	2.829	2.314	7.300	10.062
Circulante	90	90	-	-
Não circulante	2.739	2.224	7.300	10.062
	2.829	2.314	7.300	10.062



b) A movimentação da provisão para contingências é como segue:

	Consolidado				
	Saldo inicial	Ingressos	Atualizações	Reversão	Saldo final
	31/12/2013				31/12/2014
<b>Processos judiciais</b>					
Tributário	1.800	-	127	-	1.927
Cível	4	-	-	-	4
Trabalhista	510	738	-	(5)	898
	<u>2.314</u>	<u>738</u>	<u>127</u>	<u>(5)</u>	<u>2.829</u>

	Consolidado			
	Saldo inicial	Ingressos	Atualizações	Saldo final
	31/12/2012			31/12/2013
<b>Processos judiciais</b>				
Tributário	2.451	-	95	1.800
Cível	11	-	-	4
Trabalhista	1.126	235	-	510
	<u>3.588</u>	<u>235</u>	<u>95</u>	<u>2.314</u>

O cálculo dos valores a serem provisionados toma como base, os valores em risco constante do parecer dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos e julgamento de nossa administração, de modo que são provisionados os valores relativos às demandas que entendemos terem probabilidade de perda provável.

A administração da Companhia leva em consideração, para explanação pormenorizada em Nota Explicativa, as demandas jurídicas cujo valor em risco da causa supere R\$ 2.000 e/ou sejam significantes para o negócio da Companhia, tais como ações civis públicas, independentemente do valor em risco.

Não constam das notas explicativas as demandas jurídicas cuja probabilidade de perda seja remota.

**(A) PERDA PROVÁVEL:** a Companhia e/ou suas controladas não figura como parte em demandas com probabilidade provável de perda que, individualmente e, na avaliação de nossa administração, sejam consideradas relevantes para os negócios.

**(B) PERDA POSSÍVEL:** Embora tais processos não sejam provisionados pela Companhia e/ou suas controladas, merecem destaques as seguintes demandas, com chance possível de perda:

**(i) Demandas Fiscais:**

- Processo Administrativo nº 19515722963201238, em face da Controlada Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. (EATE), em trâmite perante a Delegacia da Receita Federal. Trata-se de auto de infração referente à IRPJ, CLSS, PIS e COFINS no período de 2007 a 2010, cujo valor em risco é de aproximadamente R\$ 2.202;



- Processo Administrativo nº 10880908850201376, em face da Companhia, em trâmite perante a Delegacia da Receita Federal. Trata-se de pedido de restituição de crédito (Perd/Comp), cujo valor em risco é de aproximadamente R\$ 5.262;
- Processo Administrativo nº 10880946290201277, em face da Companhia, em trâmite perante a Delegacia da Receita Federal. Trata-se de pedido de restituição de crédito (Perd/Comp), cujo valor em risco é de aproximadamente R\$ 3.698;
- Execução Fiscal nº 00008348820148110047, em face da Controlada Transmissora Matogrossense de Energia S.A. (TME), em trâmite perante a Vara Única de Jauru, cuja nossa responsabilidade é solidária. Trata-se de Execução Fiscal requerendo a diferença de recolhimento de alíquota de ISS, sendo o devedor principal a empresa Global Energia Elétrica S.A. e Mavi Engenharia e Construções Ltda., cujo valor em risco é de aproximadamente R\$ 2.312.

**(ii) Demandas Cíveis:**

- Ação Civil Pública nº 99563820104013100 proposta pelo Ministério Público Federal e pelo Ministério Público Estadual do Amapá, em face da Companhia, da Aneel, do Diretor-Presidente do IMAP (Instituto de Meio Ambiente e Ordenamento Territorial do Amapá) e da SEMA/AP - Secretaria do Estado do Meio Ambiente do Estado do Amapá. Trata-se de uma ação de obrigação de fazer e de não fazer para prevenção de danos ambientais envolvendo o licenciamento ambiental. Respectiva ação possui influência direta na implementação do empreendimento. O valor em risco aproximado é de R\$ 1.274;
- Ação Civil Pública nº 00335301320054047100 proposta pelo Núcleo Amigos da Terra Brasil em face da Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luís Roessler/RS – FEPAM, União Federal, Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT e Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D, sendo que, o Estado do Rio Grande do Sul, e a controlada Ijuí Energia S.A. e Eletrosul Centrais Elétricas S.A. figuram como assistentes no processo. Trata-se de uma ação civil pública ajuizada com fito de discutir o licenciamento ambiental das Usinas Hidrelétricas Passo São João (LP nº 710/2005-DL) e São José (LP nº 711/2005-DL). O valor em risco aproximado é de R\$ 1 (um mil);
- Ação Civil Pública nº 201201963790 (196379-30.2012.8090142) proposta pelo Ministério Público do Estado de Goiás em face da Companhia e do Estado de Goiás, com pedido de liminar, com objetivo de declarar a nulidade da licença prévia emitida para o empreendimento PCH Verde 08, tendo em vista a alegada ocorrência de falhas no EIA-RIMA apresentado pelo empreendimento. Respectiva ação possui influência direta na implementação do empreendimento. Não há valor em risco definido.
- Ação Civil Pública nº 2005810001777641 (0017764-94.2005.4.05.8100) proposta pelo Ministério Público Federal em face da Controlada Sistema de Transmissão do Nordeste S.A. (STN), para apurar supostos atos de improbidade administrativa envolvendo financiamentos obtidos pela STN junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A, para construção de linha de transmissão de energia elétrica, visando à aplicação das penas previstas na Lei nº 8.429/92. O valor em risco aproximado é de R\$ 300;
- Ação Revisional nº 00818741920118190001 proposta pela empresa Naturasul em face da Controlada Ijuí Energia S.A., a qual requer a revisão do contrato de prestação de serviços. O valor em risco aproximado é de R\$ 4.195;



- Ação Civil Pública nº 24121359202 (1359202-83.20128130024) proposta pelo Ministério Público de Minas Gerais em face da Companhia e do Estado de Minas Gerais em face da Companhia. Trata-se de ação pela qual o Ministério Público alega que as Declarações de Reserva de Disponibilidade Hídrica – DRDH emitidas para os projetos de aproveitamento hidrelétrico denominados Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs Cruz Velha e Cutia Alta, teriam violado as regras procedimentais previstas na legislação estadual. Respectiva ação possui influência direta na implementação do empreendimento. Não há valor em risco.

(iii) **Demandas Trabalhistas:** Não existem demandas judiciais ou administrativas de natureza trabalhista com risco possível de perda que, individualmente e, na avaliação de nossa administração, sejam considerados relevantes para nossos negócios.

(iv) **Demandas Arbitrais:** Existem dois procedimentos arbitrais com risco de perda possível, a saber:

- Procedimento Arbitral nº 230, instaurado pelo Consórcio Fornecedor Foz do Rio Claro (Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A. e Sadefem Equipamentos e Montagens S.A. – responsáveis pelo fornecimento e montagem eletromecânica), em face da Controlada Foz do Rio Claro Energia S.A. O valor em risco aproximado é de R\$ 20.000;
- Procedimento Arbitral nº 170, instaurado pela CONPASUL – Construção e Serviços (empresa responsável pelas obras civis da UHE São José), em face da Controlada Ijuí Energia S.A. Trata-se de procedimento arbitral pelo qual se pleiteia o pagamento de saldo contratual, indenização e multas por descumprimento contratual. O valor em risco aproximado é de R\$ 22.000.

(v) **Demandas Ambientais:** Existem cinco ações civis públicas de natureza ambiental, na qual a Companhia e/ou suas Controladas, figuram na qualidade de rés, com probabilidade de risco possível, que se encontram mencionadas no item “B”, parte “ii”.

## **28. Patrimônio líquido**

### **a) Capital autorizado**

Nos termos do artigo 8º do seu Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar o capital social mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, por meio da emissão de ações ordinárias e/ou ações preferenciais, até o limite de 500.000.000 (quinhentos milhões) de ações. Compete, igualmente, ao Conselho de Administração fixar as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de integralização.

Dentro do limite de capital autorizado, e de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, a Companhia poderá outorgar opção de compra de ações a seus administradores ou empregados ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedade sob seu controle.

**Alupar**

Ademais, os acionistas da Companhia possuem direito de preferência para subscrição de novas ações, ou quaisquer valores mobiliários conversíveis em ações, cujo prazo para exercício será de 30 (trinta) dias. Este direito de preferência poderá, no entanto, a critério do Conselho de Administração, ser excluído ou ter seu prazo para exercício reduzido, na emissão de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta de ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos na Lei das Sociedades por Ações, dentro do limite do capital autorizado.

## b) Capital social

Em 31 de dezembro de 2014 o capital social da Companhia no valor total de R\$ 1.625.227, está representado por 461.243.596 (461.243.600 em 31 de dezembro de 2013) ações ordinárias e 163.658.204 (163.658.200 em 31 de dezembro de 2013) ações preferenciais, conforme segue abaixo:

### Acionistas

Guarupart Participações Ltda  
FI - FGTS  
Ações em circulação  
**Total das ações**

31/12/2014			
Ordinárias		Preferenciais	
Quantidade	%	Quantidade	%
387.609.996	84,04	16.391.004	10,02
29.243.000	6,34	58.486.000	35,74
44.390.600	9,62	88.781.200	54,25
461.243.596	100,00	163.658.204	100,00

### Acionistas

Guarupart Participações Ltda  
FI - FGTS  
Ações em circulação  
**Total das ações**

31/12/2013			
Ordinárias		Preferenciais	
Quantidade	%	Quantidade	%
387.609.996	84,04	16.391.004	10,02
29.243.004	6,34	58.485.996	35,74
44.390.600	9,62	88.781.200	54,25
461.243.600	100,00	163.658.200	100,00

## c) Reserva de Lucros

**c.1)** Reserva legal: De acordo com a legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de distribuição de dividendos.

**c.2)** Reserva de lucros: Os lucros remanescentes são mantidos na conta de reserva de investimentos à disposição da Assembleia, para sua destinação.



**d) Reserva de capital**

As reservas de capital são decorrentes de ganho ou perda em transação de capital e de reserva para reinvestimento, conforme segue:

	Controladora	
	31/12/2014	31/12/2013
<b>Ganho (perda) em transação de capital</b>		
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	86.821	86.821
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.	(2.989)	(2.989)
Transchile Charrúa Transmisión S.A.	(21.499)	(21.499)
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A. (*)	(4.747)	(3.125)
Usina Paulista Queluz de Energia S.A. (*)	(3.000)	(2.474)
	<u>54.586</u>	<u>56.734</u>
<b>Reserva para reinvestimento</b>		
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	353	146
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	504	413
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.	57	-
	<u>914</u>	<u>559</u>
	<b><u>55.500</u></b>	<b><u>57.293</u></b>

(\*) Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, em 26 de setembro de 2014, a Companhia exerceu a Opção de Compra das ações preferenciais pertencentes ao Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FI-FGTS nas controladas Usina Paulista Queluz de Energia S/A ("Queluz") e Usina Paulista Lavrinhas de Energia S/A ("Lavrinhas"), na qual a Companhia adquiriu 5.646.637 ações na Queluz, no montante de R\$ 9.247, e 5.476.046 ações na Lavrinhas, no montante de R\$ 11.298, gerando uma perda na transação de capital de R\$ 526 e R\$ 1.622, respectivamente.

**e) Outros resultados abrangentes**

Referem-se ao ganho e perda na conversão das demonstrações financeiras das controladas domiciliadas no exterior, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora	
	31/12/2014	31/12/2013
<b>Saldo no início do exercício</b>	5.287	-
<b>Diferenças cambiais decorrentes da conversão dos ativos de operações no exterior</b>		
<b>Controladas:</b>		
Transchile Charrúa Transmisión S.A.	10.292	5.274
La Virgen S.A.C.	474	13
Risaralda Energía S.A.S.E.S.P.	882	-
Alupar Inversiones Peru S.A.C.	(1.001)	-
<b>Saldo no fim do período / exercício</b>	<b><u>15.934</u></b>	<b><u>5.287</u></b>

**Alupar****f) Destinação do resultado**

De acordo com o artigo 37 do Estatuto Social da Companhia, os acionistas terão direito de receber como dividendo mínimo obrigatório não cumulativo, em cada exercício, 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido do exercício, acrescido ou diminuído dos seguintes valores: a) importância destinada à constituição de reserva legal; b) importância destinada à constituição de reserva para contingência e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores.

Destinação do resultado	31/12/2014	31/12/2013
<b>Lucro líquido do exercício antes da participação dos não controladores</b>	<b>751.658</b>	<b>654.968</b>
<b>Atribuíveis aos:</b>		
Acionistas não controladores	(388.873)	(365.117)
Acionistas controladores	362.785	289.851
Constituição de reserva legal	(18.139)	(14.493)
<b>Subtotal</b>	<b>344.646</b>	<b>275.358</b>
Dividendo mínimo obrigatório	(172.323)	(137.680)
Dividendo adicional proposto	(77.638)	(56.040)
Reserva de lucros	(94.685)	(81.638)
<b>Saldo de lucros acumulados</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Ação	31/12/2014	31/12/2013
Tipo	R\$ p/ ação	R\$ p/ ação

Dividendo mínimo obrigatório	ON	0,27576	0,22032
Dividendo mínimo obrigatório	PN	0,27576	0,22032
Dividendo adicional proposto	ON	0,12424	0,08968
Dividendo adicional proposto	PN	0,12424	0,08968
Reserva de lucros	ON	0,15152	0,13064
Reserva de lucros	PN	0,15152	0,13064

**g) Participação de acionistas não controladores**

Os proventos pagos a título de dividendos e juros sobre capital próprio referem-se aos dividendos e juros sobre capital próprio declarados a acionistas não controladores das controladas.

**Alupar**

## 29. Resultado por ação

Os dados do resultado por ação são apresentados por tipo e natureza de ação. Tal apresentação está de acordo com a prática no Brasil de negociação e cotação de ações em lotes de ações.

A tabela a seguir apresenta o cálculo da média ponderada de ações em circulação e o resultado por ação da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013:

	Controladora	
	Exercício findo em	
	31/12/2014	31/12/2013
<b>Numerador:</b>		
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas controladores	362.785	289.851
<b>Denominador (em milhares de ações)</b>		
Média ponderada do número de ações ordinárias (*)	461.244	443.690
Média ponderada do número de ações preferenciais (*)	163.658	134.787
<b>Lucro por ação</b>		
Resultado básico e diluído por ação ordinária	0,58055	0,50106
Resultado básico e diluído por ação preferenciais	0,58055	0,50106

(\*) Em 28 de março de 2013, a Companhia efetuou o desdobramento das totalidades de suas ações preferenciais e ordinárias, na proporção de três novas ações preferenciais para cada ação preferencial existente (razão 3:1) e na proporção de três novas ações ordinárias para cada ação ordinária existente (razão 3:1). No cálculo da média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais demonstrado acima, considerou-se o cenário de que o desdobramento das ações ordinárias e preferenciais da Companhia ocorreu a partir de 1º de janeiro de 2013.

A Companhia não possui instrumentos diluidores, tais como, instrumentos conversíveis em ações, opções ou os bônus de subscrição.



### 30.Receita operacional líquida

Consolidado	
31/12/2014	31/12/2013
111.440	118.994
130.622	84.473
1.022.414	977.415
1.264.476	1.180.882
311.466	200.697
311.466	200.697
1.575.942	1.381.579
(10.339)	(8.887)
(47.694)	(40.473)
(3.743)	(5.927)
(387)	(177)
(62.163)	(55.464)
(27.723)	(24.976)
(4.778)	(4.124)
(4.778)	(4.021)
(2.392)	(2.163)
(39.671)	(35.284)
(101.834)	(90.748)
1.474.108	1.290.831

### 31.Suprimento de energia e energia comprada para revenda

	Consolidado					
	31/12/2014			31/12/2013		
	MWh (*)	Preço Médio	Valor	MWh (*)	Preço Médio	Valor
<b>Suprimento de energia</b>						
Contrato bilateral - ambiente livre	367.920	225,26	82.879	368.928	207,82	76.669
Contrato bilateral - ambiente livre - comercialização	13.355	127,29	1.700	69.872	164,34	11.483
Contrato bilateral - ambiente regulado	604.540	167,88	101.489	604.359	157,91	95.437
Gross-up ICMS	-	-	3.505	-	-	6.195
MRE e Spot (energia de curto prazo)	-	-	121.893	-	-	10.913
<b>Total - Receita operacional bruta</b>			<b>311.466</b>			<b>200.697</b>
<b>Energia comprada para revenda</b>						
Contrato bilateral - ambiente livre	(107.865)	389,67	(42.032)	(115.196)	187,88	(21.643)
Contrato bilateral - ambiente regulado	-	-	-	-	-	-
MRE / Spot e outros ajustes	-	-	(25.651)	-	-	(8.755)
(-) Crédito de Pis/Cofins energia	-	-	2.028	-	-	2.114
			<b>(65.655)</b>			<b>(28.284)</b>

(\*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.



## 32. Custos e despesas operacionais

	Controladora					
	Despesas operacionais					
	31/12/2014			31/12/2013		
	Gerais e administrativas	Outras	Total	Gerais e administrativas	Outras	Total
Pessoal	(17.439)	-	(17.439)	(19.827)	-	(19.827)
Material	(321)	-	(321)	(311)	-	(311)
Serviços de terceiros	(13.041)	-	(13.041)	(13.389)	-	(13.389)
Depreciação e amortização	(1.012)	-	(1.012)	(876)	-	(876)
Aluguéis	(1.439)	-	(1.439)	(1.810)	-	(1.810)
Seguros	(32)	-	(32)	(123)	-	(123)
Doações, contribuições e subvenções	(123)	-	(123)	(128)	-	(128)
Perdas de capital	-	(1.849)	(1.849)	-	-	-
PIS sobre outras receitas	-	-	-	-	(450)	(450)
COFINS sobre outras receitas	-	-	-	-	(2.070)	(2.070)
Outros tributos e taxas	(521)	-	(521)	(521)	-	(521)
Outras	(102)	-	(102)	(185)	-	(185)
<b>Total</b>	<b>(34.030)</b>	<b>(1.849)</b>	<b>(35.879)</b>	<b>(37.170)</b>	<b>(2.520)</b>	<b>(39.690)</b>

	Consolidado									
	31/12/2014					31/12/2013				
	Custos operacionais		Despesas operacionais		Total	Custos operacionais		Despesas operacionais		Total
	Custos dos serviços prestados	Custo de infraestrutura	Gerais e administrativas	Outras		Custos dos serviços prestados	Custo de infraestrutura	Gerais e administrativas	Outras	
Pessoal	(35.878)	(1.454)	(46.271)	-	(83.603)	(30.236)	(1.835)	(43.252)	-	(75.323)
Material	(7.357)	(43.700)	(950)	-	(52.007)	(18.805)	(43.601)	(684)	-	(63.090)
Serviços de terceiros	(41.934)	(47.653)	(32.911)	-	(122.498)	(42.280)	(18.451)	(30.701)	-	(91.432)
Gerenciamento de obras	-	(536)	-	-	(536)	-	(1.391)	-	-	(1.391)
Depreciação e amortização	-	-	(3.244)	-	(3.244)	-	-	(877)	-	(877)
Provisão (reversão) para contingências	(1.134)	-	-	-	(1.134)	236	-	(25)	-	211
Aluguéis	(4.903)	-	(3.606)	-	(8.509)	(4.294)	(39)	(2.814)	-	(7.147)
Seguros	(1.591)	(28)	(182)	-	(1.801)	(2.512)	(33)	(230)	-	(2.775)
Doações, contribuições e subvenções	(229)	-	(6.086)	-	(6.315)	(248)	-	(5.401)	-	(5.649)
Perdas de capital	-	-	-	(15.225)	(15.225)	-	-	-	-	-
PIS sobre outras receitas	-	-	-	-	-	-	-	-	(450)	(450)
COFINS sobre outras receitas	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.070)	(2.070)
Outros tributos e taxas	(647)	-	(822)	(10)	(1.479)	(363)	(17)	(114)	-	(494)
Estudos de projetos	-	(645)	-	-	(645)	-	(1.593)	-	-	(1.593)
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	-	(5.718)	-	-	(5.718)	-	(154)	-	-	(154)
Máquinas e equipamentos	-	(25.460)	-	-	(25.460)	-	(13.453)	-	-	(13.453)
Indenizações	-	(1.892)	-	-	(1.892)	-	(3.157)	-	-	(3.157)
Outras	18	(3.536)	(667)	(43)	(4.228)	(80)	(749)	(338)	(25)	(1.192)
<b>Total</b>	<b>(93.655)</b>	<b>(130.622)</b>	<b>(94.739)</b>	<b>(15.278)</b>	<b>(334.294)</b>	<b>(98.582)</b>	<b>(84.473)</b>	<b>(84.436)</b>	<b>(2.545)</b>	<b>(270.036)</b>

(\*) Referem-se aos custos incorridos pela Companhia e suas controladas para a construção de um ativo. Em 31 de dezembro de 2014, os custos de infraestrutura decorrem principalmente da construção das subestações Abdon Batista e Gaspar, pertencentes à controlada indireta ETSE e da RBNI (Rede Básica Novas Instalações) da controlada indireta Transirapé.

**Alupar**

### 33.Receitas e despesas financeiras

#### Receitas Financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Receita de aplicações financeiras	41.580	47.372	65.954	63.772
Atualização monetária - Depósitos judiciais	127	95	127	576
Atualização monetária - Impostos a recuperar	2.361	1.323	3.198	1.327
Outras	27	20	2.275	1.398
<b>Total</b>	<b>44.095</b>	<b>48.810</b>	<b>71.554</b>	<b>67.073</b>

#### Despesas Financeiras

Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(3.591)	(3.863)	(87.516)	(91.698)
Variação monetária e cambial sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(964)	(1.419)
Encargos sobre debêntures	(64.857)	(63.440)	(187.815)	(127.876)
Variação monetária sobre debêntures	(21.849)	(18.610)	(21.849)	(18.610)
Variação cambial	(4.427)	1	(4.793)	1
Variação monetária - P&D	-	-	(1.116)	(688)
Atualização monetária - Contingências	(127)	(95)	(127)	(95)
Variação monetária - Outros	-	-	(1.784)	(4.122)
Juros e multas	(28)	(4)	(1.660)	(1.624)
Comissões e Fianças Bancárias	(1.221)	(1.056)	(2.299)	(1.879)
Outras	(192)	(157)	(4.257)	(1.293)
<b>Total</b>	<b>(96.292)</b>	<b>(87.224)</b>	<b>(314.180)</b>	<b>(249.303)</b>
<b>Total Líquido</b>	<b>(52.197)</b>	<b>(38.414)</b>	<b>(242.626)</b>	<b>(182.230)</b>



**Alupar**

### 34. Imposto de renda e contribuição social

- a) A reconciliação da taxa efetiva da alíquota nominal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, é como segue:

	Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
<b>a) Composição dos tributos no resultado:</b>		
<b>Na rubrica de tributos:</b>		
Correntes	(78.884)	(97.098)
Diferidos	22.839	(31.364)
<b>Total</b>	<b>(56.045)</b>	<b>(128.462)</b>
<b>b) Demonstração do cálculo dos tributos - Despesa:</b>		
<b>Resultado antes dos tributos</b>	<b>807.703</b>	<b>783.430</b>
Alíquota nominal	34%	34%
Expectativa de despesa com tributos às alíquotas nominais	<b>(274.619)</b>	<b>(266.366)</b>
<b>Ajustes para a apuração do IRPJ e CSLL efetivos:</b>		
Benefício fiscal (*)	77.699	70.345
Reversão do efeito da tributação - lucro real	149.347	74.235
Tributação pelo regime do lucro presumido	(10.977)	(3.864)
Juros sobre capital próprio	-	9.590
Créditos fiscais – IR e CS não constituídos no exercício	(27.961)	(16.224)
Equivalência patrimonial	9.123	6.930
Reversão do efeito da tributação - controladas no exterior	(9.368)	(772)
Amortização do intangível gerado na aquisição de ações	(543)	(394)
Reversão de imposto de renda diferido (**)	32.347	-
Perda de capital - Controlada Alupar Peru (***)	(3.144)	-
Outros	2.051	(1.942)
<b>Despesa de imposto de renda e contribuição social efetiva</b>	<b>(56.045)</b>	<b>(128.462)</b>
<b>c) Alíquota efetiva</b>	<b>6,9%</b>	<b>16,4%</b>

(\*) Benefícios fiscais federais que garantem a redução de 75% do imposto de renda na região da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

(\*\*) Efeito decorrente da alteração da alíquota efetiva de imposto de renda das controladas EATE e ENTE.

(\*\*\*) Efeito resultante do prêmio pago na subscrição de ações na controlada La Virgen (Vide nota 2.4 (e)).

A Medida Provisória 449/2008, de 3 de dezembro de 2008 convertida na Lei 11.941/09, instituiu o RTT - Regime Tributário de Transição, que teve como objetivo neutralizar os impactos dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei 11.638/07, na apuração das bases de cálculos de tributos federais.

Foram excluídos na apuração das bases de cálculos dos tributos federais correntes das controladas de transmissão do Grupo, conforme determinado no RTT, os ajustes contábeis decorrentes da aplicação dos CPC's.

**Alupar**

Em 13 de maio de 2014, foi publicada a Lei 12.973, conversão da MP 627/2013 que: (i) altera a legislação tributária federal relativa ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para o PIS/Pasep e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins, (ii) extingue o Regime Tributário de Transição - RTT, e (iii) dispõe sobre a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas.

Apenas a Companhia e as controladas de transmissão EATE e ENTE optaram por adotar antecipadamente os efeitos da Lei 12.973. As demais controladas e controladas em conjunto da Companhia exercerão ao exercício da faculdade da opção na qual será formalizada mediante a entrega da obrigação acessória “Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais – DCTF”, informando os fatos geradores referentes a dezembro de 2014. A partir de 1º de janeiro de 2015 essas disposições passarão a ser obrigatórias.

Baseada no princípio da neutralidade, as controladas e controladas em conjunto da Companhia que não optaram pela adoção antecipada, não preveem nenhuma alteração em suas estimativas em decorrência da adoção da Lei 12.973.

- b) A abertura por Empresa referente ao regime de apuração do imposto de renda e contribuição social, incluindo as alíquotas de PIS/COFINS das controladas é como segue:

Empresas	Referente Ano Fiscal 2014		
	Pis / Cofins	Benefício Sudam / Sudene até:	Regime de Tributação
<b>Controladas diretas:</b>			
Alupar Inversiones Peru S.A.C.	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Transminas Holding S.A.	-	-	Lucro Real
Boa Vista Participações S.A.	-	-	Lucro Real
Foz do Rio Claro Energia S.A.	9,25%	-	Lucro Real
Ijuí Energia S.A.	9,25%	-	Lucro Real
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	3,65%	-	Lucro Presumido
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	3,65%	-	Lucro Presumido
Ferreira Gomes Energia S.A.	3,65%	Em solicitação	Lucro Presumido
Geração de Energia Termoeletrica e Participações S.A.	9,25%	-	Lucro Real
Risaralda Energia S.A.S.E.S.P.	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Forquilha IV Energia S.A.	9,25%	-	Lucro Real
Verde 8 Energia S.A.	9,25%	-	Lucro Real
Agua Limpa S.A.	9,25%	-	Lucro Real
La Virgen S.A.C.	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE (*)	3,65%	2023	Lucro Real
Sistema de Transmissão Nordeste S.A. - STN (*)	3,65%	2016	Lucro Real
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. - ETES	3,65%	2019	Lucro Presumido
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. - ETEP (*)	3,65%	Término - 2012	Lucro Presumido
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. - ENTE (*)	3,65%	2015	Lucro Real
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. - ERTE (*)	3,65%	2013	Lucro Presumido
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. - ECTE (*)	3,65%	-	Lucro Presumido
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A. - ETEM	3,65%	-	Lucro Presumido
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A. - ETVG	3,65%	-	Lucro Presumido
Empresa Litorânea de Transmissão de Energia S.A. - ELTE	9,25%	-	Lucro Real
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica	3,65%	-	Lucro Presumido
Sistema de Transmissão Catarinense S.A. - STC	3,65%	-	Lucro Presumido
ACE Comercializadora Ltda	9,25%	-	Lucro Real
AF Energia S.A.	9,25%	-	Lucro Real



(\*) De acordo com a Lei 10.637/2002, os contratos de concessão das concessionárias de energia elétrica firmados anteriormente a 31 de outubro de 2003 estão submetidas à dedução de 3,65% Pis /Cofins.

(\*\*) A controlada EATE obteve em 12 de maio de 2014 junto ao SUDAM, o laudo constitutivo concedendo 10 anos de benefício fiscal equivalente à redução de 75% de imposto de renda em razão de Projeto de Modernização Total de Empreendimento Industrial na Área de Atuação da SUDAM. No mesmo mês, deu entrada para análise da SRF - Secretaria da Receita Federal. Em 26 de setembro de 2014, expirou, sem manifestação, o prazo de 120 dias para resposta da SRF, momento em que ocorreu o início automático do pleno gozo do benefício, conforme dispõe o §2º do artigo 60 da Instrução Normativa da SRF nº 267/2002. Consequentemente, a EATE registrou nesse mês os efeitos do benefício fiscal de forma retroativa a 1º de janeiro de 2014.

Empresas	Referente Ano Fiscal 2014		
	Pis / Cofins	Benefício Sudam / Sudene até:	Regime de Tributação
<b>Controladas indiretas:</b>			
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. – EBTE	3,65%	-	Lucro Presumido
Companhia Transleste de Transmissão - Transleste	3,65%	-	Lucro Presumido
Companhia Transudeste de Transmissão - Transudeste	3,65%	-	Lucro Presumido
Companhia Transirapé de Transmissão - Transirapé	3,65%	-	Lucro Presumido
Empresa Santos Dumont de Energia S.A – ESDE	3,65%	-	Lucro Presumido
Empresa de Transmissão Serrana S.A. - ETSE	3,65%	-	Lucro Presumido

Empresas	Referente Ano Fiscal 2014		
	Pis / Cofins	Benefício Sudam / Sudene até:	Regime de Tributação
<b>Controladas em conjunto</b>			
Energia dos Ventos I S.A.	-	-	Lucro Presumido
Energia dos Ventos II S.A.	-	-	Lucro Presumido
Energia dos Ventos III S.A.	-	-	Lucro Presumido
Energia dos Ventos IV S.A.	-	-	Lucro Presumido
Energia dos Ventos X S.A.	-	-	Lucro Presumido
Transmissora Matogrossense de Energia S.A – TME	3,65%	-	Lucro Presumido
Transchile Charrúa Transmisión S.A.	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Transnorte Energia S.A. - TNE	9,25%	Em solicitação	Lucro Real

### 35.Partes relacionadas

#### a) Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela Guarupart Participações Ltda.. A Companhia é uma sociedade por ações, de capital aberto, e tem por objeto deter participação em empresas de geração e transmissão de energia elétrica, dentre outros. A Companhia também participa em 3 empresas Holdings, sendo: Transminas Holding S.A. (controladora da Transleste, Transirapé e Transudeste), Alupar Inversiones Peru e Boa Vista Participações S.A., os detalhes destas controladas estão descritas na nota explicativa 2.

**Alupar**

Todas as transações foram realizadas nas condições usuais de mercado e podem ser assim demonstradas:

Parte relacionada / transação	Controladora				Consolidado			
	ATIVO		PASSIVO		ATIVO		PASSIVO	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
<b>Balanco patrimonial</b>								
<b><u>Circulante</u></b>								
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>								
Caixa Econômica Federal (*)	71.565	238.333	-	-	71.565	238.333	-	-
	<b>71.565</b>	<b>238.333</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>71.565</b>	<b>238.333</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Investimento de curto-prazo</b>								
Caixa Econômica Federal (*)	209.791	279.923	-	-	209.791	279.923	-	-
	<b>209.791</b>	<b>279.923</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>209.791</b>	<b>279.923</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Debêntures</b>								
FI FGTS - 5ª Emissão	-	-	18.089	29.116	-	-	18.089	29.116
	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>18.089</b>	<b>29.116</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>18.089</b>	<b>29.116</b>
<b>Contas a receber - Reembolso de despesas</b>								
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	4	4	-	-	-	-	-	-
Foz do Rio Claro Energia S.A.	-	1	-	-	-	-	-	-
Risaralda Energía S.A.S.E.S.P.	-	24	-	-	-	-	-	-
	<b>4</b>	<b>29</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Dividendos a receber</b>								
Transminas Holding S.A.	3.145	3.650	-	-	-	-	-	-
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	-	6.229	-	-	-	-	-	-
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	6.890	9.369	-	-	-	-	-	-
Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	-	684	-	-	-	-	-	-
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.	19.258	2.078	-	-	-	-	-	-
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica	-	1.132	-	-	-	-	-	-
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	1.790	1.336	-	-	-	-	-	-
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	1.754	1.176	-	-	-	-	-	-
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.	3.213	1.635	-	-	-	-	-	-
Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	4.299	2.818	-	-	4.299	-	-	-
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.	2.584	1.158	-	-	-	-	-	-
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A.	176	93	-	-	-	-	-	-
AF Energia S.A.	76	39	-	-	-	-	-	-
	<b>43.185</b>	<b>31.397</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4.299</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Juros sobre capital próprio</b>								
Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	-	1.344	-	-	-	-	-	-
	<b>-</b>	<b>1.344</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b><u>Não circulante</u></b>								
<b>Adiantamento para futuro aumento de capital</b>								
Foz do Rio Claro Energia S.A.	400	5.400	-	-	-	-	-	-
Ijuí Energia S.A.	6.400	6.400	-	-	-	-	-	-
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	-	2.500	-	-	-	-	-	-
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	-	3.600	-	-	-	-	-	-
Ferreira Gomes Energia S.A.	183.160	262.000	-	-	-	-	-	-
Alupar Inversiones Peru S.A.C.	468	279	-	-	-	-	-	-
ACE Comercializadora Ltda.	600	1.270	-	-	-	-	-	-
Energia dos Ventos I S.A.	1	420	-	-	1	420	-	-
Energia dos Ventos II S.A.	1	265	-	-	1	265	-	-
Energia dos Ventos III S.A.	1	375	-	-	1	375	-	-
Energia dos Ventos IV S.A.	2	619	-	-	2	619	-	-
Energia dos Ventos V S.A.	2	398	-	-	2	398	-	-
Energia dos Ventos VI S.A.	2	574	-	-	2	574	-	-
Energia dos Ventos VII S.A.	2	619	-	-	2	619	-	-
Energia dos Ventos VIII S.A.	2	398	-	-	2	398	-	-
Energia dos Ventos IX S.A.	2	420	-	-	2	420	-	-
Energia dos Ventos X S.A.	1	331	-	-	1	331	-	-
Boa Vista Participações S.A.	10	1	-	-	-	-	-	-
Forquilha IV Energia S.A.	160	-	-	-	-	-	-	-
Verde 8 Energia S.A.	744	1	-	-	-	-	-	-
Agua Limpa S.A.	1.354	-	-	-	-	-	-	-
Risaralda Energía S.A.S.E.S.P.	11.204	3.736	-	-	-	-	-	-
Geração de Energia Termoeletrica e Participações S.A.	569	-	-	-	-	-	-	-
Empresa Litorânea de Transmissão de Energia S.A.	470	-	-	-	-	-	-	-
	<b>205.555</b>	<b>289.606</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>16</b>	<b>4.419</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Contas a receber - Reembolso de despesas</b>								
Ferreira Gomes Energia S.A.	-	3.379	-	-	-	-	-	-
Risaralda Energía S.A.S.E.S.P.	-	1.154	-	-	-	-	-	-
	<b>-</b>	<b>4.533</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Debêntures</b>								
FI FGTS - 5ª Emissão	-	-	299.852	299.839	-	-	299.852	299.839
	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>299.852</b>	<b>299.839</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>299.852</b>	<b>299.839</b>

**Alupar**

Parte relacionada / transação	Controladora / Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
<b><u>Demonstração do resultado</u></b>		
<b><u>Receitas financeiras</u></b>	36.856	45.256
Caixa Econômica Federal (*) - Aplicações financeiras	36.856	45.256
<b><u>Despesas financeiras</u></b>	(47.853)	(42.839)
FI FGTS - 5ª Emissão	(47.853)	(42.839)
<b><u>Resultado financeiro</u></b>	<b><u>(10.997)</u></b>	<b><u>2.417</u></b>

(\*) A Caixa Econômica Federal é administradora do FI-FGTS, sendo o FI-FGTS acionista da Companhia.

**Alupar**

## b) Garantias

b.1) As transações de garantias entre as empresas do grupo referentes a contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures estão relacionadas abaixo:

Data da Autorização	Órgão Autorizador	Empresa Garantida	Empresa Garantidora	Contrato	Garantia	Valor do Contrato	Início do Contrato	Encerramento do Contrato	Saldo devedor do contrato em 31/12/2014
01/12/09	Reunião de Sócios	Alupar	Guarupart	Financiamento - FINEP	Fiança	72.841	17/12/09	15/05/18	40.469
12/12/11	Conselho de Administração	ETEM	Alupar	Financiamento - BNDES - 11.2.1030-1	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	46.800	21/12/11	15/04/26	38.155
16/03/09	Conselho de Administração	ETES	Alupar	Financiamento - BNDES	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, diretos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	27.714	04/05/09	15/09/23	17.819
22/12/09	Conselho de Administração	ETES	Alupar	Financiamento - BNDES	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	17.338	29/12/09	15/10/19	10.001
07/11/11	Conselho de Administração	ETVG	Alupar	Nota de Crédito nº 40/00039-7	Prestação de aval e de penhor de ações	17.835	23/12/11	01/12/26	17.114
26/12/12	Conselho de Administração	Ferreira Gomes	Alupar	Financiamento - BNDES - contrato 12.2.1390.1	Prestação de Garantias (Fiança Ordinária) Direito sobre os Recebíveis do Poder Concedente Direitos Creditórios Contratos de Compra e Venda de Energia Direitos Creditários Conta Centralizadora, Conta Reserva BNDES, Conta Reserva O&M e Conta Seguradora.	470.610	28/12/12	15/04/31	510.569
11/02/08	Conselho de Administração	Foz	Alupar	Financiamento - BNDES	Fiança irrestrita	201.630	09/04/08	15/03/27	184.669
11/02/08	Conselho de Administração	Ijuí	Alupar	Financiamento - BNDES	Fiança irrestrita	168.200	09/04/08	15.09.2027	163.736
01/02/08	Conselho de Administração	Lavrinhas	Alupar	Financiamento - BNDES	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	111.185	11/03/09	15/04/25	95.133
14/06/10	Conselho de Administração	Lavrinhas	Alupar	Financiamento - BNDES	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	16.875	08/09/10	15/04/25	12.920
01/02/08	Conselho de Administração	Queluz	Alupar	Financiamento - BNDES 08.2.0975.1	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, diretos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	114.647	11/03/09	15/01/25	94.269
21/07/10	Conselho de Administração	Queluz	Alupar	Financiamento - BNDES 10.2.0478.1	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	27.716	03/08/10	15/01/25	20.649
15/12/08	Assembleia Geral	STN	Alupar	Financiamento - BNB	Ratificação do Penhor de ações, haja vista que estas passaram a ser de propriedade da Alupar a partir de 26.09.2007	299.995	25/06/04	25/06/24	178.952
06/06/11	Conselho de Administração	TME	Alupar	Cédula de Crédito Comercial n. 20.00474-5	Prestação de aval e de penhor de ações	80.000	07/02/11	01/02/29	81.263
16/11/10	Conselho de Administração	TME	Alupar	Financiamento - BNDES - 20.00487-7	Prestação de aval e de penhor de ações	87.300	27/02/12	15/06/26	71.454
13/07/10	Diretoria	Transirapé	Alupar	Cédula de Crédito Bancário	Prestação de aval para compra de ativos através de recursos do FINAME	1.187	30/06/10	15/07/20	739
23/10/14	Conselho de Administração	Transirapé	Transminas e EATE	Financiamento - BDMG - Contrato 193.292/14	Penhor de ações, cessão fiduciária durante a fase de construção do projeto de 30% da RAP, durante a fase de operação do projeto de 25% da RAP, direitos creditórios	5.893	23/10/14	15/10/29	5.194
17/12/09	Conselho de Administração	EBTE	EATE, Alupar e TAESA	Financiamento - BNDES - contrato - 09.2.1409.1	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, diretos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	165.150	28/12/09	15/05/25	128.792
29/10/12	Conselho de Administração	ESDE	ETEP, Alupar e TAESA	Financiamento BNDES - Contrato 12.2.1001.1	Cessão fiduciária dos direitos creditórios do Contrato de Concessão; Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios do CPST; Penhor de Ações (ETEP) + Fiança	42.797	13/11/12	15/04/27	31.734
27/12/13	Conselho de Administração	ETSE	ECTE, Alupar, CELESC e TAESA	Financiamento - BNDES - contrato 13.2.1413.1	Cessão fiduciária dos direitos creditórios do Contrato de Concessão; Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios do CPST; Penhor de Ações (ECTE) + Fiança	78.413	27/12/13	15/12/28	76.803
08/08/13	AGE	Transleste	EATE	Financiamento - BDMG - Contrato 127.314	Penhor de Ações	12.971	10/03/05	31/01/17	3.249
08/08/13	AGE	Transleste	EATE	Financiamento - BDMG - Contrato 127.315	Penhor de Ações	47.000	10/03/05	10/02/25	26.090
08/08/13	AGE	Transleste	EATE	Financiamento - BNB - Contrato 05974828-A	Penhor de Ações	15.000	10/03/05	11/03/25	8.249
10/12/13	Conselho de Administração	Transirapé	EATE	Financiamento - BDMG	Penhor de Ações	30.300	27/12/13	15/01/24	15.908
12/12/11	Conselho de Administração	Transchile	Alupar	Contrato Financeiro - Ações	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	US\$ 51.014	18/07/07	15/11/26	88.308
12/03/12	Reunião de Sócios	Alupar	Guarupart	Debentures 5 emissão	Fiança	300.000	15/05/12	30/05/27	350.805
30/05/14	Conselho de Administração	Ferreira Gomes	Alupar	Debêntures - 3ª Emissão	Fiança, Penhor de ações e cessão fiduciária	211.500	15/06/14	15/12/27	224.086
15/09/14	Conselho da Administração	Alupar Inversiones	Alupar	Contrato de empréstimo a médio prazo	Fiança	US\$ 15.000	10/10/14	10/10/17	26.865
15/09/14	Conselho de Administração	Alupar Inversiones	Alupar	Contrato de Empréimo e médio prazo	Fiança	US\$ 5.000	12/12/14	12/12/17	-
Não existe a necessidade de aprovação do Conselho		Risaralida Energia S.A. E.S.P	Alupar	Carta de Fiança	Fiadora	COPS 32.000	10/11/14	14/11/17	35.952





# Alupar

b.2) As transações de garantias entre as empresas do grupo referentes a contratos de fornecimento, supervisão de montagem, supervisão de comissionamento, fiança e locação de imóvel não residencial estão relacionadas abaixo:

Data da Autorização	Órgão Autorizador	Empresa Garantida	Empresa Garantidora	Contrato	Garantia	Valor do Contrato	Início do Contrato	Encerramento do Contrato	Saldo devedor do contrato em 31/12/2014
13/06/11	Conselho de Administração	Ferreira Gomes	Alupar	Contrato de Fornecimento, Supervisão de Montagem e Supervisão de Comissionamento com a Voith CPS FG0115-11	Prestação de Garantias (Fiança)	161.000	05/05/11	15/01/15	8.833
31/07/14	Conselho de Administração	Ferreira Gomes	Alupar	Instrumento Particular de Constituição de Garantia por Prestação de Fiança nº 180833414 - CUST 48/2013 (ONS)	Prestação de Garantias (Fiança)	11	18/07/14	17/07/15	5
14/03/11	Conselho de Administração	Foz	Alupar	Fiança	Prestação de Aval na Fiança nº 100411020057000 decorrente de quantias questionadas nos autos de Ação de Execução de Título Extrajudicial movida pela Construtora Triunfo em face da Foz.	1.299	10/02/11	Indeterminado	A fiança será extinta tão logo a ação seja julgada.
14/03/11	Conselho de Administração	Foz	Alupar	Fiança	Prestação de Aval na Fiança nº 100411020056900 decorrente de quantias questionadas nos autos de Ação de Execução de Título Extrajudicial movida pela Construtora Triunfo em face da Foz.	847	10/02/11	Indeterminado	A fiança será extinta tão logo a ação seja julgada.
14/03/11	Conselho de Administração	Foz	Alupar	Fiança	Prestação de Aval na Fiança nº 100411020057200 decorrente de quantias questionadas nos autos de Ação de Execução de Título Extrajudicial movida pela Construtora Triunfo em face da Foz.	542	10/02/11	Indeterminado	A fiança será extinta tão logo a ação seja julgada.
14/03/11	Conselho de Administração	Foz	Alupar	Fiança	Prestação de Aval na Fiança nº 100411030052800 decorrente de quantias questionadas nos autos de Ação de Execução de Título Extrajudicial movida pela Construtora Triunfo em face da Foz.	663	04/03/11	Indeterminado	A fiança será extinta tão logo a ação seja julgada.
03/12/12	Diretoria	Foz	Alupar	Fiança	Instrumento Particular de Constituição de Garantia por Prestação de Fiança nº 181386812 - ONS	751	03/12/12	03/12/15	751
03/12/12	Diretoria	Foz	Alupar	Fiança	Prestação de Aval na Fiança nº 181500012 com a finalidade de garantir a operação de financiamento com o BNDES.	29.017	30/12/13	30/12/15	29.017
17/06/14	Conselho de Administração	Foz	Alupar	Fiança	Fiança nº180659214 - Garantir obrigação pecuniária do Afiançado, referente ao Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica Convencional - CVPL 005/14, firmado entre as partes em 17/03/2014	1.844	17/06/14	02/02/15	1.844
01/09/14	Diretoria	Foz	Alupar	Fiança	Fiança nº180967014 - Garantir obrigação pecuniária do Afiançado, referente ao Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica nº 41800_703.762, celebrado entre as partes em 01/06/2014 - COMPASS.	983	01/09/14	02/02/15	983
30/04/14	Conselho de Administração	Ijuí	Alupar	Fiança	Fiança nº180469414 - Garantir obrigação pecuniária do Afiançado, referente a compra e venda de energia conforme o Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica Convencional - CVPL 005/2014, firmado entre as partes em 17/03/2014	171	02/05/14	02/02/15	171
01/09/14	Diretoria	Ijuí	Alupar	Fiança	Fiança nº180967214 - Garantir obrigação pecuniária do Afiançado, referente ao Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica nº 41800_712.731, celebrado entre as partes em 01/06/2014 - COMPASS.	739	01/09/14	02/02/15	739
02/06/14	Diretoria	Lavrinhas	Alupar	Fiança	Fiança nº180659414 - Garantir obrigação pecuniária do Afiançado, referente ao Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica no Ambiente de Comercialização Livre - ACL - ID14.038.1, firmado entre as partes em 23/01/2014.	319	02/06/14	02/01/15	319
02/06/14	Diretoria	Lavrinhas	Alupar	Fiança	Fiança nº180966414 - Garantir obrigação pecuniária do Afiançado, referente ao Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica nº 41800_692.789, celebrado entre as partes em 01/06/2014 - COMPASS.	570	01/09/14	02/02/15	570
02/06/14	Diretoria	Queluz	Alupar	Fiança	Fiança nº180659314 - Garantir obrigação pecuniária do Afiançado, referente ao Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica no Ambiente de Comercialização Livre - ACL - ID14.038.1, firmado entre as partes em 23/01/2014.	446	02/06/14	02/01/15	446
01/09/14	Diretoria	Queluz	Alupar	Fiança	Fiança nº180966814 - Garantir obrigação pecuniária do Afiançado, referente ao Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica nº 41800_411.366, celebrado entre as partes em 01/06/2014 - COMPASS.	567	01/09/14	02/02/15	567
29/05/14	Conselho de Administração	AF Energia S.A.	Alupar	Contrato de Locação de Imóvel Não Residencial - Sky - Cjto 151 e 152	Fiadora	147.923,60 mensal	01/06/14	01/06/19	
29/05/14	Conselho de Administração	Alupar	Guarupari	Contrato de Locação de Imóvel Não Residencial - Sky - Cjto 161 e 162	Fiadora	147.923,60 mensal	01/06/14	01/06/19	
24/11/14	Conselho de Administração	Ferreira Gomes	Alupar	Instrumento Particular de Constituição de Garantia por Prestação de Fiança nº 181302814 - CUST 48/2013 (ONS)	Prestação de Garantias (Fiança)	11	01/12/14	01/12/15	5
N/A	N/A	ACE	Alupar	Fiança	Fiança nº181282814 - Garantir obrigação pecuniária do Afiançado, referente a participação da Afiançada no Leilão conforme Edital de Leilão nº 10/2014-ANEEL - 14º Leilão de Compra de Energia Elétrica Proveniente de Empreendimento de Geração Existentes, firmado entre as partes.	200	21/11/14	19/02/15	200



### c) Remuneração da alta administração

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de abril de 2014, foi aprovada pelos acionistas da Companhia a remuneração global dos membros do nosso Conselho de Administração e Diretoria para o exercício social de 2014 no montante de até R\$ 12.930, sendo R\$ 1.570 referentes à remuneração dos membros do Conselho de Administração e R\$ 11.360 referentes à remuneração da Diretoria.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a remuneração foi conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Benefícios (i)	5.674	9.094	14.220	16.733
Remuneração do conselho	1.375	1.315	2.211	2.162
<b>Total</b>	<b>7.049</b>	<b>10.409</b>	<b>16.431</b>	<b>18.895</b>

#### Empresas pré-operacionais

Benefícios (i)

**Total**

Consolidado	
31/12/2014	31/12/2013
936	1.238
<b>936</b>	<b>1.238</b>

- i) Compostos por ordenados, salários e benefícios não monetários (tais como assistência médica, odontológica, moradia, automóveis e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados), outros benefícios de aposentadoria, participação nos lucros e gratificações.

**d) Saldo e transações com outras partes relacionadas**

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto possuem os seguintes saldos envolvendo outras partes relacionadas:

Outras partes relacionadas	Consolidado			
	ATIVO		PASSIVO	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
<b>Ativo circulante</b>				
<b>Adiantamento a fornecedores</b>				
<b>Alusa Engenharia S.A.</b>				
Empresa de Transmissão Serrana S.A. (ii)	-	4.491	-	-
	-	4.491	-	-
<b>Ativo não circulante</b>				
<b>Imobilizado (Adiantamento a fornecedores)</b>				
<b>Alusa Engenharia S.A.</b>				
Ferreira Gomes Energia S.A (ii)	-	102	-	-
	-	102	-	-
<b>Passivo circulante</b>				
<b>Fornecedores</b>				
<b>Mavi Engenharia e Construções Ltda.</b>				
Transmissora Matogrossense de Energia S.A (i)	-	-	-	3.191
	-	-	-	3.191
<b>Provisão para constituição de ativos</b>				
<b>Alusa Engenharia S.A.</b>				
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A. (ii)	-	-	-	10
Usina Paulista Queluz de Energia S.A. (ii)	-	-	-	398
Companhia Transleste de Transmissão (ii)	-	-	-	80
	-	-	-	488

- i) Contrato de Prestação de Serviços de Gerenciamento, Obras Civil, Montagem Eletromecânica com Fornecimento de Materiais celebrado entre a controlada em conjunto Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A., a Mavi Engenharia e Construções Ltda. e a Global Energia Elétrica S.A.. Constitui objeto do presente instrumento, a obrigação pela Mavi Engenharia e Construções Ltda. e a Global Energia Elétrica S.A. em prestar os serviços de gerenciamento, obras civis, montagem eletromecânica, com fornecimento de materiais para a realização da construção, implantação e colocação em operação comercial: (i) das Linhas de Transmissão de Energia Elétrica LT em 50 kV Jauru – Cuiabá, com aproximadamente 354 km de circuito simples, situadas entre os municípios de Jauru e Cuiabá, no estado do Mato Grosso; e (ii) da Subestação SE Jauru Pátio 500 kV/750MVA, e Bay de Linha na Subestação Cuiabá 500kV. Em 25 de setembro de 2014, a controlada em conjunto TME liquidou o saldo remanescente desse contrato.
- ii) Em agosto de 2014, a controladora da Companhia, a Guarupart Participações Ltda. finalizou a alienação de 100% das ações que detinha da Alusa Engenharia S.A.. Dessa maneira, a partir do referido mês, as transações que envolveram a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto com a Alusa Engenharia não são mais partes relacionadas.



## 36. Instrumentos financeiros

### 36.1 Considerações Gerais

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. A Companhia e suas controladas limitam os seus riscos de crédito por meio da aplicação de seus recursos em instituições financeiras de primeira linha.

### 36.2 Valor Justo

Encontra-se a seguir uma compactação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia apresentados nas demonstrações financeiras.

	Consolidado					
	31/12/2014		31/12/2013		Critério de avaliação	Classificação
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo		
<b><u>Ativo financeiros</u></b>						
Caixa e equivalentes de caixa	337.692	337.692	520.054	520.054	Valor justo	Valor justo por meio do resultado
Investimentos de curto prazo	209.791	209.791	279.923	279.923	Valor justo	Valor justo por meio do resultado
Títulos e valores mobiliários	78.700	78.700	77.235	77.235	Valor justo	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes	242.383	242.383	149.985	149.985	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Ativo financeiro da concessão	4.493.242	4.493.242	4.316.884	4.316.884	Valor justo	Empréstimos e recebíveis
Cauções e depósitos judiciais	7.300	7.300	10.062	10.062	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
	<u>5.369.108</u>	<u>5.369.108</u>	<u>5.354.143</u>	<u>5.354.143</u>		
<b><u>Passivos financeiros</u></b>						
Fornecedores	82.872	82.872	68.992	68.992	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	1.756.150	1.756.150	1.814.086	1.814.086	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Debêntures - principal e encargos	2.220.887	2.220.887	1.468.994	1.468.994	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
	<u>4.059.909</u>	<u>4.059.909</u>	<u>3.352.072</u>	<u>3.352.072</u>		

As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo foram as seguintes:

Caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários, ativo financeiro da concessão e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil.

Empréstimos financiamentos e encargos de dívidas (líquidos dos custos a amortizar):

(i) BNDES: em decorrência desse contrato ser de longo prazo, portanto, não contemplado sob o escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, pelo fato do Brasil não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita a apenas um ente governamental. Diante do exposto acima, a Companhia utilizou o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas.

(ii) FCO Banco do Brasil: Como os valores a pagar são reajustados pela TJLP (taxa de juros de referência do Governo Federal), o valor justo dessa dívida é o próprio valor contábil, uma vez que estão refletidas as taxas de mercado para este instrumento financeiro;



O valor justo para as debêntures com mercado ativo não possui diferença relevante para o saldo contábil, uma vez que a variação do valor do preço unitário no mercado secundário divulgado no sítio eletrônico [www.debentures.com.br](http://www.debentures.com.br) é próximo ao valor contábil. Em 31 de dezembro de 2014, o percentual mínimo e máximo do preço unitário para as debêntures com mercado ativo foi a seguinte:

31/12/2014			
Código do Ativo		% PU Mínimo	% PU Máximo
Alupar Investimento S.A.	ALPA14	100,00	101,00
Alupar Investimento S.A.	APAR13	100,12	100,65
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	EATE11	100,23	100,23
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	EATE12	100,00	100,00
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	EATE14	100,00	100,00
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	ENTE12	100,00	100,00
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.	ETEP12	100,00	100,00
Companhia Transirapé de Transmissão	TRSR11	100,00	100,00
Companhia Transudeste de Transmissão	TRSU11	100,00	100,00
Ferreira Gomes Energia S.A.	FGEN13	95,22	105,23

Para as debêntures das controladas ETEP, ECTE, Ferreira Gomes e Transirapé que não estão precificadas no mercado ativo, a Companhia, com base nas debêntures do Grupo com características similares, realizou o cálculo do valor justo e não identificou diferenças relevantes.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

### 36.3 Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação.

Nível I – preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível II– outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e







**Alupar**

A Companhia e suas controladas possuem um nível significativo de endividamento em razão da necessidade de grande volume de recursos financeiros para a realização de investimentos. Em 31 de dezembro de 2014, o endividamento total consolidado (Soma de empréstimos, financiamentos e debêntures do passivo circulante e não circulante) era de R\$ 3.977.037, sendo que 13,6 % desse valor (ou R\$ 541.402) correspondia a endividamento de curto prazo. Desta forma, variações adversas significativas nas taxas de juros na economia brasileira nos impactariam, causando um aumento das despesas futuras da Companhia e suas controladas, o que poderá reduzir o lucro líquido e, consequentemente, a capacidade para honrar as obrigações contratuais e os valores disponíveis para distribuição aos acionistas na forma de dividendos e outros proventos. Além disso, a Companhia pode incorrer em endividamento adicional no futuro para financiar aquisições, investimentos ou para outros fins, bem como para a condução de nossas operações, sujeito às restrições aplicáveis à dívida existente.

Caso a Companhia e suas controladas incorram em endividamento adicional, os riscos associados com a sua alavancagem financeira poderão aumentar, tais como a possibilidade de não conseguir gerar caixa suficiente para pagar o principal, juros e outros encargos relativos à dívida ou para fazer distribuições aos acionistas. Além disso, caso haja descumprimento de determinadas obrigações de manutenção de índices financeiros, poderá ocorrer vencimento antecipado das dívidas anteriormente contraídas, o que pode impactar de forma relevante a capacidade da Companhia e suas controladas de honrar suas obrigações. Na hipótese de vencimento antecipado das dívidas, os ativos e fluxo de caixa poderão ser insuficientes para quitar o saldo devedor dos contratos de financiamento. Caso não seja possível realizar a manutenção dos níveis de endividamento da Companhia e suas controladas e/ou incorrer em dívidas adicionais, a Companhia e suas controladas poderão ter seus negócios, resultados operacionais e financeiros, bem como os fluxos de caixa adversamente afetados.

Em 31 de dezembro de 2014, a estrutura de capital consolidada da Companhia é de 49% de recursos próprios em contrapartida a 51% de capital de terceiros (56% de recursos próprios e 44% de capital de terceiros em 31 de dezembro de 2013).

A Companhia e suas controladas possuem uma relação dívida sobre patrimônio líquido de 102,5% em 31 de dezembro de 2014 e 80% em 31 de dezembro de 2013.

### **36.5 Informações qualitativas e quantitativas sobre Instrumentos Financeiros**

#### Análise de sensibilidade das aplicações financeiras - consolidada

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras as quais a Companhia e as suas controladas estavam expostas na data base de 31 de dezembro de 2014, foram definidos 5 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 26 de dezembro de 2014, foi extraída a projeção dos indexadores SELIC/CDI e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.



**Alupar**

Aplicações financeiras - Consolidado	Indexador	Posição em 31.12.2014	Projeção Receitas Financeiras - Um Ano				
			Cenário Provável	Risco de redução		Risco de aumento	
				Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			12,47%	6,24%	9,35%	15,59%	18,71%
Aplicações financeiras (Equivalentes de caixa)	CDI	270.602	33.744	16.872	25.308	42.180	50.616
Aplicações financeiras (Investimentos de curto prazo)	CDI	209.791	26.161	13.080	19.621	32.701	39.241
Aplicações financeiras (Títulos e valores mobiliários)	CDI	78.700	9.814	4.907	7.360	12.267	14.721

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas aos quais a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2014, foram definidos 05 cenários diferentes. Como cenário provável, o adotado pela Companhia, o CDI e o IPCA projetados foram obtidos por meio do relatório Focus do Banco Central de 26 de dezembro de 2014; e no caso da TJLP, a taxa utilizada foi a última divulgada pelo Conselho Monetário Nacional; e a partir deste parâmetro foram calculados os cenários I e II com 25% e 50% de queda de risco e os cenários III e IV com 25% e 50% de elevação do risco, respectivamente.

Empréstimos e financiamentos - (Moeda nacional) - Consolidado	Taxa de Juros a.a.	Posição em 31.12.2014 (*)	Projeção Despesas Financeiras - Um Ano					
			Cenário Provável	Risco de redução		Risco de aumento		
				Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)	
CDI			12,47%	6,24%	9,35%	15,59%	18,71%	
	CDI	1,30%	15.000	2.090	1.142	1.616	2.564	3.037
TJLP			5,50%	2,75%	4,12%	6,87%	8,25%	
	TJLP +	1,93%	188.839	14.230	8.938	11.584	16.877	19.523
	TJLP +	2,02%	40.469	3.088	1.953	2.520	3.656	4.223
	TJLP +	2,04%	1.199	92	58	75	109	125
	TJLP +	2,08%	19.394	1.492	948	1.220	1.764	2.037
	TJLP +	2,22%	33.465	2.624	1.684	2.154	3.095	3.565
	TJLP +	2,34%	314.835	25.087	16.227	20.657	29.517	33.947
	TJLP +	2,37%	17.763	1.421	921	1.171	1.671	1.921
	TJLP +	2,38%	2.422	194	126	160	228	262
	TJLP +	2,44%	220.916	17.836	11.613	14.725	20.948	24.059
	TJLP +	2,56%	114.189	9.364	6.144	7.754	10.974	12.584
	TJLP +	3,17%	163.166	14.430	9.801	12.116	16.745	19.059
	TJLP +	3,50%	5.192	477	329	403	551	625
	TJLP +	5,70%	17	2	1	2	2	2
	Total		1.136.866	92.428	59.885	76.157	108.700	124.971



Debêntures - (Moeda nacional) - Consolidado	Taxa de Juros a.a.	Posição em 31.12.2014 (*)	Projeção Despesas Financeiras - Um Ano				
			Cenário Provável	Risco de redução		Risco de aumento	
				Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			12,47%	6,24%	9,35%	15,59%	18,71%
	CDI + 0,99%	294.927	40.061	21.491	30.776	49.347	58.632
	CDI + 1,15%	269.319	37.067	20.082	28.575	45.560	54.053
	CDI + 1,30%	170.305	23.727	12.971	18.349	29.105	34.484
	CDI + 1,45%	149.534	21.086	11.627	16.356	25.815	30.544
	CDI + 1,85%	74.699	10.869	6.126	8.497	13.241	15.613
	109,75% CDI	630.308	86.263	43.131	64.697	107.829	129.394
	112,5% CDI	27.690	3.885	1.942	2.913	4.856	5.827
IPCA			6,53%	3,27%	4,90%	8,16%	9,80%
	IPCA + 6,47%	204.432	27.437	20.330	23.884	30.990	34.543
	IPCA + 7,80%	299.839	44.494	33.941	39.217	49.771	55.047
Total			2.121.053	294.889	171.641	233.265	356.513
							418.137

(\*) Refere-se ao principal das dívidas sem considerar os encargos e exceto também os empréstimos e financiamentos que são remunerados com taxa fixa.

#### Análise de sensibilidade ao risco da moeda - consolidada

Com o objetivo de verificar a sensibilidade das dívidas em moeda estrangeira aos quais a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2014, foram definidos 05 cenários diferentes. Como cenário provável, o adotado pela Companhia, foi utilizada a projeção do dólar norte-americano para um ano com base no relatório FOCUS de 26 de dezembro de 2014, e a partir deste parâmetro foram calculados os cenários I e II com 25% e 50% de queda de risco e os cenários III e IV com 25% e 50% de elevação do risco, respectivamente.

Empréstimos e financiamentos (Moeda estrangeira) - Consolidado	Risco	Taxa de juros	Posição em 31.12.2014 (*)	Projeção Despesas Financeiras - Um Ano				
				Cenário Provável	Depreciação da taxa		Apreciação da taxa	
					Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
USD				2,71	1,36	2,03	3,39	4,07
	Var. do US\$ +	5,00%	3.167	68	(1.629)	(781)	916	1.764
			3.167	68	(1.629)	(781)	916	1.764

(\*) Refere-se ao principal das dívidas sem considerar os encargos.

### 36.6 Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e suas controladas

Os principais fatores de risco que afetam o negócio da Companhia e suas controladas podem ser assim descritos:

#### 36.6.1 Risco de crédito

Está associado a uma eventual impossibilidade da Companhia de realizar seus direitos provenientes das contas a receber de concessionárias e permissionárias; caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.



a) Contas a receber de clientes

A habilidade das nossas controladas de transmissão e geração de energia elétrica de receber os pagamentos devidos por seus consumidores depende da capacidade de crédito desses consumidores e da capacidade de cobrá-los.

b) Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer a perda destes valores. Este risco é diminuído pela Administração na escolha de seus investimentos tanto em títulos do Tesouro Brasileiro quanto em instituições financeiras de primeira linha (Banco do Brasil S.A., Banco Santander S.A., Banco Itaú S.A., Caixa Econômica Federal e Banco do Nordeste do Brasil S.A.) e com estabelecimentos de limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras.

### 36.6.2 Risco de liquidez

Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia possui uma posição de caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários no ativo circulante e não circulante que totalizam aproximadamente o montante de R\$ 626.183 em bases consolidadas, bem como uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de curto prazo e para seu programa de aquisições e investimentos.

Adicionalmente, nossa gestão de riscos tem como princípio afastar eventuais riscos financeiros que possam ser adicionados aos nossos negócios. Em relação ao caixa, nossas aplicações financeiras são geridas conservadoramente, com foco na disponibilidade de recursos para fazer frente às nossas necessidades. Buscamos melhores rentabilidades sempre levando em consideração os limites de risco, liquidez e concentração das aplicações e acompanhamos regularmente as taxas contratadas comparando-as com as vigentes no mercado.

O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2014, com base nos pagamentos contratuais não descontados.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 - Consolidado	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total
Fornecedores	51.013	23.616	2.404	5.828	11	82.872
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	32.802	137.418	222.447	591.929	771.554	1.756.150
Debêntures	133.685	237.497	421.972	935.137	492.596	2.220.887
<b>Total</b>	<b>217.500</b>	<b>398.531</b>	<b>646.823</b>	<b>1.532.894</b>	<b>1.264.161</b>	<b>4.059.909</b>

Outro ponto importante é que 84,3% da dívida consolidada refere-se ao endividamento das controladas (79,2% em 31 de dezembro de 2013), sendo em sua grande maioria na modalidade de *project finance*, captados juntos ao BNDES e outras instituições de fomento. Cerca de 2,8 % da dívida total consolidada refere-se às empresas pré-operacionais (19,2% em 31 de dezembro de 2013).



### 36.6.3 Riscos de mercado

#### Risco hidrológico

O suprimento de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (SIN) provém, em sua maior parte, de usinas hidrelétricas. Desse modo, em decorrência de o SIN operar em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo ONS, cada usina hidrelétrica, incluindo as controladas de geração da Companhia estão sujeitas as variações nas condições hidrológicas, tanto na região geográfica em que opera e também em outras regiões do País.

Portanto, com um dos objetivos de mitigar o risco hidrológico individual de cada bacia do SIN, criou-se o Mecanismo de Realocação de Energia - MRE para compartilhar o risco hidrológico das diversas bacias do SIN. O MRE é um mecanismo que busca repartir a produção de energia entre as usinas hidrelétricas proporcionalmente à garantia física de cada empreendimento, independentemente do seu regime de produção individual. Quando o conjunto de usinas do MRE não produz energia suficiente para atender às suas garantias físicas, há uma situação de déficit, usualmente denominada “*Generation Scaling Factor (GSF)*” ou Fator de Ajuste MRE, gerando uma exposição financeira negativa para os geradores hidráulicos. Ressalta-se que, a totalidade da capacidade de geração hidrelétrica das controladas de geração, estão inseridas no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE).

O resultado observado no ano de 2014 entre a combinação de dois fatores: (i) condições hidrológicas desfavoráveis nas regiões do SIN devido a escassez de chuvas e (ii) a obrigação de entrega da garantia física, resultaram na exposição das controladas de geração da Companhia ao mercado de energia de curto prazo, e como consequência, aumentou significativamente os custos de energia elétrica comprada para revenda.

Caso este cenário persista para o ano de 2015, é provável que haja uma elevação do despacho das usinas térmicas, contribuindo ainda mais para o aumento do custo da energia elétrica. Se o nível dos reservatórios não atingir um nível de recuperação e/ou segurança até o final do período chuvoso, há o risco de o Governo implantar mecanismos de racionalização ou até mesmo decretar racionamento de energia.

#### Risco de contratação

Atualmente, todos os recursos das controladas de geração estão sendo vendidos para o Ambiente de Contratação Regulada – ACR e Ambiente de Contratação Livre - ACL, estando, aproximadamente, 15% descontratada a partir de 2015.

A partir de 2015, a receita da Companhia estará sujeita também ao preço de contratação desta energia. Eventuais sobras ou faltas de energia terão o seu preço determinado nas condições do mercado de curto prazo, ou seja, Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

Diante do atual cenário hidrológico desfavorável e com a iminente redução do nível do GSF – Generation Scaling Factor (Fator de Ajuste da Garantia Física), as controladas de geração hidrelétrica estão sujeitas a um aumento dos custos decorrentes de compra de energia elétrica para revenda.



As controladas de transmissão podem sofrer dificuldades operacionais e interrupções não previstas ocasionadas por eventos fora do seu controle. Estes eventos adversos podem ocorrer em forma de acidentes, quebra ou falha de equipamentos e/ou processos, desempenho abaixo dos níveis de disponibilidade esperados, ineficiência dos ativos de transmissão e catástrofes (explosões, incêndios, fenômenos naturais, deslizamentos, sabotagem ou outros eventos similares). A cobertura de seguro de nossas controladas poderá não ser suficiente para cobrir todos os custos e perdas em razão dos danos causados a seus ativos e/ou interrupções de serviço, causando um efeito adverso relevante ao negócio. Além disso, toda a receita obtida com a implementação, operação e manutenção das instalações de nossas controladas de transmissão estão relacionadas à disponibilidade dos serviços. De acordo com os contratos de concessão de transmissão, à aplicação de penalidades determinadas pelo nível e/ou duração da indisponibilidade dos serviços. Além disso, caso seja interrompido as operações ou não seja cumprido os padrões de qualidade previstos em nos contratos de concessão de transmissão de energia elétrica, as controladas poderão ser obrigadas ao pagamento de perdas e danos. Portanto, eventuais interrupções na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica ocasionadas por eventos fora do controle das controladas de transmissão, poderá causar um efeito adverso significativo nos negócios, condição financeira e resultados operacionais das controladas.

#### **36.6.4 Risco de taxas de câmbio**

A Companhia e suas controladas não utilizam instrumentos financeiros derivativos para proteger ou reduzir os custos financeiros das operações de financiamentos e contratos de compras vinculados às moedas estrangeiras, visto que a exposição a dívidas denominadas em moeda estrangeira na Companhia e suas controladas representa apenas 0,8% do total da dívida consolidada (0,2% em 31 de dezembro de 2013).

De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia e suas controladas não têm efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

#### **36.6.5 Risco de regulação**

As atividades das controladas, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

#### **36.6.6 Risco financeiros**

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer a perda destes valores. Este risco é diminuído pela Administração na escolha de instituições financeiras de primeira linha e com estabelecimentos de limites de concentração.





### 36.6.7 Risco de aceleração de dívidas

A Companhia e suas controladas possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (“covenants”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas à atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. (vide notas explicativas 25 e 26)

### 36.6.8 Risco de estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e suas controladas fazem para financiar suas operações.

Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de empréstimos, financiamento. Em determinadas circunstâncias podem ocorrer à captação de novos empréstimos, contratações de operações de swap para evitar oscilações do custo financeiro das operações, dentre outros instrumentos que a Companhia e suas controladas julgarem necessário.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Companhia e suas controladas incluem dentro da estrutura de dívida líquida os empréstimos e financiamentos, deduzidos do caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Empréstimos e financiamentos (Líquidos dos custos a amortizar)				
Circulante	(11.867)	(9.692)	(170.220)	(266.677)
Não circulante	(28.259)	(31.748)	(1.585.930)	(1.547.409)
Debêntures (Líquidos dos custos a amortizar)				
Circulante	(133.250)	(117.343)	(371.182)	(452.178)
Não circulante	(449.546)	(524.073)	(1.849.705)	(1.016.816)
Dívida total	(622.922)	(682.856)	(3.977.037)	(3.283.080)
Caixa e equivalentes de caixa	114.162	364.664	337.692	520.054
Investimentos de curto prazo	209.791	279.923	209.791	279.923
Títulos e valores mobiliários (Circulante e não circulante)	-	-	78.700	77.235
Dívida líquida	(298.969)	(38.269)	(3.350.854)	(2.405.868)
Patrimônio líquido	2.453.310	2.566.242	3.878.309	4.102.146
<b>Índice de endividamento líquido</b>	<b>0,12</b>	<b>0,01</b>	<b>0,86</b>	<b>0,59</b>



### 37. Informações por segmento

Os segmentos operacionais da Alupar consistem na atividade de transmissão e geração de energia.

Os segmentos mencionados acima refletem à gestão da Companhia e a sua estrutura organizacional e de acompanhamento de resultados. Em decorrência do marco regulatório do setor elétrico brasileiro, não existe segmentação por área geográfica.

As receitas, os custos e as despesas operacionais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 estão apresentados de forma consolidada na tabela abaixo:

	31/12/2014				Subtotal	Eliminações - Controle compartilhado	Eliminações - Intercompanhia	Total consolidado
	Transmissão	Geração	Holding	Outros				
Receita operacional bruta	1.548.316	311.466	-	9.586	1.869.368	(283.840)	(9.586)	1.575.942
Receita de transmissão de energia	138.382	-	-	-	138.382	(26.942)	-	111.440
Receita de infraestrutura	316.572	-	-	-	316.572	(185.950)	-	130.622
Remuneração do ativo financeiro da concessão	1.093.362	-	-	-	1.093.362	(70.948)	-	1.022.414
Suprimento de energia	-	311.466	-	-	311.466	-	-	311.466
Consultoria e assessoramento na área regulatória	-	-	-	241	241	-	(241)	-
Serviços de operação e manutenção	-	-	-	9.345	9.345	-	(9.345)	-
Deduções da receita operacional bruta	(83.866)	(22.526)	-	(1.274)	(107.666)	5.832	-	(101.834)
Receita operacional líquida	1.464.450	288.940	-	8.312	1.761.702	(278.008)	(9.586)	1.474.108
Custo do serviço								
Custo com energia elétrica								
Energia comprada para revenda	-	(65.655)	-	-	(65.655)	-	-	(65.655)
Encargos do uso da rede elétrica - CUST	-	(12.385)	-	-	(12.385)	-	-	(12.385)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	-	(3.616)	-	-	(3.616)	-	-	(3.616)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	(4.362)	(337)	-	-	(4.699)	131	-	(4.568)
Custo de operação								
Custo dos serviços prestados	(82.660)	(19.519)	-	(7.974)	(110.153)	6.912	9.586	(93.655)
Custo de infraestrutura	(316.572)	-	-	-	(316.572)	185.950	-	(130.622)
Depreciação / Amortização	(5.254)	(35.177)	-	(5)	(40.436)	5.131	-	(35.305)
	(408.848)	(136.689)	-	(7.979)	(553.516)	198.124	9.586	(345.806)
Lucro bruto	1.055.602	152.251	-	333	1.208.186	(79.884)	-	1.128.302
Despesas e receitas operacionais								
Administrativas e gerais	(43.904)	(19.871)	(34.479)	(1.592)	(99.846)	5.107	-	(94.739)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	462.969	-	462.969	-	(436.137)	26.832
Outras receitas	69	377	4.766	-	5.212	-	-	5.212
Outras despesas	(37)	(16)	(15.225)	-	(15.278)	-	-	(15.278)
	(43.872)	(19.510)	418.031	(1.592)	353.057	5.107	(436.137)	(77.973)
LAJIR	1.011.730	132.741	418.031	(1.259)	1.561.243	(74.777)	(436.137)	1.050.329
Depreciação / Amortização	7.120	35.572	1.012	8	43.712	(5.164)	-	38.548
LAJIDA	1.018.850	168.313	419.043	(1.251)	1.604.955	(79.941)	(436.137)	1.088.877
Despesas e receitas financeiras								
Despesas financeiras	(186.287)	(47.805)	(97.292)	(15)	(331.399)	17.219	-	(314.180)
Encargos de dívidas	(179.814)	(43.526)	(90.477)	-	(313.817)	16.976	-	(296.841)
Variações cambiais	(386)	(1.177)	(4.905)	-	(6.468)	-	-	(6.468)
Outras	(6.087)	(3.102)	(1.910)	(15)	(11.114)	243	-	(10.871)
Receitas financeiras	22.298	6.368	45.394	40	74.100	(2.546)	-	71.554
Receitas de aplicações financeiras	18.589	5.828	42.876	40	67.333	(1.379)	-	65.954
Outras	3.709	540	2.518	-	6.767	(1.167)	-	5.600
	(163.989)	(41.437)	(51.898)	25	(257.299)	14.673	-	(242.626)
LAIR	847.741	91.304	366.133	(1.234)	1.303.944	(60.104)	(436.137)	807.703
IR e CSLL correntes	(71.578)	(9.095)	(347)	(48)	(81.068)	2.184	-	(78.884)
IR e CSLL diferidos	5.240	-	-	-	5.240	17.599	-	22.839
	(66.338)	(9.095)	(347)	(48)	(75.828)	19.783	-	(56.045)
Lucro líquido Consolidado	781.403	82.209	365.786	(1.282)	1.228.116	(40.321)	(436.137)	751.658
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	(388.873)	(388.873)
Lucro líquido Alupar	781.403	82.209	365.786	(1.282)	1.228.116	(40.321)	(825.010)	362.785
Ativos operacionais	5.434.555	3.111.380	4.355	654	8.550.944	(925.839)	(611)	7.624.494
Passivos operacionais	180.177	191.290	9.718	149	381.334	(20.666)	(624)	360.044



# Alupar

A conciliação da demonstração do resultado segregada por atividade com a demonstração do resultado consolidada referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 é conforme segue:

	31/12/2014					Total eliminações	Total consolidado
	Subtotal	Eliminações					
		Transmissão	Geração	Holding	Outros		
Receita operacional bruta	1.869.368	(283.840)	-	-	(9.586)	(293.426)	1.575.942
Receita de transmissão de energia	138.382	(26.942)	-	-	-	(26.942)	111.440
Receita de infraestrutura	316.572	(185.950)	-	-	-	(185.950)	130.622
Remuneração do ativo financeiro da concessão	1.093.362	(70.948)	-	-	-	(70.948)	1.022.414
Suprimento de energia	311.466	-	-	-	-	-	311.466
Consultoria e assessoramento na área regulatória	241	-	-	-	(241)	(241)	-
Serviços de operação e manutenção	9.345	-	-	-	(9.345)	(9.345)	-
Deduções da receita operacional bruta	(107.666)	5.832	-	-	-	5.832	(101.834)
Receita operacional líquida	1.761.702	(278.008)	-	-	(9.586)	(287.594)	1.474.108
Custo do serviço							
Custo com energia elétrica							
Energia comprada para revenda	(65.655)	-	-	-	-	-	(65.655)
Encargos do uso da rede elétrica - CUST	(12.385)	-	-	-	-	-	(12.385)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	(3.616)	-	-	-	-	-	(3.616)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	(4.699)	131	-	-	-	131	(4.568)
Custo de operação							
Custo dos serviços prestados	(110.153)	6.912	9.586	-	-	16.498	(93.655)
Custo de infraestrutura	(316.572)	185.950	-	-	-	185.950	(130.622)
Depreciação / Amortização	(40.436)	5.131	-	-	-	5.131	(35.305)
	(553.516)	198.124	9.586	-	-	207.710	(345.806)
Lucro bruto	1.208.186	(79.884)	9.586	-	(9.586)	(79.884)	1.128.302
Despesas e receitas operacionais							
Administrativas e gerais	(99.846)	4.531	576	-	-	5.107	(94.739)
Resultado de equivalência patrimonial	462.969	-	-	(436.137)	-	(436.137)	26.832
Outras receitas	5.212	-	-	-	-	-	5.212
Outras despesas	(15.278)	-	-	-	-	-	(15.278)
	353.057	4.531	576	(436.137)	-	(431.030)	(77.973)
LAJIR	1.561.243	(75.353)	10.162	(436.137)	(9.586)	(510.914)	1.050.329
Depreciação / Amortização	43.712	(5.164)	-	-	-	(5.164)	38.548
LAJIDA	1.604.955	(80.517)	10.162	(436.137)	(9.586)	(516.078)	1.088.877
Despesas e receitas financeiras							
Despesas financeiras	(331.399)	17.199	20	-	-	17.219	(314.180)
Encargos de dívidas	(313.817)	16.976	-	-	-	16.976	(296.841)
Variações cambiais	(6.468)	-	-	-	-	-	(6.468)
Outras	(11.114)	223	20	-	-	243	(10.871)
Receitas financeiras	74.100	(2.546)	-	-	-	(2.546)	71.554
Receitas de aplicações financeiras	67.333	(1.379)	-	-	-	(1.379)	65.954
Outras	6.767	(1.167)	-	-	-	(1.167)	5.600
	(257.299)	14.653	20	-	-	14.673	(242.626)
LAIR	1.303.944	(60.700)	10.182	(436.137)	(9.586)	(496.241)	807.703
IR e CSLL correntes	(81.068)	2.184	-	-	-	2.184	(78.884)
IR e CSLL diferidos	5.240	17.599	-	-	-	17.599	22.839
	(75.828)	19.783	-	-	-	19.783	(56.045)
Lucro líquido Consolidado	1.228.116	(40.917)	10.182	(436.137)	(9.586)	(476.458)	751.658
Participação de não controladores	-	(371.988)	(11.215)	(5.670)	-	(388.873)	(388.873)
Lucro líquido Alupar	1.228.116	(412.905)	(1.033)	(441.807)	(9.586)	(865.331)	362.785
Ativos operacionais	8.550.944	(762.120)	(163.719)	(4)	(607)	(926.450)	7.624.494
Passivos operacionais	381.334	(17.770)	(3.516)	(4)	-	(21.290)	360.044

Os ativos dos segmentos em 31 de dezembro de 2014 incluem “contas a receber de clientes” no montante de R\$ 242.383, “ativo financeiro da concessão” no montante de R\$ 4.493.242, “estoques” no montante de R\$ 28.148, e “imobilizado” no montante de R\$ 2.860.721.



# Alupar

Os passivos dos segmentos em 31 de dezembro de 2014, os quais são administrados no âmbito do Grupo, não incluem “empréstimos e financiamentos” no montante de R\$ 1.756.150, “debêntures” no montante de R\$ 2.220.887 “tributos e contribuições sociais a recolher” no montante de R\$ 70.666, “dividendos a pagar” no montante de R\$ 199.965, “provisões para contingências” no montante de R\$ 2.829, “adiantamento para futuro aumento de capital” no montante de R\$ 5.779, e “imposto de renda e contribuição social diferidos” no montante de R\$ 399.282.

As receitas, os custos e as despesas operacionais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 estão apresentados de forma consolidada na tabela abaixo:

	31/12/2013				Subtotal	Eliminações - Controle compartilhado	Eliminações - Intercompanhia	Total consolidado
	Transmissão	Geração	Holding	Outros				
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>1.307.687</b>	<b>200.697</b>	-	<b>5.189</b>	<b>1.513.573</b>	<b>(126.805)</b>	<b>(5.189)</b>	<b>1.381.579</b>
Receita de transmissão de energia	144.825	-	-	-	144.825	(25.831)	-	118.994
Receita de infraestrutura	118.927	-	-	-	118.927	(34.454)	-	84.473
Remuneração do ativo financeiro da concessão	1.043.935	-	-	-	1.043.935	(66.520)	-	977.415
Suprimento de energia	-	200.697	-	-	200.697	-	-	200.697
Consultoria e assessoramento na área regulatória	-	-	-	117	117	-	(117)	-
Serviços de operação e manutenção	-	-	-	5.072	5.072	-	(5.072)	-
<b>Deduções da receita operacional bruta</b>	<b>(77.273)</b>	<b>(19.408)</b>	-	<b>(373)</b>	<b>(97.054)</b>	<b>6.306</b>	-	<b>(90.748)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>1.230.414</b>	<b>181.289</b>	-	<b>4.816</b>	<b>1.416.519</b>	<b>(120.499)</b>	<b>(5.189)</b>	<b>1.290.831</b>
<b>Custo do serviço</b>								
<b>Custo com energia elétrica</b>								
Energia comprada para revenda	-	(28.284)	-	-	(28.284)	-	-	(28.284)
Encargos do uso da rede elétrica - CUST	-	(4.601)	-	-	(4.601)	-	-	(4.601)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	-	(3.675)	-	-	(3.675)	-	-	(3.675)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	(4.416)	(390)	-	-	(4.806)	237	-	(4.569)
<b>Custo de operação</b>								
Custo dos serviços prestados	(86.911)	(18.767)	-	(3.966)	(109.644)	5.873	5.189	(98.582)
Custo de infraestrutura	(118.927)	-	-	-	(118.927)	34.454	-	(84.473)
Depreciação / Amortização	(5.816)	(33.417)	-	(1)	(39.234)	4.719	-	(34.515)
<b>(216.070)</b>	<b>(89.134)</b>	-	<b>(3.967)</b>	<b>(309.171)</b>	<b>45.283</b>	<b>5.189</b>	<b>(258.699)</b>	
<b>Lucro bruto</b>	<b>1.014.344</b>	<b>92.155</b>	-	<b>849</b>	<b>1.107.348</b>	<b>(75.216)</b>	-	<b>1.032.132</b>
<b>Despesas e receitas operacionais</b>								
Administrativas e gerais	(39.191)	(12.859)	(37.407)	(1.358)	(90.815)	6.379	-	(84.436)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	389.033	-	389.033	-	(368.651)	20.382
Outras receitas	38	24	242	-	304	-	(177)	127
Outras despesas	(1)	(24)	(2.520)	-	(2.545)	-	-	(2.545)
<b>(39.154)</b>	<b>(12.859)</b>	<b>349.348</b>	<b>(1.358)</b>	<b>295.977</b>	<b>6.379</b>	<b>(368.828)</b>	<b>(66.472)</b>	
<b>LAJIR</b>	<b>975.190</b>	<b>79.296</b>	<b>349.348</b>	<b>(509)</b>	<b>1.403.325</b>	<b>(68.837)</b>	<b>(368.828)</b>	<b>965.660</b>
Depreciação / Amortização	5.816	33.417	877	1	40.111	(4.719)	-	35.392
<b>LAJIDA</b>	<b>981.006</b>	<b>112.713</b>	<b>350.225</b>	<b>(508)</b>	<b>1.443.436</b>	<b>(73.556)</b>	<b>(368.828)</b>	<b>1.001.052</b>
<b>Despesas e receitas financeiras</b>								
Despesas financeiras	(136.442)	(48.953)	(87.232)	(4)	(272.631)	23.328	-	(249.303)
Encargos de dívidas	(127.416)	(47.161)	(85.913)	-	(260.490)	22.270	-	(238.220)
Variações cambiais	(618)	(731)	1	-	(1.348)	377	-	(971)
Outras	(8.408)	(1.061)	(1.320)	(4)	(10.793)	681	-	(10.112)
Receitas financeiras	17.093	3.399	49.756	13	70.261	(3.188)	-	67.073
Receitas de aplicações financeiras	13.727	2.976	48.305	13	65.021	(1.250)	-	63.771
Outras	3.366	423	1.451	-	5.240	(1.938)	-	3.302
<b>(119.349)</b>	<b>(45.554)</b>	<b>(37.476)</b>	<b>9</b>	<b>(202.370)</b>	<b>20.140</b>	-	<b>(182.230)</b>	
<b>LAIR</b>	<b>855.841</b>	<b>33.742</b>	<b>311.872</b>	<b>(500)</b>	<b>1.200.955</b>	<b>(48.697)</b>	<b>(368.828)</b>	<b>783.430</b>
IR e CSLL correntes	(93.900)	(5.290)	(164)	(535)	(99.889)	2.791	-	(97.098)
IR e CSLL diferidos	(35.775)	498	-	-	(35.277)	3.913	-	(31.364)
<b>(129.675)</b>	<b>(4.792)</b>	<b>(164)</b>	<b>(535)</b>	<b>(135.166)</b>	<b>6.704</b>	-	<b>(128.462)</b>	
<b>Lucro líquido Consolidado</b>	<b>726.166</b>	<b>28.950</b>	<b>311.708</b>	<b>(1.035)</b>	<b>1.065.789</b>	<b>(41.993)</b>	<b>(368.828)</b>	<b>654.968</b>
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	(365.117)	(365.117)
<b>Lucro líquido Alupar</b>	<b>726.166</b>	<b>28.950</b>	<b>311.708</b>	<b>(1.035)</b>	<b>1.065.789</b>	<b>(41.993)</b>	<b>(733.945)</b>	<b>289.851</b>
<b>Ativos operacionais</b>	<b>5.008.764</b>	<b>2.557.783</b>	<b>1.304</b>	<b>786</b>	<b>7.568.637</b>	<b>(562.421)</b>	<b>(795)</b>	<b>7.005.421</b>
<b>Passivos operacionais</b>	<b>122.006</b>	<b>104.900</b>	<b>9.437</b>	<b>210</b>	<b>236.553</b>	<b>(11.670)</b>	<b>(795)</b>	<b>224.088</b>



**Alupar**

A conciliação da demonstração do resultado segregada por atividade com a demonstração do resultado consolidada referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 é conforme segue:

	31/12/2013					Total eliminações	Total consolidado
	Subtotal	Eliminações					
		Transmissão	Geração	Holding	Outros		
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>1.513.573</b>	<b>(126.805)</b>	-	-	<b>(5.189)</b>	<b>(131.994)</b>	<b>1.381.579</b>
Receita de transmissão de energia	144.825	(25.831)	-	-	-	(25.831)	118.994
Receita de infraestrutura	118.927	(34.454)	-	-	-	(34.454)	84.473
Remuneração do ativo financeiro da concessão	1.043.935	(66.520)	-	-	-	(66.520)	977.415
Suprimento de energia	200.697	-	-	-	-	-	200.697
Consultoria e assessoramento na área regulatória	117	-	-	-	(117)	(117)	-
Serviços de operação e manutenção	5.072	-	-	-	(5.072)	(5.072)	-
<b>Deduções da receita operacional bruta</b>	<b>(97.054)</b>	<b>6.306</b>	-	-	-	<b>6.306</b>	<b>(90.748)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>1.416.519</b>	<b>(120.499)</b>	-	-	<b>(5.189)</b>	<b>(125.688)</b>	<b>1.290.831</b>
<b>Custo do serviço</b>							
<b>Custo com energia elétrica</b>							
Energia comprada para revenda	(28.284)	-	-	-	-	-	(28.284)
Encargos do uso da rede elétrica - CUST	(4.601)	-	-	-	-	-	(4.601)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	(3.675)	-	-	-	-	-	(3.675)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	(4.806)	237	-	-	-	237	(4.569)
<b>Custo de operação</b>							
Custo dos serviços prestados	(109.644)	5.873	5.189	-	-	11.062	(98.582)
Custo de infraestrutura	(118.927)	34.454	-	-	-	34.454	(84.473)
Depreciação / Amortização	(39.234)	4.719	-	-	-	4.719	(34.515)
	<b>(309.171)</b>	<b>45.283</b>	<b>5.189</b>	-	-	<b>50.472</b>	<b>(258.699)</b>
<b>Lucro bruto</b>	<b>1.107.348</b>	<b>(75.216)</b>	<b>5.189</b>	-	<b>(5.189)</b>	<b>(75.216)</b>	<b>1.032.132</b>
<b>Despesas e receitas operacionais</b>							
Administrativas e gerais	(90.815)	6.044	335	-	-	6.379	(84.436)
Resultado de equivalência patrimonial	389.033	-	-	(368.651)	-	(368.651)	20.382
Outras receitas	304	-	-	(177)	-	(177)	127
Outras despesas	(2.545)	-	-	-	-	-	(2.545)
	<b>295.977</b>	<b>6.044</b>	<b>335</b>	<b>(368.828)</b>	-	<b>(362.449)</b>	<b>(66.472)</b>
<b>LAJIR</b>	<b>1.403.325</b>	<b>(69.172)</b>	<b>5.524</b>	<b>(368.828)</b>	<b>(5.189)</b>	<b>(437.665)</b>	<b>965.660</b>
Depreciação / Amortização	<b>40.111</b>	(4.719)	-	-	-	(4.719)	35.392
<b>LAJIDA</b>	<b>1.443.436</b>	<b>(73.891)</b>	<b>5.524</b>	<b>(368.828)</b>	<b>(5.189)</b>	<b>(442.384)</b>	<b>1.001.052</b>
<b>Despesas e receitas financeiras</b>							
Despesas financeiras	(272.631)	23.324	4	-	-	23.328	(249.303)
Encargos de dívidas	(260.490)	22.270	-	-	-	22.270	(238.220)
Variações cambiais	(1.348)	377	-	-	-	377	(971)
Outras	(10.793)	677	4	-	-	681	(10.112)
Receitas financeiras	70.261	(3.188)	-	-	-	(3.188)	67.073
Receitas de aplicações financeiras	65.021	(1.250)	-	-	-	(1.250)	63.771
Outras	5.240	(1.938)	-	-	-	(1.938)	3.302
	<b>(202.370)</b>	<b>20.136</b>	<b>4</b>	-	-	<b>20.140</b>	<b>(182.230)</b>
<b>LAIR</b>	<b>1.200.955</b>	<b>(49.036)</b>	<b>5.528</b>	<b>(368.828)</b>	<b>(5.189)</b>	<b>(417.525)</b>	<b>783.430</b>
IR e CSLL correntes	(99.889)	2.791	-	-	-	2.791	(97.098)
IR e CSLL diferidos	(35.277)	3.913	-	-	-	3.913	(31.364)
	<b>(135.166)</b>	<b>6.704</b>	-	-	-	<b>6.704</b>	<b>(128.462)</b>
<b>Lucro líquido Consolidado</b>	<b>1.065.789</b>	<b>(42.332)</b>	<b>5.528</b>	<b>(368.828)</b>	<b>(5.189)</b>	<b>(410.821)</b>	<b>654.968</b>
Participação de não controladores	-	(347.425)	(11.032)	(6.660)	-	(365.117)	(365.117)
<b>Lucro líquido Alupar</b>	<b>1.065.789</b>	<b>(389.757)</b>	<b>(5.504)</b>	<b>(375.488)</b>	<b>(5.189)</b>	<b>(775.938)</b>	<b>289.851</b>
<b>Ativos operacionais</b>	<b>7.568.637</b>	<b>(527.039)</b>	<b>(35.382)</b>	<b>(29)</b>	<b>(766)</b>	<b>(563.216)</b>	<b>7.005.421</b>
<b>Passivos operacionais</b>	<b>236.553</b>	<b>(11.937)</b>	<b>(499)</b>	<b>(29)</b>	-	<b>(12.465)</b>	<b>224.088</b>

Os ativos dos segmentos em 31 de dezembro de 2013 incluem “contas a receber de clientes” no montante de R\$ 149.985, “ativo financeiro da concessão” no montante de R\$ 4.316.884, “estoques” no montante de R\$ 33.270, e “imobilizado” no montante de R\$ 2.505.282.

**Alupar**

Os passivos dos segmentos em 31 de dezembro de 2013, os quais são administrados no âmbito do Grupo, não incluem “empréstimos e financiamentos” no montante de R\$ 1.814.086, “debêntures” no montante de R\$ 1.468.994 “tributos e contribuições sociais a recolher” no montante de R\$ 92.651, “dividendos a pagar” no montante de R\$ 165.434, “provisões para contingências” no montante de R\$ 2.314, “adiantamento para futuro aumento de capital” no montante de R\$ 39.066, e “imposto de renda e contribuição social diferidos” no montante de R\$ 416.631.

### 38. Benefícios a empregados

A Companhia e suas controladas oferecem aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: assistência médica, vale transporte, auxílio alimentação, auxílio educação, plano de previdência privada que por sua vez propõe planos de complementação de aposentadoria, onde o plano de aposentadoria é de contribuição definida, sendo utilizado o regime financeiro de capitalização, no cálculo atuarial das reservas.

A tabela abaixo demonstra os valores dos benefícios concedidos aos empregados da Companhia e suas controladas.

	Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Assistência médica e vale transporte	4.585	2.885
Previdência privada (*)	556	1.276
Educação	162	135
Auxílio alimentação	2.929	1.995
Outros	1.124	1.161
<b>Total</b>	<b>9.356</b>	<b>7.452</b>

(\*) A Companhia e suas controladas patrocinam planos de benefícios suplementares de aposentadoria para seus empregados, implementado num plano de contribuição definida. Um banco privado é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela Companhia e suas controladas. O custeio do plano para as parcelas de contribuição definida é paritário entre a Companhia e suas controladas e os empregados. O custeio da parcela de contribuição definida é baseado em percentual escolhido livremente pelo participante (no valor de 1% sobre a parcela do salário de participação limitado até 8%, variando de acordo com a faixa etária do empregado) e com contrapartida, a Companhia e suas controladas farão a contribuição no valor de 100% da contribuição efetuada pelo participante.





### **39.Compromissos**

#### **Contrato de Compra e Venda de Ações de emissão da ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.**

Em 10 de novembro de 2009, a Alupar Investimento S.A (compradora), a MDU Sul Transmissão de Energia Ltda. (vendedora) e a CENTENNIAL ENERGY HOLDINGS INC (garantidora), firmaram um contrato de compra e venda de ações, cujo objeto é a aquisição pela Alupar de 4.213.710 (quatro milhões, duzentas e treze mil, setecentas e dez) ações ordinárias da ECTE ("Ações"), em quatro porções distintas, sendo: a primeira de 1.053.429 (um milhão, cinquenta e três mil, quatrocentas e vinte e nove) ações ordinárias e nominativas de emissão da ECTE ("Lote(s) de Ações") e as demais de 1.053.427 (um milhão, cinquenta e três mil, quatrocentas e vinte e sete) ações ordinárias. Os Lotes de Ações deverão ser transferidos pela Vendedora para a Compradora mediante o pagamento do Preço de Compra, que deverá ocorrer em quatro parcelas anuais, sendo a primeira parcela devida somente após 12 meses da Data de Fechamento e as três seguintes em parcelas a serem pagas sucessivamente a cada 12 meses, juntamente com a transferência do respectivo Lote de Ações, tudo conforme definido no Contrato;

Referido contrato foi aprovado pelo BNDES em 29 de junho de 2010, Bancos Financiadores em 02 de junho de 2010 e pela ANEEL em 25 de maio de 2010.

O primeiro lote de ações foi adquirido pela Companhia na data de 11 de novembro de 2011, o segundo em 06 de agosto de 2012 e o terceiro em 14 de agosto de 2013. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possui registrado na rubrica de outras obrigações do passivo circulante o montante de R\$ 6.211 que corresponde à aquisição do quarto lote de ações.

#### **Fornecedores de Materiais e Serviços**

A controlada ETSE está com 100% dos fornecimentos de materiais, equipamentos e serviços contratados. Atualmente, o empreendimento encontra-se nos seguintes estágios:

- i) SE Abdon Batista: A instalação encontra-se 100% energizada e entregue para a operação comercial. Em andamento atividade de retirada de pendências.
- ii) SE Gaspar: Comissionamento de equipamentos primários (pátio) concluído e SPCS/Telecom em andamento. A energização da subestação está programada no ONS para o período de 23/02 a 12/03/15. A energização do RBNI (Trafo 3) está prevista para o dia 12/03/15.
- iii) Linhas de Transmissão: LTs do sistema Abdon Batista energizadas e entregues para a operação comercial (LTs 525 kV Campos Novos – Abdon Batista e Biguaçu – Abdon Batista e LTs 230 kV Barra Grande – Abdon Batista e Lages – Abdon Batista Circuitos 1 e 2). LTs 230 kV do sistema Gaspar (LTs Blumenau – Gaspar e Gaspar – Biguaçu) com energização prevista para o período 23 a 28/02/15.

O investimento pago até 31 de dezembro de 2014 totaliza R\$ 150.339, sendo R\$ 7.870 referente ao RBNI (R\$ 62.505 em 31 de dezembro de 2013).



## 40.Seguros

Os seguros vigentes em 31 de dezembro de 2014 estão assim distribuídos:

Responsabilidade civil				
Segurado	Período de vigência		Importância segurada	Prêmio total
	de	até		
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.	04/07/2014	04/07/2015	2.500	4
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A.	04/07/2014	04/07/2015	2.500	1
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.	04/07/2014	04/07/2015	2.500	5
Ferreira Gomes Energia S.A. (I)	06/12/2011	30/04/2015	80.000	330
Ferreira Gomes Energia S.A. (II)	03/11/2014	03/11/2015	80.000	171
Foz do Rio Claro Energia S.A.	31/10/2014	31/10/2015	100.000 (*)	41 (*)
Grupo TBE (****)	07/07/2014	07/07/2015	5.000	54
Ijuí Energia S.A.	31/10/2014	31/10/2015	100.000 (*)	41 (*)
Transchile Charrúa Transmisión S.A.	09/05/2013	09/05/2015	USD 20.000	USD 24
Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	04/07/2014	04/07/2015	2.500	14
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	31/10/2014	31/10/2015	100.000 (*)	41 (*)
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	31/10/2014	31/10/2015	100.000 (*)	41 (*)

(\*) A importância assegurada no montante de R\$ 100.000 e o prêmio total no montante de R\$ 41 são compartilhados entre as controladas Foz, Ijuí, Queluz e Lavrinhas.

Riscos de engenharia				
Segurado	Período de vigência		Importância segurada	Prêmio total
	de	até		
Ferreira Gomes Energia S.A.	22/12/2011	20/03/2015	907.000	3.570

Riscos nomeados / operacionais				
Segurado	Período de vigência		Importância segurada	Prêmio total
	de	até		
Alupar Investimento S.A. (I)	01/02/2014	01/02/2015	340	14
Companhia Transirapé de Transmissão	24/05/2014	24/05/2015	4.000	20
Companhia Transudeste de Transmissão	24/05/2014	24/05/2015	2.000	6
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.	04/07/2014	04/07/2015	10.757	15
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A.	04/07/2014	04/07/2015	21.859	30
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.	04/07/2014	04/07/2015	5.405	7
Ferreira Gomes Energia S.A.	03/11/2014	03/11/2015	5.000	1.047
Foz do Rio Claro Energia S.A.	31/10/2014	31/10/2015	234.000	582
Grupo TBE (****)	21/04/2014	21/04/2015	274.065	256
Ijuí Energia S.A. (I)	31/10/2014	31/10/2015	270.000	Cosegurada (**)
Ijuí Energia S.A. (II)	29/06/2014	29/06/2015	Patrimônio da empresa - sede	1
Sistema de Transmissão Nordeste S.A. (I)	01/03/2014	01/03/2015	1 veículo	4
Sistema de Transmissão Nordeste S.A. (II)	15/03/2014	15/03/2015	Subestações da empresa	60
Sistema de Transmissão Nordeste S.A. (III)	27/04/2014	27/04/2015	8 veículos	25
Sistema de Transmissão Nordeste S.A. (IV)	29/06/2014	29/06/2015	Patrimônio da empresa - sede	1
Sistema de Transmissão Nordeste S.A. (V)	07/03/2014	07/03/2015	1 veículo	1
Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	04/07/2014	04/07/2015	117.060	162
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	31/10/2014	31/10/2015	305.476 (***)	Cosegurada (**)
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	31/10/2014	31/10/2015	305.476 (***)	Cosegurada (**)

(\*\*) As controladas Ijuí, Queluz e Lavrinhas são coseguradas no seguro contratado em nome da controlada Foz do Rio Claro sob apólice de nº 1-96-4003929-0.

(\*\*\*) A importância assegurada no montante de R\$ 305.476 são compartilhados entre as controladas Queluz e Lavrinhas.

Riscos diversos				
Segurado	Período de vigência		Importância segurada	Prêmio total
	de	até		
La Virgen S.A.C.	24/10/2014	15/07/2016	USD 118.000	USD 630
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	10/09/2014	10/09/2015	190	3

Compreensivo empresarial				
Segurado	Período de vigência		Importância segurada	Prêmio total
	de	até		
Grupo TBE (****)	16/05/2014	16/05/2015	8.000	8

**Alupar**

Segurado	Veículos		Importância segurada	Prêmio total
	Período de vigência			
	de	até		
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	19/06/2014	19/06/2015	230	2
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	19/06/2014	19/06/2015	181	3
Foz do Rio Claro Energia S.A.	24/07/2013	19/06/2015	65	2
Ijuí Energia S.A.	19/06/2014	19/06/2015	65	3
Grupo TBE (****) (I)	15/03/2014	15/03/2015	8 veículos	115
Grupo TBE (****) (II)	03/09/2014	15/09/2015	1 veículo	4

Incêndio				
Segurado	Período de vigência		Importância segurada	Prêmio total
	de	até		
Transchile Charrúa Transmisión S.A.	09/05/2013	09/05/2015	USD 14.682	USD 3

Fraude corporativa				
Segurado	Período de vigência		Importância segurada	Prêmio total
	de	até		
Grupo TBE (****)	31/03/2014	31/03/2015	5.000	51

Produtos agropecuários				
Segurado	Período de vigência		Importância segurada	Prêmio total
	de	até		
Grupo TBE (****)	16/09/2014	16/09/2015	155	2
(****) O Grupo TBE é formado pelas seguintes empresas: EATE, STC, Lumitrans, EBTE, ETEP, ESDE, ECTE, ETSE, ENTE, ERTE				

## 41.Eventos subsequentes

### Adiantamento para futuro aumento de capital

Os adiantamentos para futuro aumento de capital realizados pela Companhia após o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 são conforme segue:

Controlada	Data	Valor
Alupar Chile Inversiones SpA	06/01/2015	786
Agua Limpa S.A.	08/01/2015	170
Verde 8 Energia S.A.	08/01/2015	90
Foz do Rio Claro Energia S.A.	08/01/2015	2.550
Ijuí Energia S.A.	08/01/2015	2.700
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	12/01/2015	1.500
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	15/01/2015	1.500
Ijuí Energia S.A.	28/01/2015	1.000
Agua Limpa S.A.	28/01/2015	130
Empresa Litorânea de Transmissão de Energia S.A.	28/01/2015	400
Verde 8 Energia S.A.	28/01/2015	300
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	29/01/2015	700
Energia dos Ventos IV S.A.	13/02/2015	9.000
Agua Limpa S.A.	20/02/2015	200
Empresa Litorânea de Transmissão de Energia S.A.	24/02/2015	150
Energia dos Ventos I S.A.	25/02/2015	5.000
ACE Comercializadora Ltda.	26/02/2015	150
Geração de Energia Termoeletrica e Participações S.A.	26/02/2015	2
Energia dos Ventos II S.A.	26/02/2015	1.000
Energia dos Ventos III S.A.	26/02/2015	1.000
Energia dos Ventos X S.A.	26/02/2015	3.000
<b>Total</b>		<b>31.328</b>



**Alupar**

### **Entrada em operação comercial – controlada indireta ETSE**

Em 19 de janeiro de 2015, o sistema Abdon Batista entrou em operação comercial. Esse sistema faz parte do complexo de subestações pertencentes à controlada indireta ETSE. O outro sistema do complexo, sistema Gaspar, tem previsão para entrada em operação comercial em março de 2015. As operações da controlada indireta ETSE têm como objetivos atender à integração da UHE Garibaldi, de 175 MW, e da UHE São Roque, de 214 MW, ao Sistema Interligado Nacional, bem como previsão de integração de diversas PCH com solicitação de acesso ao sistema de distribuição da CELESC. Atender também à expansão do suprimento de energia elétrica à região do Vale do Itajaí.

### **Aquisição de ações da controlada ECTE**

Em 26 de janeiro de 2014, a Companhia adquiriu 1.053.429 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, correspondentes a 2,5% do capital social total da Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. ("ECTE"), relativas ao quarto e último lote de ações ordinárias da controlada ECTE e que eram de titularidade da MDU. As ações foram adquiridas da MDU Resources Luxembourg II LLC S.à.r.l, sucessora legal da MDU Sul, pelo valor de R\$ 4.720 referente à transferência das ações e do direito ao recebimento dos dividendos já declarados e não pagos pela ECTE destas ações.

### **Aquisição do Complexo Aracati**

Em 2 de março de 2015, a Companhia concluiu o processo de aquisição de participação societária de cada uma das sociedades integrantes do Complexo Aracati, da seguinte forma, 7.315.700 ações (sete milhões, trezentos e quinze mil e setecentas) referente a Energia dos Ventos I, 4.459.000 ações (quatro milhões, quatrocentos e cinquenta e nove mil) referente a Energia dos Ventos II, 6.595.400 ações (seis milhões, quinhentos e noventa e cinco mil e quatrocentas) referente a Energia dos Ventos III, 9.604.000 ações (nove milhões, seiscentos e quatro mil) referente a Energia dos Ventos IV e 5.865.300 ações (cinco milhões, oitocentos e sessenta e cinco mil e trezentas) referente a Energia dos Ventos X, totalizando 33.839.400 (trinta e três milhões, oitocentas e trinta e nove mil e quatrocentas) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, representativas de 49,00% (quarenta e nove por cento). As ações foram adquiridas pela Companhia pelo valor de R\$ 47.452. Com a conclusão do processo a Companhia passou a deter 99,99% (noventa e nove vírgula noventa e nove por cento) do capital social total de cada uma das sociedades integrantes do Complexo Aracati.